



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 001 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2005 ANO XXX

## Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo ..... Natálio Stica  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Elton Carlos Welter  
PDT ..... Barbosa Neto  
PSL ..... Luiz Carlos Martins  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Ratinho Júnior

## Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>001ª SESSÃO ORDINÁRIA .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente.....</b>	<b>03</b>
Mensagens .....	03
Ofícios.....	11
Indicações .....	13
Requerimentos .....	14
Projetos de Lei .....	23
Projeto de Lei Complementar .....	36
<b>Horário do Pequeno Expediente .....</b>	<b>36</b>
Dep. Padre Paulo Campos.....	36
Dep. Elio Rusch .....	37
Dep. Elza Correia.....	38
Dep. Nelson Justus.....	40
<b>Horário do Grande Expediente.....</b>	<b>40</b>
Dep. José Domingos Scarpellini ....	40
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	42
Dep. Neivo Beraldin .....	43
<b>Horário das Lideranças .....</b>	<b>44</b>
Liderança do PP.....	44
Dep. Cida Borghetti .....	44
Liderança do PT.....	45
Dep. Tadeu Veneri .....	45
Liderança do Governo.....	46
Dep. Natálio Stica .....	46
Liderança da Oposição.....	47
Dep. Elio Rusch .....	47
<b>Ordem do Dia .....</b>	<b>48</b>
Leitura do Expediente .....	48
Discussão/Votação .....	49
1ª Discussão .....	49
Requerimentos .....	121
<b>Ordem do dia da próxima Sessão .....</b>	<b>121</b>
<b>Publicações .....</b>	<b>122</b>
Comissão Executiva .....	122
Indicações Legislativas.....	122
Atos da Comissão Executiva.....	122
Diretoria Geral .....	123

Despacho do Diretor Geral..... 123

Portarias .....

**Atas de Comissões.....125**

Comissão de Educação, Cultura e

Esportes .....

**001ª Sessão Ordinária**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 001ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
16 DE FEVEREIRO DE 2005**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

**Presenças**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente****Mensagens:**

MENSAGEM Nº 040/2004

Curitiba, 15 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcionários civis locados no Instituto de Criminalística - IC e no Instituto Médico Legal - IML, a que se refere o artigo 50 da mesma Carta.

O Plano de Lei em referência consulta aos superiores interesses da Administração, eis que virá ensejar condições no sentido de assegurar pleno desempenho das atribuições da Política Científica, tão importante Órgão da Segurança Pública. A medida em causa consubstancia o resultado de estudos conjuntos realizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a mim submetidos através de expediente protocolado no Sistema Integrado de Documento sob nºs 5.167.120-1/02 e 5.396.918-6/03.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

Secretaria de Estado da Administração  
e da Previdência

Estimativa de custos mensais e anuais referentes à implementação do plano para 2005

<b>Custo Total (inclui ativos, inativos, geradores de pensão e 13º)</b>	
MENSAL	ANUAL
R\$ 1,513 milhão	R\$ 30,944 milhões

<b>Custo da Promoção para 2006 (somente ativos e 13º)</b>	
MENSAL	ANUAL
R\$ 575 mil	R\$ 7,475 milhões

Protocolo: 5.167.120-1

Em atenção à solicitação acerca da disponibilidade financeira para atendimento ao anteprojeto de lei tratado nos autos, esclareço inicialmente que esta SEFA não detém os dados relativos à abertura de folhas de pagamento de pessoal, por isso foram analisados os números constantes da simulação apresentada pela SEAP.

Informa também que as despesas consignadas em orçamento são projetadas de acordo com a previsão da receita.

Considerando que a implementação do benefício é prevista para o exercício de 2005, os valores informados na simulação sugerem que haverá disponibilidade financeira para as despesas, desde que tenha sido feita a previsão orçamentária pela SEAP;

DG/SEFA, 13/10/2004.

(a) NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Diretor Geral

**ANTEPROJETO DE LEI****Capítulo I****Seção I****Das Disposições Preliminares**

Art. 1º - Fica instituído o Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO, composto pelos atuais ocupantes funcionários civis lotados no Instituto de Criminalística - IC e no Instituto Médico Legal - IML, a que se refere o artigo 50 da Constituição Estadual e que organizará os cargos públicos de provimento efetivo, decorrentes da alteração, em 03 (três) carreiras, compostas, cada qual, por um cargo.

§ 1º - As carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO são fundamentadas nos princípios de qualificação profissional e de desempenho, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público, na forma do Artigo 33, parágrafos e incisos da Constituição Estadual.

§ 2º - As disposições da presente lei não se aplicam aos funcionários dos demais quadros de pessoal integrantes de carreiras estabelecidas por legislação própria.

Art. 2º - O Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO e as carreiras componentes são estruturadas em caráter provisório até que seja pronunciada sentença definitiva acerca da Emenda Constitucional nº 10/2001.

§ 1º - Havendo sentença definitiva em contrário, a presente estruturação será absorvida, na totalidade e mantendo as características próprias destas carreiras, na estrutura organizacional da Polícia Civil.

§ 2º - Havendo sentença definitiva favorável, a presente estruturação será absorvida, na totalidade e mantendo as características destas carreiras, na estrutura organizacional da Polícia Científica.

## **Seção II**

### **Das Conceituações**

Art. 3º - Para os fins desta lei, considera-se:

I - Carreira: é o agrupamento de cargo e funções ou cargos e suas funções em classes, de acordo com sua natureza ou grupo ocupacional, para ingresso ou desenvolvimento profissional.

II - Cargo: unidade funcional básica da estrutura organizacional, de caráter genérico, de mesmo grau de complexidade/responsabilidade, composto por uma ou mais funções relacionadas ao desempenho de tarefas da área de atuação estatal, criado por lei, com denominação própria e quantidade fixada por classes, pagamento pelos cofres do Estado e provimento mediante aprovação em concurso público de provas ou provas de títulos.

III - Função ou funções de um cargo: é o conjunto de atribuições vinculadas à habilitação correspondente, de caráter específico para o desempenho de tarefas em um cargo de mesmo grau de complexidade/responsabilidade.

IV - Carga horária: é a quantidade de horas semanais de trabalho de um cargo/função, fixada em norma legal e que seus ocupantes são obrigados a cumprir.

V - Jornada de trabalho ou jornada: é a quantidade de horas diárias de trabalho de um cargo/função, fixada em norma legal e que seus ocupantes são obrigados a cumprir.

VI - Jornada de trabalho diferenciada: é a quantidade de horas diárias de trabalho de um cargo/função a que seus ocupantes são obrigados a cumprir, seja em função de determinadas características da função, seja de seu local de trabalho, seja de condições de saúde.

VII - Regime de plantão: é a condição de trabalho de um servidor submetido a escalas, para cumprimento da carga horária do cargo/função que ocupa, em atividades públicas e em razão da natureza especial ou da essencialidade do serviço que assim o exigir. Pode denominar-se Regime de Trabalho em Turnos RTT, Regime de Plantão Extraordinário - RPE ou Regime de Plantão de Sobreaviso - RPS.

VIII - Classe: é o escalonamento hierárquico do desenvolvimento profissional de um cargo e funções ou cargos e suas funções, de acordo com a crescente complexidade de suas atribuições ou nível de responsabilidade, constituindo-se a linha natural de promoção do funcionário na carreira.

IX - Classe Composta, ou série de classes: é o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, possuindo várias referências salariais em uma ou mais classes, dispostas hierarquicamente, de acordo com o grau de complexibilidade ou dificuldade das atribuições ou nível de responsabilidade, tanto de ingresso como para desenvolvimento na carreira.

X - Classe Composta de Referências Contínuas: é aquela em que as referências salariais apresentam interníveis contínuos sem interrupção na classe.

XI - Amplitude salarial: é a composição de interníveis e interclasses, apresentando intervalos (razão) entre o menor e o maior vencimento da Tabela de Referência Salarial, compreendida a primeira referência salarial da Classe Inicial e a última referência da Classe Final.

XII - Internível: é o intervalo entre uma referência salarial e outra.

XIII - Interclasse: é o intervalo entre a última referência salarial de uma classe e a primeira referência salarial da classe imediatamente subsequente, quando estruturada em série de classes não sobreposta.

XIV - Promoção: passagem do funcionário público estável e em efetivo exercício em uma classe, em uma carreira, para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior, dentro do mesmo cargo e mesma carreira.

XV - Promoção em Classe Composta de Referências Contínuas: é a passagem de qualquer referência salarial de uma classe para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior.

XVI - Grau de Complexidade/responsabilidade: atributo do cargo referente ao requisito de escolaridade e complexidade de tarefas desempenhadas.

XVII - Provimento: é o ato de designação de uma pessoa para titularizar um cargo público, atendidos os requisitos para a investidura.

XVIII - Progressão: passagem do funcionário público, em uma carreira, de uma referência salarial para outra de maior valor, dentro da mesma classe, atendidos os requisitos estabelecidos, até o limite da referência salarial final da classe, na mesma carreira.

XIX - Movimentação Funcional: alteração do local de trabalho do funcionário estável através da remoção.

XX - Remoção: movimentação funcional da lotação do funcionário estável, de um para outro órgão ou unidade administrativa, no interesse da Administração Pública, a pedido do funcionário ou ex-offício.

XXI - Tabela de Referência de Vencimento: tabela numérica, composta de indicativo de classe (coluna) e nível/referência salarial, (linha), cuja interseção reflete o vencimento base sobre a qual incidirão os cálculos de vantagens adicionais de remuneração.

XXII - Vencimento: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao símbolo, ou nível (referência salarial) fixado em lei.

XXIII - Vencimentos ou remunerações: é a retribuição financeira pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento mais as vantagens financeiras asseguradas por lei.

## **Capítulo II**

### **Seção I**

#### **Do Regime de Trabalho, da Carga Horária e da Jornada**

Art. 4º - O regime de trabalho dos cargos regulamentados pela presente lei é de exercício em tempo inte-

gral, ficando proibida a acumulação de outro cargo, função ou atividade particular de caráter profissional ou pública de qualquer natureza, ressalvada a acumulação legal.

Art. 5º - A carga horária semanal de trabalho dos cargos constantes da presente lei é de 40 (quarenta) horas, ou jornada de 8 (oito) horas diárias.

§ 1º Cargos e funções que exijam, por força de condições de trabalho, desempenho diferente de 40 horas semanais, contínuas serão objeto de regulamentação própria, por ato do Chefe do Poder Executivo, especialmente se sua natureza acarreta prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados.

§ 2º - O regime de trabalho em turnos, quando for aconselhável, deverá indicar o número certo de horas de trabalho exigível por semana, na forma da regulamentação própria.

## **Seção II**

### **Das Carreiras**

Art. 6º - As carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO são:

I - Carreira de Perícia Oficial, composta pelo Cargo de Perito Oficial, em 04 (quatro) classes compostas - IV, III, II e I - com as quantidades, por classe, na forma do Anexo I desta lei:

II - Carreira de Auxiliar da Perícia Oficial, composta pelo Cargo de Agente Auxiliar da Perícia Oficial, em 04 (quatro) classes compostas - IV, III, II e I - com as quantidades, por classe, na forma do Anexo I desta lei; e

III - Carreira de Perito Policial, em extinção, composta pelo Cargo de Perito Policial, em extinção, em classe única, com a quantidade, na forma do Anexo I desta lei.

§ 1º - A nomenclatura das funções de cada carreira e cargo, as exigências de ingresso e a distribuição das quantidades de vagas das funções, por classe, as carreiras referidas nos incisos I, II e III deste artigo, são as constantes do Anexo II desta lei.

§ 2º - A descrição das atribuições dos cargos e outras características atinentes às funções, através do Perfil Profissiográfico serão definidas em ato do Chefe do Poder Executivo, ouvida previamente o órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica e a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

§ 3º - O ingresso nas carreiras do Quadro Próprio dos Peritos Oficiais do Estado do Paraná - QPPO se dará na referência IV da 4ª Classe de cada cargo.

§ 4º - As funções desempenhadas em locais insalubres, penosos ou perigosos serão avaliadas pela Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional - DIMS/SEAP, que lavrará laudo de caráter individual para a concessão de jornada diferenciada conforme estabelece legislação federal específica.

§ 5º - Caberá à unidade de recursos humanos competente a perfeita observância do disposto no parágrafo anterior, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que laboram nas referidas jornadas diferenciadas, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que a atribuiu

## **Seção III**

### **Do Provimto e do Estágio Probatório**

Art. 7º - O provimento nos cargos de Perito Oficial e Agente Auxiliar da Perícia Oficial se dará na classe e referência inicial - 4ª - III - atendidos os requisitos para a investidura:

I - existência de vaga no cargo e na classe de ingresso;

II - aprovação em concurso público e provas ou provas e títulos;

III - registro profissional no órgão de classe para as funções cujo exercício profissional esteja regulamentado por lei; e

IV - outros requisitos vinculados ao exercício do cargo/função, previsto em legislação e contemplados no edital de abertura do concurso.

§ 1º - A comprovação do preenchimento dos requisitos mencionados se dará por ocasião da nomeação.

§ 2º - Decreto do Chefe do Poder Executivo remanejará as vagas ociosas das classes para fins de ingresso, na forma de regulamento proposta pelo órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica.

Art. 8º - A inspeção médica realizada por órgão de perícia oficial precederá sempre o ingresso no serviço público estadual, podendo integrar a inspeção, o exame psicológico.

Parágrafo Único - A inspeção médica e, se exigido no concurso, o exame psicológico, terão caráter eliminatório.

Art. 9º - O estágio probatório será de 3 (três) anos de efetivo exercício na função e classe, observado o disposto no parágrafo 4º do artigo 36, da Constituição Estadual.

§ 1º - A Polícia Científica regulamentará, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da promulgação desta Lei os critérios para avaliação de desempenho para o estágio probatório, para a efetivação no cargo.

§ 2º - Ato do Chefe do Poder Executivo poderá estabelecer desdobramento dos requisitos para o estágio probatório, ouvido previamente o órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica.

## **Seção IV**

### **Do Desenvolvimento na Carreira**

Art. 10 - O desenvolvimento profissional nas carreiras se dará pelos institutos da progressão e promoção.

Art. 11 - A progressão se dará na classe, ao funcionário estável, por antigüidade.

§ 1º - A progressão por antigüidade ocorrerá a cada cinco anos de efeito exercício na classe e será de uma referência salarial.

I - o estágio probatório será computado para a concessão de progressão por antigüidade;

II - não se contará o tempo correspondente a contratos por prazo determinado continuado ou não, firmado com o Estado do Paraná, para efeito desse parágrafo;

III - não se contará o tempo correspondente a afastamentos não remunerados para efeito desse parágrafo; e

IV - não se contará o tempo correspondente à disponibilidade, mesmo com ônus para órgão de origem, para efeito desse parágrafo.

§ 2º - A progressão ocorrerá da referência inicial de cada classe para referência salarial imediatamente superior na mesma classe ou da referência salarial onde se encontra o servidor para a referência salarial imediatamente superior, até o limite da referência salarial final da classe.

Art. 12 - A promoção se dará entre uma classe e outra, para o funcionário estável, dentro de um mesmo cargo, observando duas modalidades:

I - a modalidade de promoção pelo fator antigüidade; e

II - a modalidade de promoção pelo fator titulação (mérito).

Parágrafo Único - A promoção ocorrerá da referência ocupada pelo servidor na classe para a referência salarial inicial da classe imediatamente superior.

Art. 13 - Para a modalidade de promoção por titulação, também será observado:

a) tempo mínimo de três anos de efetivo exercício na classe e na função e somente após o estágio probatório;

b) obtenção de conceito satisfatório nas avaliações de desempenho a que for submetido; e

c) atendimento dos demais requisitos da classe a que está concorrendo, previstos em edital ou em legislação específica.

Art. 14 - Para a concessão de promoção utilizando exclusivamente o fator antigüidade, o servidor deverá contar com 15 (quinze) anos completos na classe, entre uma promoção e outra, e dependerá de existência de vaga ociosa na classe.

Art. 15 - Para a concessão de promoção utilizando o fator titulação o servidor, a qualquer tempo, poderá concorrer, desde que não tenha sido contemplado com promoção por antigüidade nos últimos 3 (três) anos anteriores.

Art. 16 - A promoção por titulação levará a vaga do servidor para a classe imediatamente superior para a qual for promovido.

§ 1º - Essa modalidade de promoção independe da quantidade de vagas ociosas na classe.

§ 2º - A avaliação de títulos para essa modalidade de promoção contemplará pontuação de cursos de especialização ou aperfeiçoamento, na forma de regulamentação proposta pelo órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica.

§ 3º - Os títulos de que trata o parágrafo anterior não poderão ser computados de forma cumulativa para efeitos no novas promoções, ficando sem eficácia administrativa após sua utilização.

§ 4º - Serão aceitos apenas certificados ou diplomas expedidos por Instituição de Ensino reconhecida legalmente e/ou aqueles contemplados em regulamento específico.

§ 5º - Decreto do Chefe do Poder Executivo remanejará as vagas ociosas das classes para fins de promoção, na forma de regulamentação proposta pelo órgão normativo e deliberativo da Polícia Científica.

Art. 17 - A Polícia Científica regulamentará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da promulgação desta Lei os critérios para avaliação de desempenho para o desenvolvimento na carreira e para a perda do cargo público.

## Seção V

### Da Movimentação de Pessoal

Art. 18 - A movimentação do pessoal das carreiras da Polícia Científica, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, dentro do mesmo quadro funcional se dará pelo instituto da remoção, na forma da legislação vigente.

## Seção VI

### Do Vencimento e da Remuneração

Art. 19 - Aplicam-se aos integrantes da presente estruturação as Tabelas de Referências de Vencimentos, na forma do Anexo III desta lei.

§ 1º - A estruturação das tabelas de vencimentos observará que a amplitude salarial entre a primeira referência salarial da classe inicial (IV - III) e a última referência da classe final (I - I), não poderá ser superior a 2 (duas) vezes, para cada cargo.

§ 2º - Os interníveis e interclasses serão de magnitude para todos os cargos, sendo o internível de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento) e a interclasse de 6% (seis por cento).

§ 3º - A dinâmica relacional entre os cargos observará que a primeira referência salarial da classe inicial (IV - III) do cargo de Perito Oficial não poderá ser superior a 2,4 (dois vírgula quatro) vezes da referência salarial

final (I - I) do cargo de Agente Auxiliar da Perícia Oficial.

Art. 20 - Aplica-se aos integrantes da presente lei, a seguinte estrutura de remuneração:

I - vencimento base ou vencimento;

II - Adicional por Tempo de Serviço;

III - Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e dedicação Exclusiva - TIDE de 120% (cento e vinte por cento) sobre o vencimento base;

IV - Salário Família;

V - vantagens atribuídas no desempenho ou no exercício do cargo ou função, sobre o vencimento base do cargo efetivo, em locais definidos por lei, aos funcionários que laborem, com habitualidade, em locais insalubres, penosos ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida.

§ 1º - As vantagens do desempenho do cargo/função serão atribuídas por exercício em local considerado insalubre, penoso ou perigoso, ouvida a Divisão de Medicina e Saúde Ocupacional - DIMS/SEAP, que lavrará laudo, identificado o funcionário ou funcionários que a elas farão jus, conforme estabelece a legislação vigente.

§ 2º - As vantagens de que trata este artigo serão incorporadas na forma da legislação vigente.

§ 3º - A Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE de que trata o inciso III deste artigo é incompatível com as vantagens Encargos Especiais de que trata o inciso VIII do artigo 172 e da prestação de serviço em regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE, de que trata o inciso III do artigo 172, ambos da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 e de vantagens próprias de outras carreiras sob o mesmo título ou fundamento.

Art. 21 - Caberá à unidade de recursos humanos competente a perfeita observância do disposto nos parágrafos anteriores, acompanhando a movimentação interna do funcionário ou funcionários que recebam as referidas vantagens, extinguindo a aplicação daquelas quando extinto o fato gerador que as deu ensejo.

### **Capítulo III**

#### **Do Enquadramento**

Art. 22 - Os atuais ocupantes dos cargos das carreiras a que se refere esta lei serão enquadrados nos cargos, funções e classes, na forma da tabela de correlação a que se refere o Anexo IV desta lei, a ser feito no exercício de 2005.

Parágrafo Único - Estende-se as disposições da presente lei aos funcionários inativos e geradores de pensão da carreira de que trata esta lei.

Art. 23 - A execução do presente enquadramento será de responsabilidade das unidades de recursos huma-

nos do órgão, sob supervisão de comissão designada pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 24 - O prazo prescricional para revisão dos efeitos funcionais e financeiros decorrentes desta lei se encerra em um ano, a contar de sua publicação.

### **Capítulo IV**

#### **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 25 - Ficam incorporadas as vantagens Risco de Vida, concedida pela Lei Complementar nº 41/87, Gratificação pelo Regime Especial de Trabalho Policial - RTEP, concedida pela Lei Complementar nº 35/86 e Gratificação de Representação, concedida pela Lei Complementar nº 19/83.

Parágrafo Único - Fica vedada a concessão de percepção ulterior de quaisquer vantagens sob o mesmo título e fundamento, inclusive vantagens de carreiras regidas por leis próprias e vedada a percepção cumulativa da Gratificação pelo Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE.

Art. 26 - Ficam criadas, em caráter provisório, até a sentença definitiva da ADIN de que trata o artigo 2º desta lei, as Gratificações de Direção, Chefia e Assessoramento para atender a estrutura hierárquica formal da Polícia Científica, na forma do anexo VI.

§ 1º - Havendo sentença definitiva em contrário, a presente estruturação será revista na totalidade, sendo absorvida na estrutura organizacional da Polícia Civil.

§ 2º - Havendo sentença definitiva favorável, a presente estruturação será absorvida na estrutura organizacional da Polícia Científica, na forma de cargos de provimento em comissão, ouvida previamente a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Art. 27 - A função de médio legista será de 20 (vinte) horas semanais se, na promulgação da presente lei, tiver ocorrido acumulação legal, observado o disposto no inciso XVI, do artigo 27, da Constituição Estadual.

Art. 28 - Aos servidores ativos, ocupantes dos cargos e funções da presente lei, que estiverem em exercício na data de sua promulgação, será concedida promoção excepcional no exercício de 2006, na forma do Anexo V desta lei, com contrapartida de previsão orçamentária no exercício de 2005.

Art. 29 - Os atos referentes à aplicação da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Poder Executivo, Fonte 00 - Tesouro, com os respectivos cancelamentos, com efeitos financeiros a partir de sua publicação.

Art. 30 - Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará os casos omissos a esta lei, ouvido previamente o órgão consultivo e normatizador da Polícia Científica, com interverniência da Secretária de Estado da Administração e da Previdência - SEAP.

Art. 31 - Aplicam-se as disposições da Lei Estadual nº 6.174/70 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Paraná aos funcionários regidos por esta lei.

Art. 32 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

### À Diretoria Legislativa.

#### ANEXO I

CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL		
CARGO: PERITO OFICIAL	CLASSES	QUANTIDADE DE VAGAS POR CLASSES
	I	97
	II	96
	III	110
	IV	125
TOTAL DE VAGAS DO CARGO		428

CARREIRA: AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL		
CARGO: AGENTE AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL	CLASSES	QUANTIDADE DE VAGAS POR CLASSES
	I	08
	II	16
	III	24
	IV	32
TOTAL DE VAGAS DO CARGO		80

CARREIRA: PERITO POLICIAL (EM EXTINÇÃO)			
CARGO: PERITO POLICIAL (EM EXTINÇÃO)	CÓDIGO	CLASSES	QUANTIDADE DE VAGAS POR CLASSES
	POPP	ÚNICA	01

#### ANEXO II

CARREIRA: PERÍCIA OFICIAL				
FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIA PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
MÉDICO LEGISTA	POML	Graduação em Medicina; habilitação “C”; Curso de Formação na Escola de Polícia	I	40
			II	35
			III	30
			IV	40
TOTAL DE VAGAS NA FUNÇÃO				145

FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIA PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
PERITO CRIMINAL	POPC	Graduação Exigida em Edital Específico de Concurso; Habilitação “C”; Curso de Formação na Escola de Polícia	I	45
			II	45
			III	60
			IV	65
TOTAL DE VAGAS NA FUNÇÃO				215

FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIA PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
QUÍMICO LEGAL	POQL	Graduação em Química ou em Farmácia Bioquímica; Habilitação “C”; Curso de Formação na Escola de Polícia	I	6
			II	8
			III	10
			IV	10
TOTAL DE VAGAS NA FUNÇÃO				34



FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIA PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
TOXICOLOGISTA		Graduação em Química ou Em Farmácia Bioquímica; Habilitação “C”; Curso de Formação na Escola de Polícia	I	6
			II	8
			III	10
			IV	10
TOTAL DE VAGAS NA FUNÇÃO				34

CARREIRA: AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL - CARGO: AGENTE AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL				
FUNÇÃO	CÓDIGO	EXIGÊNCIA PARA INGRESSO	CLASSE	QUANTIDADE DE VAGAS
AUXILIAR DE ANATOMIA E NECRÓPSIA	POAN	2º Grau Completo; Habilitação “C”; Curso De Formação Na Escola De Polícia	I	08
			II	16
			III	24
			IV	32
TOTAL DE VAGAS NA FUNÇÃO				80

**ANEXO III**TABELA DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO  
CARGO DE PERITO OFICIAL

CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
I	I	3.069,28
	II	2.937,11
	III	2.810,64

**ANEXO III**TABELA DE REFERÊNCIA DE VENCIMENTO  
CARGO DE PERITO OFICIAL

II	I	2.651,54
	II	2.537,36
	III	2.428,10
III	I	2.290,66
	II	2.192,02
	III	2.097,62
IV	I	1.978,89
	II	1.893,68
	III	1.812,13

CARGO DE AGENTE AUXILIAR DE  
PERÍCIA OFICIAL

CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
I	I	837,74
	II	801,67
	III	767,14
II	I	723,72
	II	692,56
	III	662,73
III	I	625,22
	II	598,30
	III	572,53
IV	I	540,12
	II	516,87
	III	494,61

CARGO DE PERITO POLICIAL (EM EXTINÇÃO)

CLASSE	REFERÊNCIA	VENCIMENTO BASE
ÚNICA	I	1.255,83
	II	1.201,75
	III	1.150,00

#### ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

SITUAÇÃO ATUAL		ENQUADRAMENTO			
DO CARGO	CLASSE	PARA O CARGO	FUNÇÃO	CLASSE	REFERÊNCIA
MÉDICO LEGISTA	1ª	PERITO OFICIAL	MÉDICO LEGISTA	I	III
	2ª			II	
	3ª			III	
	4ª			IV	
PERITO CRIMINAL	1ª	PERITO OFICIAL	PERITO CRIMINAL	I	III
	2ª			II	
	3ª			III	
	4ª			IV	
QUÍMICO LEGAL	1ª	PERITO OFICIAL	QUÍMICO LEGAL	I	III
	2ª			II	
	3ª			III	
	4ª			IV	
TOXICOLOGISTA	1ª	PERITO OFICIAL	TOXICOLOGISTA	I	III
	2ª			II	
	3ª			III	
	4ª			IV	
AUXILIAR DE ANATOMIA E NECRÓPSIA	1ª	AGENTE AUXILIAR DA PERÍCIA OFICIAL	AUXILIAR DE ANATOMIA E NECRÓPSIA	I	III
	2ª			II	
	3ª			III	
	4ª			IV	
PERITO POLICIAL	ÚNICA	PERITO POLICIAL		ÚNICA	III

#### ANEXO V

CRITÉRIO DE PROMOÇÃO PARA O PESSOAL ATIVO

ENQUADRAMENTO		TEMPO COMPLETO PARA EFEITOS LEGAIS	PROMOÇÃO PARA A:	
CLASSE	REFERÊNCIA		CLASSE	REFERÊNCIA
IV	III	ATÉ 15	IV	II
		DE 20 A 25	III	III
		DE 25 A 30	III	I
		ACIMA DE 30	II	III
III	III	ATÉ 15	III	II
		DE 20 A 25	II	III
		DE 25 A 30	II	I
		ACIMA DE 30	I	III
II	III	ATÉ 15	II	II
		DE 20 A 25	I	III
		DE 25 A 30	I	I
		ACIMA DE 30	I	I
I	III	ATÉ 15	I	II
		DE 20 A 25	I	II
		DE 25 A 30	I	I
		ACIMA DE 30	I	I
ÚNICA	III	ATÉ 25	ÚNICA	II
		ACIMA DE 25		I

#### ANEXO VI

GRATIFICAÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO DA ESTRUTURA DA POLÍCIA CIENTÍFICA

FUNÇÃO	VALOR	QUANTIDADE
DIREÇÃO GERAL	R\$ 2.600,00	1
DIRETOR DE INSTITUTO	R\$ 2.300,00	2
TOTAL		3

## Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC 209, 210 a 221, 224 a 231, 233, 234, 236, 237, 240, 241 e 244/2004, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

373/2004: de autoria do Poder Executivo, que altera os incisos I, II, III, IV e V, do artigo 28, da Lei Complementar nº 40/87, o qual foi convertido em Lei nº 14.555. **Anote-se - Arquivo-se.**

367/2004: de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao *caput* do artigo 3º, da Lei nº 12.317/98, alterado pela Lei nº 12.377/98 (Conselho Penitenciário do Estado do Paraná), o qual foi convertido em Lei nº 14.556. **Anote-se - Arquivo-se.**

277/2004: de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.557. **Anote-se - Arquivo-se.**

421/2004: de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.260/2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, o qual foi convertido em Lei nº 14.558. **Anote-se - Arquivo-se.**

### Lei Complementar

239/2003: de autoria do Ministério Público, que altera a redação do inciso VI, do artigo 141, da Lei Complementar nº 85/99, o qual foi convertido em Lei Complementar nº 105. **Anote-se - Arquivo-se.**

299/2004: de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que altera os dispositivos que especifica, a Lei nº 11.171/95, o qual foi convertido em Lei nº 14.559. **Anote-se - Arquivo-se.**

327/2004: de autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui no Estado do Paraná o Programa de Rastreamento do Câncer Colo-Retal, na Secretaria de Estado da Saúde, o qual foi convertido em Lei nº 14.560. **Anote-se - Arquivo-se.**

457/2004: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dá nova redação ao parágrafo 4º, do artigo 4º, da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, o qual foi convertido em Lei nº 14.578. **Anote-se - Arquivo-se.**

385/2004: de autoria do Deputado Reni Pereira, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Irineo da Costa Rodrigues, o qual foi convertido em Lei nº 14.579. **Anote-se - Arquivo-se.**

221/2004: de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre doações de cordões umbilicais no Estado do Paraná, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.580. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/2004: de autoria do Poder Executivo, que altera os incisos VIII e IX, do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, o qual foi convertido em Lei nº 14.587. **Anote-se - Arquivo-se.**

484/2003: de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe que as maternidades e os estabelecimentos

hospitalares públicos e privados do Estado do Paraná ficam obrigados a realizar gratuitamente, o exame de Emissões Otoacústicas Evocadas (Teste da Orelhinha) para o diagnóstico precoce de surdez nos bebês nascidos nestes estabelecimentos, o qual foi convertido em Lei nº 14.588. **Anote-se - Arquivo-se.**

335/2004: de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que institui dia 25 de novembro como o Dia do Transportador Escolar, o qual foi convertido em Lei nº 14.589. **Anote-se - Arquivo-se.**

490/2004: de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre enquadramento de ocupantes de cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo e do IAPAR, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.590. **Anote-se - Arquivo-se.**

459/2004: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a receber em doação, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o imóvel que especifica, localizado no Município de Clevelândia, o qual foi convertido em Lei nº 14.591. **Anote-se - Arquivo-se.**

439/2004: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel que especifica, no Município de Curiúva, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, o qual foi convertido em Lei nº 14.592. **Anote-se - Arquivo-se.**

262/2004: de autoria do Poder Executivo, que cria na Rádio e Televisão Educativa do Paraná - RTVE, os cargos de provimento em comissão que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.593. **Anote-se - Arquivo-se.**

### Lei Complementar

437/2004: de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, o qual foi convertido em Lei Complementar nº 106. **Anote-se - Arquivo-se.**

454/2004: de autoria do Deputado Alexandre Curi, que estabelece normas e critérios para concursos de remoção nos serviços notoriais e de registro, do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.594. **Anote-se - Arquivo-se.**

677/2003: de autoria do Tribunal de Justiça, que autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça a atualizar o valor da Taxa Judiciária, o qual foi convertido em Lei nº 14.595. **Anote-se - Arquivo-se.**

290/2004: de autoria do Tribunal de Justiça, que cria no Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, os cargos de provimento em comissão que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.597. **Anote-se - Arquivo-se.**

406/2004: de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre o vencimento de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, do Auditor, do Procurador-Geral e dos demais Procuradores e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.598. **Anote-se - Arquivo-se.**

115/2004: de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre realização de exame de diagnóstico clínico de catarata congênita em todas as crianças nascidas

nos estabelecimentos que especifica, através da técnica conhecida como “reflexo vermelho”, e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.601. **Anote-se - Arquivo-se.**

251/2004: de autoria do Poder Executivo, que exclui vantagens do limite de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071/95, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.602. **Anote-se - Arquivo-se.**

712/2003: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe que todos os poderes públicos do Estado do Paraná deverão atender ao princípio da publicidade, estabelecendo sistema para tal finalidade e acrescentando atribuições novas ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIOE, o qual foi convertido em Lei nº 14.603. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC/235/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 676/2003, do Tribunal de Justiça, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/238/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 371/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/239/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 351/2004, do Poder Executivo, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/211/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 325/2004, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Ademir Bier, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/218/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 205/2004, de autoria do Deputado Ailton Araújo, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/223/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 295/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tendo em vista que o trecho rodoviário PR-493, ex-PR-469, já tem denominação dada pela Lei nº 7747, de 13 de outubro de 1983. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/232/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 410/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/242/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 315/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/243/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 095/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral e outros, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/245/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/246/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 626/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/247/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 184/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/248/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 229/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/249/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 329/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/250/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 357/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/222/2004, do Sr. Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 075/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/217/2004, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 267, 293, 297, 304, 316, 318, 322, 326, 330, 338, 339, 340, 343, 347, 348, 350 e 352/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC/12, 13 e 15/2005, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, encaminhando para os devidos fins, os Projetos de Lei nºs 355, 369, 396, 398, 400, 411, 412, 413, 415, 420, 427, 430/2004, 713, 721/2003, 139, 182, 183, 190, 275, 344, 353, 354, 360, 363, 364, 365, 366, 376, 377, 378, 379, 380, 383, 386, 387, 391, 397 e 392/2004, respectivamente. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC/001/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 390/2004, de autoria do Deputado Barbosa Neto, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/002/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 672/2003, de autoria do Deputado Ademir Bier, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/003/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 729/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/004/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 013/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/005/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/006/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 268/2003, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC/011/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRAL-

MENTE o Projeto de Lei nº 187/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob os nºs CTL/CC/007, 008, 009 e 010/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

485/2004: de autoria do Deputado Hermas Brandão, que acrescenta alíneas ao inciso II, do artigo 14, da Lei nº 11.580/96, o qual foi convertido em Lei nº 14.604. **Anote-se - Arquivo-se.**

216/2004: de autoria do Poder Executivo, que dispõe que o atendimento à saúde dos militares estaduais da ativa, da reserva remunerada, reformados e respectivos dependentes de que trata o artigo 60 da Lei nº 6417/73, será proporcionado pelo órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.605. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/2004: de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, que dispõe sobre compensação, com precatórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado, de créditos pertencentes ao Estado do Paraná relativos aos Ativos adquiridos pelo BANESTADO S/A, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.606. **Anote-se - Arquivo-se.**

248/2004: de autoria do Deputado Alexandre Curi, que estabelece que as instituições de ensino do Estado do Paraná de 5ª a 8ª séries contemplem em sua proposta pedagógica, estudo sobre o uso indevido de drogas e prostituição infantil, no sentido de orientação, o qual foi convertido em Lei nº 14.607. **Anote-se - Arquivo-se.**

## **Indicações:**

### **INDICAÇÃO Nº 001/2005**

Exmo. Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação.

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosa-mente, para reiterar providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Universidade, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio desse e dos bairros adjacentes.

Sala das Sessões, em 16.01.2005.

(a) ELZA CORREIA

### **JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de obra de extrema importância para o Parque Universidade e bairros vizinhos, todos da periferia de Londrina.

Ocorre que os alunos desses bairros, pela falta de escola e de condições para custear o passe escolar, têm de caminhar cerca de quatro quilômetros até a escola mais próxima, localizada no Conjunto Avelino Pereira, ou a outras ainda mais distantes, expondo-se a riscos de vio-

lência e atropelamentos, uma vez que têm de atravessar a PR-445.

Consoante se pode constatar das inclusas reportagens dos jornais locais, a falta de escola no bairro é um problema que se arrasta sem solução há vários anos, o que tem gerado protestos dos moradores.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo subscritos, da Bancada do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, indicam o Deputado Ademar Luiz Traiano para exercer durante o biênio de 2005-2006 o cargo de Líder do Partido nesta Casa de Leis.

Certo de vosso entendimento, ficamos gratos elevando protestos de estima, apreço e consideração.

Cordialmente.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, LUIZ NISHIMORI, LUIZ ACCORSI, MILTINHO PUPIO, FRANCISCO BÜHRER, VALDIR ROSSONI, NELSON GARCIA e ADEMAR TRAIANO.

### *Requerimentos:*

#### REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais vem REQUERER, após ouvido o douto Plenário, o desarquivamento dos Projetos de Lei: 463/97, 180/98, 248/98, 249/98, 280/98, 022/00, 621/02, 665/02, 054/02, 125/02, 665/02, 054/02, 125/02, 132/02, 162/02, 299/94, 004/95, 005/95, 006/95, 007/95, 252/95, 404/95, 475/96, 007/00, 252/00 e 367/00 (arquivados em razão do artigo 250 do Regimento Interno, para que siga seu trâmite legislativo.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja designado o dia 07 (sete) de março de 2005, às 17 horas, no plenário desta Assembléia, a outorga do Título de Cidadão Honorário ao Sr. Waldemar Allegretti, concedido através da Lei nº 14.504, de 24 de outubro de 2004, de acordo com projeto de lei de nossa autoria.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente:

As Deputadas que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUEREM o uso do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 08 de março, para solenidade em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(aa) ELZA CORREIA, CIDA BORGHERTTI, LUCIANA RAFAGNIN e ARLETE CARAMÊS.

#### REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante firmado facultado pelas disposições regimentais desta Casa Legislativa, vem REQUERER a V. Exa. a designação da data do dia 07 de abril do ano em curso para a realização de Sessão Solene pela passagem dos 100 anos de fundação do Rotary Clube.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Amilton Wagner Bizotto, no Município de Agudos do Sul.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 22 anos de idade faleceu dia 03 do corrente, em lamentável acidente automobilístico, o jovem Amilton Wagner Bizotto, residente na BR-419, km 12, Município de Agudos do Sul.

Amilton era filho do vereador Sr. José Amilton Bizotto; deixou 05 irmãos.

O passamento de Amilton veio abrir enormes lacunas no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou o convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia, seu consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada, dedicada à família e aos amigos.

Sua família, a família que o adorava, despede-se em lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo.

Aceite, pois, prezada família Bizotto nossas como-vidas despedidas do filho querido e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê merecido repouso. Descanse em paz, Amilton.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bizotto, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 026

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família Suzek, de Marechal Cândido Rondon, PR, pelo falecimento da Sra. Filomena Suzek, no último dia 13 de fevereiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade e rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que a Sra. Filomena deixou para todos nós.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Fernandes Suzek, via correspondência a ser encaminhada à Rua da Graça, 800 - lote 2 - Jardim Marechal - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 028

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Estefani Fernandes Germano da Silva.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 031

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sady Odreski, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 033

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ricardo Valter, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 034

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Talezi, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 038

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rosa dos Santos Nunes, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ignácio Bajerski Sobrinho, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida por todos que o conheciam, amigos e fami-

liares, deixando muitas saudades em todos. recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 009

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de São João do Triunfo pela passagem, no dia 15 de fevereiro/2005, de seus 115 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência ao Exmo. Sr. Olisses Bacil, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Acir Vagner, bem como a todos os Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No dia 15 de fevereiro/2005, São João do Triunfo, comemorou seu 115º aniversário de emancipação política, e, é com muita satisfação que constatamos que o Município atravessa uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo já conquistou com trabalho e dedicação, com o respaldo de seus representantes, bem como com a colaboração de toda a comunidade, satisfatoriamente se transformará em realidade.

É possível sentir e viver hoje a transformação do Município de São João do Triunfo, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las sempre contando com o apoio e a participação do seu povo exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

É portanto, nesta data tão significativa que o Prefeito, o Vice-Prefeito e todos os Vereadores, bem como toda a população de São João do Triunfo são credores da homenagem e do reconhecimento deste Deputado, na certeza de que o Município continuará com a mesma pujança e garra, sendo exemplo e cópia-modelo para os demais Municípios paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 010

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, voto de congratulações para o jornal Gazeta do Povo, pela passagem dos

86 anos de fundação do jornal “Gazeta do Povo”, endereçado ao seu diretor, jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCAPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Gazeta do Povo, fundada em 3 de fevereiro de 1919, consolidou-se como o mais representativo jornal do Paraná e um dos mais destacados do Brasil, por sua linha editorial objetiva, equilibrada e voltada para a promoção do interesse público e na defesa das causas de interesse permanente da nossa sociedade.

Nesses 86 anos de funcionamento ininterrupto, o jornal dirigido pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho sempre se pautou pelo mais rigoroso bom senso, valorizando a divulgação dos fatos positivos da coletividade, defendendo em seus editoriais a solução para os problemas que se apresentam e respeitando escrupulosamente a moral e dignidade das pessoas comuns quanto dos governantes e personalidades alcançadas à ribalta do cenário social.

Por isso a Gazeta do Povo é uma unanimidade geral entre os paranaenses, que lhe retribui esse comportamento exemplar com o sucesso empresarial que a tornou cabeça de um grupo editorial de porte nacional - a Rede Paranaense de Comunicação, integrada por emissoras de televisão e rádio, jornais, portais e internet e outras operações voltadas à construção de uma sociedade mais justa e mais próspera, no marco do desenvolvimento do Paraná e do Brasil.

#### REQUERIMENTO Nº 022

Senhor Presidente:

A Bancada do Partido Progressista na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - formada pelos Deputados que o presente subscrevem - usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos nos anais desta Casa, votos de congratulações ao Deputado Federal Severino Cavalcanti, do PP de Pernambuco, pela brilhante vitória alcançada na madrugada do dia 15 do corrente mês, nas eleições para a Presidência da Câmara Federal, para o biênio 2005/2006.

Justifica o presente requerimento com o fato inédito de que pela primeira vez na história do Poder Legislativo Federal, a Câmara Alta do País, não será presidida pelo maior Partido daquela Casa.

Concorrendo com outros quatro candidatos - inclusive o candidato oficial do Governo e do Partido Majoritário (PT) - O Deputado Severino Cavalcanti alcançou com uma diferença de 105 votos, vitória consagradora, o que lhe valeu o terceiro cargo mais importante na ordem da sucessão presidencial.

A Bancada do Partido Progressista na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná está orgulhosa pelo fato de saber que o idealismo de seus integrantes será concretizado na determinação e honradez de seu representante



na Presidência da Câmara Federal em Brasília, contribuindo com o desenvolvimento do País e com a soberania da Democracia Brasileira.

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI, DUÍLIO GENARI e CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa de voto de louvor à direção, pedagogos, professores, APP e alunos da Escola Municipal Papa João XXIII, de Curitiba, Capital do Estado, escolhida a quarta melhor escola do Brasil e ao Colégio Marcelino Champagnat de Londrina, escolhido a oitava melhor escola do Brasil, no ranking da revista Veja/Ministério da Educação, onde foi levada em conta prova de língua portuguesa entre os alunos.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia do Povo paranaense precisa valorizar quem educa para o futuro. Afinal, ainda vale o ensinamento de Sócrates, que já no quinto século antes de Nosso Senhor Jesus Cristo ensinava-nos:

“As cidades não precisam ser governadas, as cidades precisam ser educadas...”

Todas as 10 escolas vencedoras possuíam bibliotecas, e o Diretor da Escola Municipal Papa João XXIII, professor José Roberto Caron dos Santos, declarou ao jornal Folha de Londrina, em reportagem publicada ontem, 15 de fevereiro, que além da maioria dos 142 professores já possuírem pós-graduação, atribui o fato, à existência, junto à Escola do Farol do Saber Rocha Pombo, biblioteca com mais de 7 mil livros, e 25 computadores ligados à internet.

Estenda-se a todos os responsáveis este louvor. Este Deputado, criador dos Faróis do Saber, guarda em seu coração a mais viva alegria e a pronuncia hoje e aqui.

#### REQUERIMENTO Nº 036

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Jacob Micos e Érica Micos, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 037

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Norberto Grahl e Alvanyr Mara Jareski Grahl, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER votos de louvor à Dra. Tânia Schaefer, que não mediu esforços no atendimento à menina LÍlian Caldato de Oliveira, simbolizando profissionalismo e amor à sua atividade e ao ser humano, sobretudo porque atendeu alguém que não possuía recursos financeiros.

Por esta razão, a Assembléia Legislativa do Paraná sente-se honrada em cumprimentar a referida médica pela solução do caso da menina.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Maurício Muniz.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 018

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Manoel Tavares Neto.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 002

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUEREM envio de moção ao Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal e aos Senadores do Estado, solicitando que o Senado se posicione contrário à Medida Provisória nº 232, ora em discussão.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Delegado Bradock, Francisco Bühner, Nelson Justus, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Elza Correia, Marcos Isfer, Ademir Bier, Cesar Seleme, Dobrandino da Silva, Reni Pereira, Ailton Araújo, Cida Borghetti e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em apreço justifica-se face ao Governo Federal não se preocupar com os nefastos efeitos que a sobrecarga tributária provoca no seio da sociedade, pois somos detentores da maior taxação do Planeta, sem no entanto recebermos os benefícios em forma de serviço público.

No momento em que se fala em eficiência e competência gerencial como paradigmas de sobrevivência na economia globalizada, o governo, na sua “onipotência”, ignora estes valores, e sem o mínimo pudor, lança sobre o bolso do cidadão mais impostos, sem no entanto fazer um esforço sério na melhoria dos gastos públicos.

Por estas e outras razões é que os Deputados e Deputadas que subscrevem, esperam de V. Exa. que coloque em votação e posterior encaminhamento.

#### REQUERIMENTO Nº 003

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto

Plenário, respeitosamente, REQUEREM envio de moção ao Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara Federal e a Bancada de Deputados Federais do Estado, com assento na Casa, solicitando que a Câmara Federal se posicione contrária à Medida Provisória nº 232, ora em discussão.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Delegado Bradock, Francisco Bühner, Nelson Justus, Dobrandino da Silva, Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Elza Correia, Ademir Bier, Cesar Seleme, Reni Pereira, Ailton Araújo, Cida Borghetti e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em apreço justifica-se face ao Governo Federal não se preocupar com os nefastos efeitos que a sobrecarga tributária provoca no seio da sociedade, pois somos detentores da maior taxação do Planeta, sem no entanto recebermos os benefícios em forma de serviço público.

No momento em que se fala em eficiência e competência gerencial como paradigmas de sobrevivência na economia globalizada, o governo, na sua “onipotência”, ignora estes valores, e sem o mínimo pudor, lança sobre o bolso do cidadão mais impostos, sem no entanto fazer um esforço sério na melhoria dos gastos públicos.

Por estas e outras razões é que os Deputados e Deputadas que subscrevem, esperam de V. Exa. que coloque em votação e posterior encaminhamento.

#### REQUERIMENTO Nº 001

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Educação do Estado do Paraná, anexando ofícios nº 27/2003 e 32/2003 do Colégio Estadual Polivalente de Goioerê, para que dentro do possível determine ao órgão competente o atendimento da solicitação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Além dos motivos constantes do Ofício 32/2003, verificamos pessoalmente, em visita que fizemos àquela cidade, que a solicitação é mais do que justa e necessária. Entendemos que a manutenção e pintura daquele colégio é fundamental para a preservação do patrimônio público, além de torná-lo um ambiente mais digno para os alunos.

#### REQUERIMENTO Nº 005

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos

providências urgentes no sentido de melhorar a segurança pública no Estado do Paraná.

Requer, outrossim, específico ataque ao problema da violência na Avenida das Torres, em Curitiba, especialmente nos pontos mais críticos, quais sejam: 1) Brasília Itiberê (na frente da Igreja), próximo ao viaduto do Colorado; 2) no primeiro semáforo da Avenida das Torres, após o Viaduto do Colorado; 3) semáforo em frente ao Habib's.; 4) semáforo próximo ao Big e Viaduto da Antiga BR-116; e 5) Rua Guabirotuba, dentro da favela, esquina com Rua Felipe Camarão e Imaculada Conceição.

Requer, também, seja promovido o monitoramento com câmeras de vídeo nos pontos críticos de violência citados e aumentado o efetivo de policiais nesses locais, com motocicletas e viaturas.

É preciso destacar que não se combate a violência sem efetivo treinado e com remuneração digna. É essencial oferecer condições de trabalho ao policial, seja militar ou civil, com viaturas e armamento em condições de superar o avanço da criminalidade que vem tomando rumos assustadores no Paraná, inclusive com a criação de guetos onde a polícia não pode entrar.

Imprescindível se faz o trabalho conjunto das Polícias Civil e Militar com participação decisiva da Delegacia de Menores. É de conhecimento público que a maioria dos crimes envolve menores e essas forças tarefas necessitam desse trabalho múltiplo.

A signatária sofreu um assalto no dia 13 (treze) de fevereiro, por volta das 20 horas, na Avenida das Torres, quando vinha do aeroporto de São José dos Pinhais.

Contudo, presta seu reconhecimento ao trabalho dos policiais que lhe prestaram socorro: Aspirante Souza VTR 4140 CPU, Soldado Bientinesi VTR 4730 e Soldado Edeimar VW-Gel.

Esses abnegados policiais militares, assim como todos os membros dessa valorosa corporação, mesmo com equipamentos e viaturas deteriorados e obsoletos diante da potência da marginalidade, arriscam suas vidas diariamente, poucas pessoas analisam a situação em que vivem os policiais, civis ou militares.

Não podemos desprezar o lado social do problema da violência no Paraná, onde o caráter preventivo está aquém de oferecer uma solução, mesmo que a longo prazo.

Nós, que detemos a orientação de políticas públicas, precisamos priorizar a educação fundamental, a família, a creche, enfim, a formação de base do ser humano, para que possamos, em futuro próximo, chamá-lo cidadão.

Poucas crianças que moram nas ruas tiveram oportunidade de estudar e conquistar um trabalho digno. Muitos marginais tiveram oportunidade de estudar e continuaram marginais. Assim, o que nasceu nas ruas do nosso Estado pode estar em qualquer lugar, pode galgar postos de expressão na sociedade, basta que se invista maciçamente na educação das nossas crianças, para que

elas compreendam a importância de uma sociedade mais justa.

A revista Veja, de 16 de fevereiro de 2005, traz em sua capa a sugestiva manchete: A Coreia fez, o Brasil também pode fazer.

Referida publicação enviou para conhecer o perfil coreano de educação a jornalista Mônica Weinberg, que formulou sete lições da Coreia para o Brasil:

1 - concentrar os recursos no ensino fundamental - e não na universidade - enquanto a qualidade nesse nível for sofrível;

2 - premiar os melhores alunos com bolsas e aulas extras para que desenvolvam seu talento;

3 - racionalizar os recursos para dar melhores salários aos professores;

4 - investir em pólos universitários voltados para a área tecnológica;

5 - atrair o dinheiro das empresas para a universidade, produzindo pesquisa afinada com as demandas do mercado;

6 - estudar mais. Os brasileiros dedicam cinco horas por dia aos estudos, menos da metade do tempo dos coreanos; e

7 - incentivar os pais a se tornarem assíduos participantes nos estudos dos filhos.

“A Coreia do Sul e o Brasil já foram países bastante parecidos. Em 1960 eram típicas nações do mundo subdesenvolvido, atoladas em índices socioeconômicos calamitosos e com taxas de analfabetismo que beiravam os 35%. Na época, a renda *per capita* coreana equivalia à do Sudão: patinava em torno de 900 dólares por ano. Nesse aspecto, o Brasil levava alguma vantagem - sua renda *per capita* era o dobro da coreana. A Coreia amargava ainda o trauma de uma guerra civil que deixou 1 milhão de mortos e a economia em ruínas. Hoje, passados quarenta anos, um abismo separa as duas nações. A Coreia exibe uma economia fervilhante, capaz de triplicar de tamanho a cada década. Sua renda *per capita* cresceu dezenove vezes desde os anos 60, e a sociedade atingiu um patamar de bem-estar invejável. Os coreanos praticamente erradicam o analfabetismo e colocaram 85% dos jovens na universidade. Já o Brasil mantém 13% de sua população na escuridão do analfabetismo e tem apenas 18% dos estudantes na faculdade. Sua renda *per capita* é hoje menos da metade da coreana. Em suma, a Coreia apostou no investimento ininterrupto e maciço na educação”.

“É um equívoco imaginar que a experiência da Coreia possa ser integralmente transplantada para o Brasil. Como a maior parte das sociedades orientais, a coreana exibe um sentido de hierarquia que não encontra paralelo entre os brasileiros. Ela também é muito mais homogênea cultural e etnicamente...”

Sem encerrar de frente o problema, colocando o lado humano e social em primeiro lugar, investindo no cidadão, não poderemos mais falar sobre segurança e a cada dia ficaremos mais reféns em nossos carros, nas ruas e em nossas casas.

A única certeza que temos hoje é que o Estado, com sua segurança precária, não tem como defender a integridade do cidadão.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Delegado Bradock, Duílio Genari, Natálio Stica e Marcos Isfer.

#### REQUERIMENTO Nº 007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Secretário da Educação do Estado do Paraná, anexando Ofício nº 09/2005 do Colégio Estadual Duque de Caxias, da Cidade de Goioerê, para que dentro do possível determine ao órgão competente o atendimento da solicitação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de quadra esportiva inacabada e sem cobertura.

A falta de cobertura está pondo a perder o dinheiro ali aplicado, além de privar mais de 800 (oitocentos) alunos da prática de esportes em dias de chuva e frio.

#### REQUERIMENTO Nº 008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador, anexando Ofício nº 019/2005 da APAE da Cidade de Goioerê, para que dentro das possibilidades, determine ao órgão competente o atendimento das solicitações.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

As fotos anexadas ao ofício provam a necessidade urgente de que providências sejam tomadas. Trata-se de obra inacabada e dinheiro público ali aplicado sendo jogado fora, se o Governo não determinar o atendimento.

#### REQUERIMENTO Nº 011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando a concessão urgente de melhorias salariais ao quadro de Auditores Fiscais do Estado, tendo em vista que, não obstante a arrecadação estadual estar situada entre as cinco maiores do País, a remuneração dos Auditores encontra-se entre as últimas, sendo tal situação vexatória e injusta, destoando das recentes manifestações de S. Exa. o Governador

do Estado que, publicamente, reconheceu a excelência do trabalho fiscal do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Além dos motivos já expostos no próprio requerimento, faz parte da política do atual Governo o ajuste das remunerações do pessoal do Poder Executivo de forma pontual, ex.: professores, pessoal da área de saúde, policiais, etc.

No caso em tela, a concessão de melhorias é de inteira justiça já que o comportamento de arrecadação do Estado deve-se em grande parte ao enorme esforço da categoria, realizando um trabalho incansável e diuturno na fiscalização e normatização tributária visando que os recursos sejam efetivamente recolhidos ao erário público.

#### REQUERIMENTO Nº 016

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia seja enviado aos Secretários de Estado da Cultura e da Educação o seguinte pedido, referente à Casa de Leitura Zélia Gattai, do Município de Barra do Jacaré, que merece todo apoio do Governo e das instituições, pela qualidade do trabalho ali desenvolvido em favor da instrução pública, pela professora Maria Aparecida Almeida, a quem dê esta Assembléia do Povo o devido louvor e valor.

Solicita-se;

1 - À Secretária da Cultura, através do seu setor de editoração, e à Biblioteca Pública do Paraná, através do seu setor de distribuição, que incluam a Casa da Leitura Zélia Gattai no programa de envio de livros e publicações culturais e paranistas;

2 - À Secretaria da Educação, através do seu setor de literatura, que envie parte dos livros destinados às escolas públicas a esta biblioteca de interior;

O endereço é Casa da Leitura Zélia Gattai - Rua Maria José Guiniatti, 801 - 86385-000 - Barra do Jacaré/PR - Telefone 43-5371016.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Luiz Eduardo Cheida, DD. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ao Sr. Lindsay da Silva Rasca Rodrigues, MD. Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, solicitando a instalação de um escritório regional do Instituto no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

A instalação de um escritório do IAP no Município de Medianeira tem como objetivo facilitar o acesso aos inúmeros serviços prestados pelo Órgão, o que atualmente é realizado no Município de Foz do Iguaçu, localizado a cerca de 50 quilômetros. Atualmente, por exemplo, para um simples corte de árvore o cidadão necessita deslocar-se a essa elevada distância para obter autorização.

Salientamos que a sua instalação beneficiará também os Municípios de Missal, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia e Itaipulândia, que poderão se utilizar dos serviços prestados pela unidade.

**REQUERIMENTO Nº 021**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de uma unidade do IML - Instituto Médico Legal, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de Medianeira conforme informado pelo cartório local e com base em levantamentos do IBGE, no ano de 2004, incluindo os Municípios vizinhos de Ramilândia e Santa Helena, registrou duzentos e um óbitos.

O significativo aumento da população nesses últimos anos na região contribui proporcionalmente para os óbitos, e atualmente quando há necessidade de necropsia os cadáveres são transportados por cerca de 50 quilômetros até Foz do Iguaçu, superlotando aquela Unidade, bem como trazendo grandes transtornos às famílias enlutadas.

Salientamos ainda que a instalação da referida unidade beneficiará sobremaneira a população dos Municípios citados da necessidade da sua população utilizar outros serviços de competência do órgão, como exames de lesões corporais, por exemplo, não necessitando dessa forma se locomover a uma longa distância para receber atendimento.

**REQUERIMENTO Nº 030**

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede o envio de *notitia criminis* ao douto Ministério Público Estadual, na pessoa do seu Procurador Geral Doutor Milton Riquelme de Macedo, ao Presidente do IAP, Lindsley Raska Rodrigues, e ao Superintendente do IBAMA no Paraná, Marino Elígio Gonçalves, ao Presidente do IBAMA nacional, Marcus Barroso Barros, bem como ao Superintendente da APA, Eduardo Requião de Mello e Silva, com o seguinte teor:

A empresa chilena Companhia Naviera Ultragas, proprietária do navio Vicuña, que incendiou-se a

15 de novembro de 2004, pondo em risco nosso porto e nossa primeira cidade, inclusive durante a procissão da Padroeira do Estado, agora afirma, através, seu advogado Dr. Leven Siano que prefere “cortar o navio em pedacinhos e dá-lo aos pescadores que reclamam indenizações pelo tempo que ficaram sem poder exercer sua pesca de sobrevivência, do que pagar-lhes a justa indenização em dinheiro”, pleiteada em juízo pelo Sindicato dos Pescadores de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba.

Dizem ainda os chilenos, através as rádios de Paranaguá, e em juízo, que “Metanol não é poluente para as águas e o meio ambiente, e que o dano sofrido pelos pescadores decorreu da falta de estrutura preventiva do Porto de Paranaguá”. O que é absolutamente falso nas duas assertivas, uma pela química, outra comprovada pela perícia e pela geografia, tendo ocorrido a explosão no navio e no terminal privado da Catalina.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**REQUERIMENTO Nº 035**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando informações sobre quanto o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Parapanema - CISMEDPAR, destinou anualmente para a folha de pagamento nos últimos quatro anos e qual o total de profissionais contratados, ano a ano, nesse mesmo quadriênio.

Solicitamos também informações sobre o número de cirurgias eletivas realizadas nos últimos quatro anos, ano a ano, em cada Hospital cadastrado nos respectivos municípios consorciados.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 046**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi solicitando o urgente serviço de resgateamento no trecho que liga o Município de Braganey à BR-369.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) RENI PEREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação deve-se às precárias condições de tráfego nessas rodovias, trazendo grande preocupação à economia do Município citado, já que toda produção agrícola depende deste trecho para o seu escoamento.

É necessário uma ação urgente do Governo do Estado para a solução deste grave problema.

**REQUERIMENTO Nº 047**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi solicitando o urgente serviço de recapeamento da PR-474, no trecho que liga os Municípios de Iguatu a Braganey.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) RENI PEREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação deve-se às precárias condições de tráfego nessas rodovias, trazendo grande preocupação à economia do Município citado, já que toda produção agrícola depende deste trecho para o seu escoamento.

É necessário uma ação urgente do Governo do Estado para a solução deste grave problema.

**REQUERIMENTO Nº 048**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi solicitando o urgente serviço de recapeamento no trecho que liga o Município de Cafelândia à BR-369.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) RENI PEREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

Tal solicitação deve-se às precárias condições de tráfego nessas rodovias, trazendo grande preocupação à economia do Município citado, já que toda produção agrícola depende deste trecho para o seu escoamento.

É necessário uma ação urgente do Governo do Estado para a solução deste grave problema.

**REQUERIMENTO Nº 027**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa., para REQUERER à SESP informações sobre a aeronave helicóptero Robinson 44, Prefixo PT-YAN, que foi usado na operação-verão 2005, indicando sua aplicabilidade em resgate, qual o valor da locação, quem era o piloto, se o mesmo tinha autorização do Departamento de Aviação Civil para fazer vôos hoverados em vias públicas, quem é o proprietário e se foi feita licitação para a execução dos serviços.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

**REQUERIMENTO Nº 004**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, em comple-

mento às informações solicitadas pelo Deputado Delegado Bradock em requerimento apresentado nesta data, se o helicóptero utilizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública na Operação Verão estava devidamente segurado, qual o valor da apólice e juntar respectiva cópia.

Sala das Sessões, em 16.02.2005

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 019**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Pugliesi, REQUERENDO pedido de informações a respeito do processo de arrendamento do Armazém AZ-06, situado na faixa do Porto de Paranaguá. Tais informações deverão ser encaminhadas com cópia de todo o processo licitatório, desde sua publicação de licitação até o contrato de arrendamento para a iniciativa privada.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) WALDIR LEITE

**REQUERIMENTO Nº 023**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, solicitar o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi, REQUERER pedido de informações a respeito da arrecadação de pedágio na Concessionária Ecovia Caminho do Mar S/A, conforme abaixo:

- Qual o valor total arrecadado nos anos de 2003 e 2004.

- Qual o valor total recolhido de ISS nos anos de 2003 e 2004.

- Qual o percentual utilizado para recolhimento de ISS.

- Quais os Municípios que recebem parte de ISS.

- Do recolhimento de ISS, quais os valores que foram distribuídos aos Municípios nos anos de 2003 e 2004.

- Qual critério utilizado para a distribuição dos valores aos Municípios.

Outrossim, solicitamos que as informações sejam encaminhadas por Município e os valores sejam mês a mês.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) WALDIR LEITE

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 002/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a alínea “c” do inciso V, do artigo 14, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos automotores:

.....  
V - de propriedade de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.

.....  
c) o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos criadores, e no caso de menor de idade com deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, pelos pais ou responsáveis legais;”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

### JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é sanar problemas na aplicabilidade da Lei nº 14.260, no tocante à questão dos menores, que têm seus pais como responsáveis legais, questão esta prevista no texto legal, o que os impossibilita de usufruírem da isenção do IPVA, concedida aos deficientes proprietários de veículos automotores.

Desta forma pretendemos aplicar o princípio da isonomia, estendendo aos menores o direito da isenção concedida por esta lei.

Entendemos que o benefício visa auxiliar a todos os portadores de deficiências, portanto, também àqueles que por sua menoridade têm seus pais como responsáveis legais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 003/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, incumbido da implantação das terapias naturais para o atendimento da população do Estado do Paraná.

§ 1º - Entende-se como terapias naturais todas as práticas de promoção de saúde e prevenção de doenças que utilizem basicamente recursos naturais.

§ 2º - Dentre as terapias naturais destacam-se modalidades, tais como: massoterapia, fitoterapia, terapia

floral, acupuntura, hidroterapia, cromoterapia, aromaterapia, geoterapia, quiropraxia, ginástica terapêutica, iridologia e terapias de respiração.

Art. 2º - Para o exercício da função, os profissionais habilitados a exercer as terapias naturais citadas no artigo 1º deverão estar inscritos nos respectivos órgãos de classe existentes no Município, Estado ou País.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

### JUSTIFICATIVA:

Tem a presente proposição a finalidade de implantar terapias naturais para o atendimento da população do Estado do Paraná.

Por terapias naturais se entendem todas as práticas que promovam a saúde e previnam as doenças usando basicamente recursos naturais.

Pretende-se com esta prática o retorno do homem à natureza, trazendo de volta a condição de orientação ao povo em geral sobre as plantas medicinais e os procedimentos naturais que podem ajudar a Saúde Pública a cobrir as deficiências que ocorrem hoje em seu atendimento.

Através da ministração de terapias alternativas para o tratamento de doenças e disfunções, busca-se, também, o restabelecimento do equilíbrio mental e emocional dos pacientes.

A ONU reconhece cerca de 150 terapias alternativas, o que revela o crescente reconhecimento e respeito por esta especialidade da área de saúde.

Face o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 004/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Científica Natural New University, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

**JUSTIFICATIVA:**

A “Associação Científica Natural New University”, CNPJ nº 03.005.474/0001-14, é uma entidade de relevantes serviços, que objetiva desenvolver no jovem, conceitos de educação, saúde, ecologia e direitos humanos, além de realizar intercâmbios culturais entre os países do MERCOSUL, prezando pelo ensino avançado à distância, por internet, vídeo, CDS, módulo, vídeo-conferências, dentre outros.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem-estar dos jovens. Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

**PROJETO DE LEI Nº 005/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Assaad Nabhan.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

**Apoio:**

Augustinho Zucchi e Neivo Beraldin.

**JUSTIFICATIVA:**

Assaad Nabhan consolidou no último ano, uma trajetória de 25 anos de trabalho e de evolução ao lado da bandeira Chevrolet.

Uma história que começou no final dos anos 70, em Umuarama - noroeste do Paraná, através da UVEL - concessionária Chevrolet, adquirida em 1979 e administrada pelos irmãos e sócios Assaad e Georges Nabhan.

Rapidamente a UVEL conquistou espaço entre as melhores concessionárias Chevrolet do Paraná.

O volume de veículos comercializados garantiu a Umuarama um dos maiores percentuais de participação da marca Chevrolet em todo o Brasil.

Em novembro de 1996, Assaad Nabhan chegou a Londrina, onde adquiriu a Metronorte Comercial de Veículos, incorporando ao mercado a experiência acumulada ao longo de sua trajetória como concessionárias Chevrolet.

Valendo-se de uma estratégia agressiva de varejo, a Metronorte alcançou em poucos anos uma forte liderança regional.

Em 1998 o Grupo Nabhan foi credenciado pela GM do Brasil para atuar como concessionária Chevrolet para São José dos Pinhais e região Metropolitana.

Em 1999 a Metronorte incorporou a Moro Veículos - Concessionária Chevrolet na vizinha cidade de Cambé.

Em 2002 a empresa incorporou também a Igapó Veículos, tradicional concessionária de Londrina.

Em 2003 o Grupo Nabhan incorporou a Dipave Veículos de Curitiba.

Com este investimento, o grupo passou a contar com a concessionária na Avenida Floriano Peixoto, conhecida como o coração automotivo da capital paranaense.

**PROJETO DE LEI Nº 005/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Nos casos de contratação de demanda de potência não incidirá o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, sob nenhum título.

§ 1º - O tributo tratado no *caput* somente incidirá sobre a quantidade e energia elétrica efetivamente consumida.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contados da data de sua publicação, inclusive no que tange à atuação da empresa concessionária estadual de energia elétrica.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

**JUSTIFICATIVA:**

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do Legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.



As empresas paranaenses são clientes da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A, de quem compram a energia elétrica que consomem no seu estabelecimento, indispensável para o desenvolvimento de suas atividades.

Mensalmente recebem a respectiva fatura de cobrança da COPEL, que nos termos do artigo 11 do Decreto nº 62.724 de 17 de maio de 1968, cobra uma importância relativa ao consumo de energia elétrica e outra relativa à demanda de potência (ou seja, potência de energia que é colocada à disposição do consumidor mas que não é consumida). Os respectivos valores vêm discriminados na conta de luz. Assim, por exemplo, no mês de agosto de 2001, na conta de luz da Auto foram cobrados R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de consumo de energia e R\$ 1.000,00 (um mil reais) a título de demanda de potência.

Conforme discriminado nessas mesmas faturas, incide ICMS indistintamente, tanto sobre o valor do consumo efetivo quanto sobre o valor cobrado a título de demanda ou reserva, de potência.

É por ser inconstitucional e ilegal a exigência do ICMS sobre a parcela relativa à demanda de potência que se propõe o presente projeto de lei.

O ICMS vem genericamente previsto no artigo 155, II, da Constituição Federal, que institui: "Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior."

Ou seja, o ICMS é um imposto que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre serviços específicos, previstos *numerus clausus* na Constituição Federal (serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação).

É pacífico na doutrina e na jurisprudência que a incidência do ICMS sobre as operações relativas à circulação de energia elétrica decorre da inclusão desta como espécie do gênero mercadoria.

No caso do ICMS cobrado nas faturas de energia elétrica, no entanto, verifica-se que o imposto incide indistintamente sobre a parcela de valor relativa ao consumo efetivo da mercadoria energia elétrica e também sobre a parcela de valor relativa à demanda de potência.

Ocorre, porém, que a demanda de potência não se amolda ao conceito de mercadorias, nem tampouco sua exigência configura circulação. Nesse sentido, mister se faz buscar o conceito de circulação de mercadorias para fins de incidência do ICMS, como meio de se identificar com clareza as operações que se inserem no aspecto material da hipótese de incidência daquele imposto, e quais não.

Em primeiro plano, deve-se ter em mente que o termo circulação de mercadorias traduz uma operação jurídica, ou seja, uma transferência de domínio (tradi-

ção), seja através da compra e venda, escambo, doação ou dação. Neste ponto a doutrina é unânime, *ad litteram*:

**Paulo de Barros Carvalho:**

"Circulação é a passagem das mercadorias de uma pessoa para outra, sob o manto de um título jurídico, equivale a declarar, à sombra de um ato ou de um contrato, nominado ou inominado. Movimentação, com mudança de patrimônio."<sup>1</sup>

**Geraldo Ataliba e Cleber Giardino:**

"Circular significa, para o Direito, mudar de titular. Se um bem ou uma mercadoria mudam de titular, circula para efeitos jurídicos. Convenciona-se designar por titularidade de uma mercadoria, à circulação de alguém deter poderes jurídicos de disposição sobre a mesma, sendo ou não seu proprietário (disponibilidade jurídica)."<sup>2</sup>

**Carvalho de Mendonça:**

"As mercadorias passando por diversos intermediários no seu percurso entre os produtores e os consumidores, constituem variados e sucessivos contratos. Na cadeia dessas transações dá-se uma série continuada de transferência da propriedade ou posse das mercadorias. Eis o que se diz circulação de mercadorias."<sup>3</sup>

**Roque Carraza:**

"De fato, o ICMS sobre operações mercantis só pode ser exigido quando comerciante, industrial ou produtor pratica um negócio jurídico que transfere a titularidade de uma mercadoria.

.....

Em suma, o ICMS é devido quando ocorrem operações jurídicas que levam mercadorias da produção para o consumo."<sup>4</sup>

Portanto, no caso da energia elétrica, só há circulação da mercadoria quando esta efetivamente é transferida ao consumidor, ou seja, quando efetivamente há transferência de titularidade da mercadoria do produtor/distribuidor da energia para o consumidor, o que, em termos práticos, equivale à energia elétrica passar através do relógio de medição de consumo instalado em cada imóvel, e não simplesmente circular pela rede elétrica existente à frente do mesmo imóvel.

Para o Direito tributário é irrelevante que na rede elétrica das vias públicas circule energia elétrica, pois esta circulação é apenas física e não jurídica. Somente quando a energia sai da rede, passa no relógio de medição

1. Paulo de Barros Carvalho, Regra Matriz do ICM. Tese apresentada para obtenção do Título Livre-Docente da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1981, conclusão nº 26, pág. 74, apud Carraza, Roque Antonio, ICMS, Editora Malheiros.

2. Geraldo Ataliba e Cleber Giardino, Núcleo da definição Constitucional de ICM. RDT, vols. 25/26, São Paulo, Editora RT, pág. 111.

3. Carvalho de Mendonça, Tratado de Direito Comercial Brasileiro, vol I, pág. 76, Editora Freitas Bastos.

4. Roque Antonio Carraza - ICMS, Ed. Malheiros, pág. 37.

e ingressa no imóvel do consumidor é que se dá o negócio jurídico circulação a que se refere a Constituição Federal em seu artigo 155, inciso II.

Assim o ICMS incide apenas sobre o total da energia elétrica consumida pelo cliente da concessionária, e não sobre o montante de energia elétrica produzida e posta à disposição dos consumidores. Eventuais excessos de produção não podem ser taxados com o ICMS, pois esta hipótese não está albergada na lei.

No caso da “demanda da potência” ou “reserva de potência”, o consumidor paga à concessionária uma certa quantia para ter sempre à sua disposição uma determinada quantidade de energia, que poderá ou não ser consumida no decurso do mês. A concessionária cobra pela reserva da energia, pouco importando se a mesma será consumida ou não. Assim, no caso da “demanda de potência” ou “reserva de potência” não existe circulação de mercadoria (pois a energia elétrica não muda de dono) de sorte que os valores cobrados a este título não poderia incidir ICMS. Neste diapasão, adverte Marciano Seabra de Godoi e Luciana Goulart Ferreira Saliba,<sup>1</sup> *verbis*:

“No caso em exame, o proceder que gera a incidência do ICMS é a realização da circulação da mercadoria “energia elétrica”, e não a colocação, à disposição do consumidor, de determinada quota de potência. A reserva de potência, em si, que é imposta pelas normas reguladoras do setor elétrico, não implica a transferência da posse ou propriedade da mercadoria “energia elétrica” para o consumidor.

.....

Note-se que o legislador qualificou a operação cujo valor servirá de base de cálculo ao ICMS sobre operação, mas somente daquela da qual decorrer a saída do produto. Logo é avesso a qualquer lógica jurídica supor que uma operação de que não resulte saída do produto possa servir de base de cálculo ao imposto.

Assim, como são nítidos “*in casu*” dois valores correspondentes a duas situações fáticas distintas (numa, fornecimento de energia, noutra, garantia de potência), e uma destas situações não chega a configurar o fato gerador do ICMS, somente caberá falar da incidência do imposto sobre o valor da operação de que resultou a saída de energia - e não daquela que resultou mera garantia de potência.

.....

A “demanda reservada de potência”, por não se constituir em operação de circulação da mercadoria “energia elétrica”, não é fato gerador do ICMS. Este imposto, por força das disposições contidas na Constituição Federal (art. 155, II e § 3º) e na legislação complementar (Convênio ICMS nº 66/88 a Lei Complementar nº 87/96), tem como aspecto temporal da hipótese de inci-

dência a saída da energia elétrica do estabelecimento produtor, sendo sua base de cálculo o valor da operação da qual decorrer a saída da mercadoria.

O valor destacado nas contas de energia elétrica a título de “consumo” corresponde à efetiva operação de circulação de mercadoria (saída de energia elétrica do estabelecimento produtor) praticada em determinado lapso de tempo, sujeita à incidência do ICMS. Já o valor destacado nas contas de energia elétrica sob a rubrica “demanda” refere-se à energia elétrica que a concessionária poderia ter sido chamada a entregar ao consumidor. A tarifa correspondente à “demanda”, contrariamente à tarifa relacionada ao “consumidor”, visa a recompensar a concessionária pelo serviço público (fornecimento de energia elétrica) que, apesar de não ter sido prestado, foi posto à disposição do consumidor.

A exigência do ICMS sobre o valor referente à “demanda reservada de potência”, portanto, implica cobrança de tributo sem que tenha ocorrido o seu respectivo fato gerador, que é “realizar” operação de circulação da mercadoria “energia elétrica”. Tal exigência, além de ferir a Constituição Federal, agredia o Convênio ICMS 66/88 e agride a Lei Complementar nº 87/96.

Esta também é a orientação doutrinária de Gilberto Ulhôa Canto<sup>2</sup>, *ipsis dixit*:

“Feitas as considerações que precedem, posso concluir que o valor da operação que é a base de cálculo lógica e típica no ICMS, como era no regime do ICM, terá de consistir, na hipótese de energia elétrica, no valor da operação de que decorrer a entrega do produto ao consumidor (art. 19, do Convênio ICM nº 66/88). E este é, sem a menor possibilidade de dúvida, o da energia elétrica efetivamente consumida, que corresponde, no caso da energia elétrica, ao valor da operação de que decorreu a saída, que é a energia consumida.

.....

É de toda evidência que o ICMS incide sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, pois só ela pode ser considerada como entregue ao consumidor, ou, como simples alegoria, como tendo saído da linha de transmissão, e entrado no estabelecimento da consulente. Nem se pretenda que, estando obrigada a pagar pela energia contratada o consumidor deve considerá-la como preço do KWh para efeito de determinação da base de cálculo do ICMS em vez do valor referente aos KWh realmente consumidos. Se assim fosse, estaríamos incorrendo em absurdo, até porque quem consumisse menos do que o contratado pagaria pelo fornecimento de quantidades de KWh diferentes, um mesmo e único preço. Acresce que a diferença entre a maior quantidade de KWh contratados e a menor de KWh efetivamente consumidos não pode ser tratada como preço do que tiver sido consumido, pois este é o objetivo da tarifa fixada pelo

1. Inconstitucionalidade e Ilegalidade da Exigência do ICMS sobre a “Demanda Reservada de Potência”, Revista Dialética de Direito Tributário nº 63, pág. 128/135.

2. Direito Tributário Aplicado, Rio de Janeiro, 1992, Editora RT, página 125.

Poder Público por unidade de KWh entregue ao consumo, preço esse que não pode ser excedido.

Neste mesmo sentido já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça em recente decisão publicada no DJU de 15 de maio de 2000, *ad litteram*:

“Tributário - Energia Elétrica - contrato de demanda reservada de potência - fator gerador - incidência:

1 - O valor da operação, que é a base de cálculo lógica e típica no ICMS, como era no regime de ICM, terá de consistir, na hipótese de energia elétrica, no valor da operação de que decorrer a entrega do produto ao consumidor. (Gilberto Ulhôa Canto).

2 - O ICMS deve incidir sobre o valor da energia elétrica efetivamente consumida, isto é, a que for entregue ao consumidor, a que tenha saído da linha de transmissão e entrado no estabelecimento da empresa.

3 - O ICMS não é imposto incidente sobre tráfico jurídico, não sendo cobrado, por não haver incidência, pelo fato de celebração de contratos.

4 - Não há hipótese de incidência do ICMS sobre o valor do contrato referente a garantir demanda reservada de potência.

5 - A só formalização desse tipo de contrato de compra ou fornecimento futuro de energia elétrica não caracteriza circulação de mercadoria.

6 - A garantia de potência e de demanda, no caso de energia elétrica, não é fato gerador de ICMS. Este só incide quando concretamente, a energia for fornecida e utilizada, tomando-se por base de cálculo o valor pago em decorrência do consumo apurado.

7 - Recurso conhecido e provido por maioria.

8 - Voto vencido no sentido de que o ICMS deve incidir sobre o valor do contrato firmado que garantiu a “demanda reservada de potência”, sem ser considerado o total consumido”<sup>1</sup>.

É de se ressaltar ainda que o presente projeto, além de trazer mais justiça às formas de cálculo de cobrança do ICMS sobre consumo de energia elétrica, resgata o conceito de que a cobrança somente se justifica pelo pagamento do que realmente se utiliza.

#### PROJETO DE LEI Nº 007/2005

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - As empresas concessionárias de abastecimento de água no Estado do Paraná ficam autorizadas a instalar, por solicitação do usuário, equipamento destinado à eliminação de ar na tubulação que abastece o imóvel.

1. RESP 222810/MG, DUJ 15/05/2000, pág. 00135, Relator Ministro Luiz Pereira, Órgão Julgador 1ª Turma.

§ 1º - O dispositivo deverá ser instalado no trecho da tubulação imediatamente anterior ao hidrômetro.

§ 2º - Somente poderão ser instalados dispositivos que estejam de acordo com os parâmetros do Instituto Nacional de Metrologia INMETRO, a exemplo do referido na Portaria/INMETRO nº 246, ITEM 9.4, sendo imprescindível a demonstração do registro de patente.

Art. 2º - As concessionárias ficam obrigadas a fornecer aos usuários informações claras e completas sobre a disposição deste equipamento, assim como sobre seu uso, custo, vantagens, instalação, manutenção e garantia, deixando evidenciado o caráter facultativo das instalações.

Art. 3º - Os custos decorrentes da aquisição, instalação e manutenção serão previamente informados ao consumidor, sendo pagos por acréscimo na fatura mensal, parcelado em 03 (três) vezes.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias, contados da data de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do Legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato de autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matérias de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>2</sup>

Ainda no que atine à competência legislativa, insta consignar que esta Casa de Leis recentemente editou nor-

2. STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

mativa voltada à redução do custo de abastecimento de água tratada faturado no Estado.

É de se ressaltar ainda que o presente projeto, além de trazer mais justiça às formas de cálculo de cobrança do faturamento de água, resgata no sentido técnico-jurídico a adequação da idéia de taxa que, como espécie de tributo, somente pode ser calculada pelo que é efetivamente utilizado do serviço público em prestação. Em síntese, busca-se preservar o conceito de que a cobrança da taxa somente se justifica pelo pagamento do que realmente se utiliza.

**PROJETO DE LEI Nº 008/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica vedada a venda de bebidas alcoólicas nos bares, restaurantes e lanchonetes, após às 23:00 horas, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Caberá à Secretaria da Segurança Pública Estadual, a fiscalização para o cumprimento da lei e aplicação das penalidades abaixo:

1ª Infração: multa equivalente a um mil UFIR's.

2ª Infração: multa equivalente a duas mil UFIR's, e fechamento por dez dias.

3ª Infração: fechamento definitivo do estabelecimento.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada pelo Executivo no prazo de noventa dias e entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) AILTON ARAÚJO

**JUSTIFICATIVA:**

É grande a incidência de criminalidade após às 23:00 horas, devido a ingestão de bebidas alcoólicas.

Localidades em que medidas semelhantes foram adotadas, os índices de criminalidade reduziram de forma considerável.

**PROJETO DE LEI Nº 009/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

**Capítulo I**

**Das Disposições Preliminares e dos Objetivos**

Art. 1º - A Ouvidoria é um órgão de assessoramento administrativo no que concerne à comunicação com a comunidade, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais.

Art. 2º - Compete à Ouvidoria:

I - receber e dar o devido encaminhamento, quando devidamente apresentadas, as reclamações, denúncias, sugestões ou demais contribuições que lhe forem dirigidas por membro da comunidade universitária ou da comunidade em geral;

II - acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolatividade e mantendo e requerente informado do processo;

III - propor ao Reitor a implementação de medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente;

IV - propor aos órgãos da administração a edição, alteração e revogação de atos normativos, com vistas ao aperfeiçoamento acadêmico ou administrativo da Instituição;

V - sugerir aos órgãos da administração medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Instituição;

VI - atuar, como mediador em conflitos de interesse e divergências internas, atendidas as normas internas e a legislação vigente;

VII - promover a divulgação de suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos;

VIII - encaminhar relatório semestral de suas atividades ao Conselho Universitário e SETI;

IX - prestar informações e esclarecimentos ao Conselho Universitário e à SETI, quando convocado para tal fim;

X - promover, pesquisa de opinião junto a segmento(s) da comunidade universitária, com o fim precípuo de subsidiar as ações referidas nos itens IV e V desse artigo, excetuando-se as sondagens que envolvam explicitamente nome de qualquer membro da comunidade, bem como aquelas concernentes à matéria sobre a qual já tenha ocorrido deliberação dos órgãos colegiados superiores.

Art. 3º - No exercício das atribuições previstas no artigo anterior, a Ouvidoria deverá:

I - receber as contribuições encaminhadas pela comunidade, dando-lhes o devido encaminhamento, mesmo àquelas sem identificação, neste caso se justificáveis as razões do anonimato;

II - recusar como objeto de apreciação as questões pendentes de decisão judicial;

III - rejeitar e determinar o arquivamento de manifestações improcedentes, mediante despacho fundamentado;

IV - promover as necessárias diligências visando ao esclarecimento da questão em análise, sendo, no entanto, expressamente vedada a participação de algum de seus membros como defensor dativo em processo administrativo;

V - atender sempre o manifestante com cortesia e respeito, sem discriminação ou pré-julgamento, dando-lhe uma resposta à questão apresentada, no menor prazo possível e com objetividade;

VI - agir com integridade, transparência, imparcialidade e justiça;

VII - zelar pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência pública;

VIII - resguardar o sigilo das informações.

## Capítulo II

Art. 4º - A Ouvidoria será coordenada por um(a) Ouvidor(a) escolhido(a) através de lista tríplice pela comunidade, em voto secreto organizado pela SETI e encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado.

I - O(a) Ouvidor(a) será eleito para um mandato de 02 (dois) anos, em data não coincidente com a eleição para reitor, sendo permitida uma única recondução para mandato consecutivo e desempenhará a função em caráter de dedicação exclusiva, ressalvadas as atividades docentes.

II - O(a) Ouvidor(a) receberá gratificação pelo exercício da função correspondente a ser definido pela SETI;

III - A destituição do(a) Ouvidor(a) dependerá de prévia aprovação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por maioria absoluta dos votos, mediante votação secreta.

§ 1º - É vedada a concomitância da representação referida neste artigo com qualquer mandato sindical, função gratificada (FG) ou cargo de direção (CD).

§ 2º - Caberá ao Ouvidor Geral a coordenação geral dos trabalhos internos da Ouvidoria e a implementação de suas ações executivas, nos termos desta lei.

§ 3º - O detalhamento das ações do Ouvidor Geral, bem como dos demais membros da Ouvidoria, deverá ser estabelecido por essa própria unidade, em reunião técnica lavrada em ata específica.

Art. 5º - O mandato dos membros da Ouvidoria será de dois anos, permitida a recondução.

Art. 6º - O Ouvidor Geral será escolhido em votação à lista tríplice elaborada pela comunidade, em escrutínio secreto na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º - É permitida a composição desta lista tríplice por docente ou servidor técnico-administrativo ativos e inativos, bem como por qualquer um do povo, atendido os requisitos exigidos ao cargo, conforme artigo 7º desta lei.

§ 2º - Em caso de férias ou afastamento até 60 (sessenta) dias do Ouvidor Geral, assumirá as funções como seu substituto, o segundo mais votado dentre os nomes da lista tríplice.

Parágrafo Único - Na hipótese do afastamento ser superior ao prazo previsto no parágrafo 2º deste artigo, o Ouvidor será exonerado e proceder-se-á escolha de um outro ocupante para o cargo.

Art. 7º - Para provimento do cargo de Ouvidor(a) deverão ser observadas as seguintes condições:

I - idade mínima de 21 (trinta) anos;

II - ser domiciliado há pelo menos 3 (três) anos no município da Instituição de Ensino a que se pretende concorrer;

III - idoneidade moral e bom antecedentes.

Art. 8º - O Ouvidor será assistido no desempenho de suas funções pelos seguintes auxiliares escolhidos pelo mesmo:

I - Ouvidor(a) Assistente;

II - Secretário(a);

III - Servidor(a) Técnico(a) Administrativo(a).

Art. 9º - Constituem motivos para destituição do Ouvidor Geral, bem como de qualquer outro membro da Ouvidoria:

I - comprovada incompetência no desempenho das funções previstas no artigo 3º;

II - prática de atos que extrapolem sua competência, nos termos estabelecidos por esta lei;

III - conduta ética incompatível com a dignidade da função;

IV - outras práticas e condutas que, a critério da Assembléia Legislativa, justifiquem a destituição.

## Capítulo III

### Do Funcionamento

Art. 10 - À Ouvidoria serão asseguradas plena autonomia e independência no exercício pleno de suas atribuições, de forma independente de sua vinculação organizacional.

Art. 11 - À Ouvidoria serão assegurados acesso direito a docentes e técnico-administrativos, documentos e informações, no âmbito das Instituições de Ensino, necessários e vinculados ao desempenho de suas funções.

§ 1º - O dirigente ou servidor da Universidade deverá pronunciar-se sobre o objeto das demandas que lhe forem apresentadas pelo Ouvidor Geral, no prazo de 7 (sete) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa apresentada à Ouvidoria.

§ 2º - Os integrantes da Administração Superior, os dirigentes de Centros e de unidades isoladas terão prazo de 30 (trinta) dias para responder às propostas ou às interpelações de caráter abrangente apresentadas pela Ouvidoria, prorrogável por igual período, quando solicitado à Ouvidoria mediante justificativa do não-cumprimento do prazo estabelecido.

Art. 12 - O não-cumprimento do disposto nos artigos supramencionados sujeitará, ainda, o dirigente ou servidor à apuração de sua responsabilidade, através dos procedimentos administrativos pertinentes, mediante representação do Ouvidor Geral à SETI.

Art. 13 - À Ouvidoria é também assegurada a arrematação de servidores que, devidamente autorizados

pela Chefia imediata, possam contribuir para a realização de tarefas específicas, temporárias e determinadas.

Art. 14 - Todos os membros e unidades da Instituição de Ensino deverão prestar, quando solicitados, apoio e informação à Ouvidoria, assegurados os direitos à privacidade, intimidade e à imagem pessoal.

Art. 15 - Caberá à Reitoria prover as condições mínimas, materiais e humanas, para o adequado funcionamento da Ouvidoria.

#### **Capítulo IV**

##### **Das Disposições Finais e Transitórias**

Art. 16 - Caberá à Ouvidoria o pronto estabelecimento e a divulgação de suas rotinas, visando à otimização de sua função.

Art. 17 - Caberá ao Secretário de Estado da Secretaria de Ciência e Tecnologia a devida aplicação desta lei.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.12.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### **JUSTIFICATIVA:**

Busca-se um novo espaço para avaliar a procedência de sugestões, reclamações e denúncias de natureza administrativa e acadêmica que está sendo aberto na Universidade.

Em outros países, como na Espanha, essas instituições contam com a atuação dos chamados “defensores universitários”, o que evidencia um tipo de atividade tradicional nas universidades espanholas, particularmente, ou quase exclusivamente, no sistema público.

Entre os temas discutidos está a atuação do ouvidor, que freqüentemente revê e discute normas, resoluções, guias, visando a modificá-las. Lá, não é raro o defensor ser procurado, não para uma demanda ou queixa propriamente dita, mas para receber sugestões. É muito comum também o defensor apenas ouvir desabafos sem ter nenhuma atuação. Mais de 90% das demandas provêm de alunos, seguidas pelas de professores. O atendimento a funcionários é mínimo. Os poucos casos atendidos referem-se ao âmbito administrativo.

O projeto de lei em questão traz que o ouvidor deve encaminhar às autoridades competentes, visando à melhoria dos serviços, correção dos erros, omissões, desvios ou abusos na prestação de serviços; apurar atos de improbidade e de ilícitos administrativos; e proteger os direitos dos usuários.

Trata-se de uma participação do próprio cidadão através do ouvidor, contribui para o aperfeiçoamento da instituição universitária. O aluno, o professor, o técnico e as pessoas da comunidade tornam-se protagonistas das mudanças por meio da Ouvidoria.

Da mesma forma, o ouvidor contribui com a Administração na identificação de problemas e na elaboração de pareceres sobre as necessidades de aperfeiçoamento da instituição.

A partir das demandas encaminhadas e da própria observação, o ouvidor consegue compor um panorama completo da instituição, utilizando esses dados, atua como agente de mudanças.

Há de se considerar, com efeito, que o exercício da democracia participativa se materializa em institutos como o referido e o plebiscito, mas também em órgãos colegiados ou unipessoais que ensejam a participação semi-direta da comunidade no controle social da administração pública, ou na sua própria gestão.

Infelizmente não são somente políticos conservadores que se sentem alérgicos ao controle social. Também, na esfera pública, o vírus do corporativismo, do autoritarismo e do populismo conspira contra concepções e práticas voltadas para o interesse público. Daí a importância da ação do Ouvidor.

Com efeito, a atividade própria do ouvidor, a de auscultar os problemas que dizem respeito ao cotidiano da Universidade, credencia-o a agir como um crítico interno, que a partir das demandas que lhe são encaminhadas, monta uma verdadeira radiografia da instituição. Com esses dados elabora pareceres sobre as necessidades de mudança nos seus procedimentos e normas, objetivando o aperfeiçoamento do desempenho e do relacionamento institucionais.

Agente de mudança, na medida em que o poder de proposição do Ouvidor se materializa em iniciativas de caráter estruturador, susceptíveis de promover a modernização democrática da Universidade.

Agente de mudança, também através da realização de mais justiça, mais eficácia e de maior participação da comunidade universitária e da sociedade nos destinos da Ouvidoria, constitui-se, em suma, no fato gerador de um novo estilo e de uma nova práxis administrativa, graças à transferência e ao salto de qualidade que pode alcançar a gestão dos negócios públicos, quando tonificada pela intervenção consciente e construtiva da cidadania à instituição universitária.

Quanto à iniciativa do projeto de lei, trata-se de buscar uma melhoria e uma maior participação da sociedade no ensino universitário, vislumbrando-se o cumprimento do estabelecido na Constituição Estadual artigo 177, conforme segue:

“Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vale dizer que a intenção primordial é a participação mais ativa e eficaz da sociedade no âmbito da educação, como versa o artigo acima, diante do que se faz mister o projeto de lei em comento a fim de ver aplicado e resguardado a previsão da Carta Magna.

Da análise constitucional do texto proposto no projeto de lei em epígrafe, depende-se que com relação à iniciativa da proposta, é esta, dada a devida vênua, da Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, conforme previsão legal do artigo 53, X da Constituição do Estado, *in verbis*;

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado;”

Muito embora, haja no texto da Constituição do Estado, previsão de matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado, *in verbis*:

Art. 65 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: (grifo nosso)

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Salienta-se que a análise textual do artigo supra mencionado, ocorre que somente é de iniciativa do Governador do Estado as questões específicas no texto, vale dizer, que são números clausuros, fechados, e ressalvados os demais assuntos de iniciativa da Assembléia Legislativa, com isso, conclui-se que o artigo 53, inciso VIII e X, é uma das ressalvas de que trata o artigo 66, muito embora, tendo que se submeter as questões de que trata o artigo 53 à sanção do Governador do Estado, mas tão somente à sanção e não necessariamente de iniciativa deste.

Ocorre ainda que a previsão legal, *caput* do artigo 53 da Constituição do Estado fala que a Assembléia Legislativa poderá, ... “dispor” sobre todas as matérias de competência do Estado. Em análise gramatical da palavra dispor, depreende-se que são várias as formas utilizadas para a mesma, dentre elas a de “preparar”, de “criar”, conceber, “determinar”, “promover”, “ensejar” diante do que facilmente destaca-se que não há óbice para a Assembléia Legislativa em ensejar ou determinar, como iniciativa do projeto de lei em comento, visto que *a priori*, a palavra dispor, contida na legislação em análise possui definição genérica e facilmente adequada, cabendo ampla discussão sobre o assunto, diante do que, considerando ainda que a matéria apresentada, vale dizer, a criação de função de ouvidor corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná, possui cunho relevante no meio social, protesta-se para que a matéria

tenha continuidade e seja votada em plenário, devido a pertinência que a mesma possui, bem como a subjetividade da palavra dispor.

PROJETO DE LEI Nº 010/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado a gratificação de atividade técnica de nível superior aos policiais civis, atribuída às carreiras de Investigador de Polícia, Escrivão de Polícia e Papiloscopista.

Art. 2º - A gratificação de atividade técnica de nível superior, incidente sobre os vencimentos básicos, destina-se à incentivar o aprimoramento técnico, o aperfeiçoamento funcional e cultural do Policial Civil.

Art. 3º - A gratificação de atividade técnica de nível superior, fica atribuída aos policiais civis mencionados no artigo 1º desta lei, com formação superior em qualquer área de ensino, assim fixada:

§ 1º - 70% para os policiais civis que concluíram o nível superior;

§ 2º - 80% para os policiais civis que concluíram o curso de pós-graduação;

§ 3º - 85% para os policiais civis que concluíram o curso de mestrado;

§ 4º - 95% para os policiais civis que concluíram o curso de Doutorado.

Art. 4º - A gratificação de atividade técnica de nível superior terá vigência a partir do mês em que o servidor policial entrar com requerimento, juntando o respectivo diploma de conclusão de curso.

Art. 5º - É vedado a percepção cumulativa dos percentuais fixados no artigo 3º e seus parágrafos.

Art. 6º - Após a incorporação do acréscimo advindo da gratificação de atividade técnica de nível superior, permanecerá, para todos os efeitos, nos proventos de inatividade.

Art. 7º - A presente lei passa a vigorar a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo dar motivação ao funcionário público, policial civil, a fim de que o mesmo busque o aprimoramento pessoal, profissional e cultural, levando-o a buscar os bancos universitários para galgar um novo espaço no meio profissional em que se

encontra inserido, e por consequência, uma melhoria em seus rendimentos, através da gratificação em tela.

Cabe ainda salientar que não se trata de explorar equivocadamente as atribuições do Governador do Estado, mas sim de buscar uma oportunidade de ampliação e melhoria cultural e profissional do policial civil, vislumbrando-se o cumprimento do estabelecido na Constituição Estadual artigo 177, conforme segue:

“Art. 177 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vale dizer que a intenção primordial é a participação mais ativa e eficaz da sociedade no âmbito da educação, como versa o artigo acima, diante do que se faz mister o projeto de lei em comento a fim de ver aplicado e resguardado a previsão da Carta Magna.

Da análise constitucional do texto proposto no projeto de lei em epígrafe, depreende-se que com relação à iniciativa da proposta, é esta, dado a devida vênua, da Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, conforme previsão legal do artigo 53, X da Constituição do Estado, *in verbis*;

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;”

Muito embora, haja no texto da Constituição do Estado, previsão de matérias de iniciativa privativa do Governador do Estado, *in verbis*:

Art. 65 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: (grifo nosso)

I - a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

Salienta-se que a análise textual do artigo supra mencionado, ocorre que somente é de iniciativa do Governador do Estado as questões específicas no texto, vale dizer, que são números clausuros, fechados, e ressalvados os demais assuntos de iniciativa da Assembléia Legislativa, com isso, conclui-se que o artigo 53, inciso VIII e X, é uma das ressalvas de que trata o artigo 66, muito embora, tendo que se submeter as questões de que trata o artigo 53 à sanção do Governador do Estado, mas tão somente à sanção e não necessariamente de iniciativa deste.

Ocorre ainda que a previsão legal, *caput* do artigo 53 da Constituição do Estado fala que a Assembléia Legislativa poderá, ... “dispor” sobre todas as matérias de

competência do Estado. Em análise gramatical da palavra dispor, depreende-se que são várias as formas utilizadas para a mesma, dentre elas a de “preparar”, de “criar”, conceber, “determinar”, “promover”, “ensejar” diante do que facilmente destaca-se que não há óbice para a Assembléia Legislativa em ensejar ou determinar, como iniciativa do projeto de lei em comento, visto que *a priori*, a palavra dispor, contida na legislação em análise possui definição genérica e facilmente adequada, cabendo ampla discussão sobre o assunto, diante do que, considerando ainda que a matéria apresentada, vale dizer, a criação de função de ouvidor corregedor nas Universidades e Faculdades Estaduais do Paraná, possui cunho relevante no meio social, protesta-se para que a matéria tenha continuidade e seja votada em plenário, devido a pertinência que a mesma possui, bem como a subjetividade da palavra dispor.

Em última análise, as questões acerca da gratificação de policiais civis é matéria que deve ser discutida em plenário, pela complexidade que a mesma exige, ademais, trata-se de um parâmetro de justiça a respectiva gratificação pelo esforço desempenhado pelo servidor em concluir um curso superior, pós-graduação e demais, fazendo-se mister alertar que a polícia civil não conta com nenhuma forma de ascensão ou promoção na carreira, que considere os cursos realizados pelo servidor, as faculdades cursadas, de nada valem, e não são em nenhuma oportunidade analisados.

Seria necessário, na verdade, uma discussão ampla sobre um quadro de acesso a promoção, vagas, uma análise aprofundada do Estatuto da Polícia Civil a fim de resguardar as oportunidades de melhorias de condições e estímulos ao policial civil de base, por ora, contudo, fica a pretensão de se ver analisado e votado, em plenário e pelas comissões, o presente projeto de lei. É a justificativa.

## PROJETO DE LEI Nº 011/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica integrado ao Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, o trecho rodoviário do Contorno Sul (Anel Viário) na sede municipal de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) ELIO RUSCH

### JUSTIFICATIVA:

O trecho rodoviário - contorno sul (anel viário) na sede municipal de Marechal Cândido Rondon, de aproximadamente seis quilômetros, segundo comunicado recente da Secretaria de Estado dos Transportes, não integra o Sistema Rodoviário do Estado. Apesar dessa inexis-



tência de direito, é fato notório que esse trecho rodoviário é parte da PRT-467, pois desvia o tráfego de veículos pesados do centro da cidade antes citada, e ainda o tráfego do mesmo tipo de veículo que demanda para a PR-495.

Esse contorno foi construído durante o governo de Álvaro Dias, período em que ocorreram as construções da PRT-467 e a PR-495 - Marechal Cândido Rondon-Santa Helena.

E como a municipalidade local não pode ficar com a responsabilidade de manter e recuperar esse contorno rodoviário que serve ao tráfego de rodovias estaduais, é que conclamo aos nobres Pares que se dignem a aprovar a presente proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 012/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído, no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, o Dia do Cabeleireiro, a ser comemorado todo dia 31 de maio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

Profissão originada na Grécia, o cabeleireiro é encontrado em todo o mundo, nas grandes, médias e pequenas cidades. Na busca da beleza exterior, simbolizando a vaidade, os cabeleireiros e cabeleireiras do nosso Estado representam uma grande fonte de emprego, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do nosso País.

Devido ao grande número de salões “de fundo de quintal”, não se sabe ao certo o número de profissionais atuando nesta área em nosso Estado. Apenas podemos afirmar que são muitos e merecedores desta homenagem no Calendário de Eventos do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 013/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Democrática de União e Valorização da Mulher Cristã - ADUVMC, no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Democrática de União e Valorização da Mulher Cristã - ADUVMC, com sede na cidade de Londrina, é uma sociedade civil de caráter filantrópico, assistencial, sem fins lucrativos, políticos e partidários, que tem como principal finalidade a valorização da mulher em todas as instâncias, principalmente no setor profissionalizante.

A ADUVMC promove, organiza e realiza cursos, seminários, debates, palestras, encontros e reuniões com profissionais de todos os setores de trabalho que proporcionem a capacitação da mulher dona do lar, e de outros segmentos de trabalho com o objetivo de proporcionar a estas mulheres novas estruturas de vida e de oportunidades profissionais, dentro de uma nova dimensão e expectativa de vida, buscando melhorias para a vida profissional e familiar.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

#### PROJETO DE LEI Nº 014/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Galvão Bueno, localizada no Município de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Galvão Bueno - ABGB, é uma sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos e de assistência social, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná.

A ABGB tem como finalidade promover, por todos os meios e ao seu alcance, o desenvolvimento social, educacional, cultural e esportivo de crianças, jovens e adultos carentes de recursos. Também é sua finalidade combater a pobreza, preservar o ambiente natural, trabalhar com reciclagem de produtos descartáveis e ministrar cursos e palestras em diversas áreas. Iniciativas destinadas à promoção das pessoas idosas, congregando associados e voluntários para o desenvolvimento da conscientização da importância dos seus valores sociais e humanísticos, desenvolvendo ações para os idosos, preparando-os para uma velhice sadia, integrada e participante.

Face ao exposto e testemunhas que somos do excelente trabalho desenvolvido pela referida entidade, esperamos o devido apoio dos nobres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 015/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos ferroviários de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) NATÁLIO STICA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação AFEPAR - Associação dos Ferroviários de Paranaguá, sediada em Paranaguá, é agremiação cultural, esportiva e social, constituída de empregados ativos e aposentados da Rede Ferroviária Federal S/A e Ferroviária Sul Atlântico S/A.

A entidade tem como finalidade estreitar o relacionamento entre seus associados, estimular a prática de exercícios atléticos e desportivos amadoristas, incentivar, organizar e patrocinar reuniões artísticas, culturais e sociais, sem finalidade lucrativa.

Pelo exposto, acreditamos na importância desta associação para a sociedade do Município de Paranaguá, em especial para os funcionários ferroviários da região é que este Deputado propõe o presente.

PROJETO DE LEI Nº 016/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Alvorada Club, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Esportiva Alvorada Club, tem sede na Avenida Sophia Rasgulaeff, no Jardim Alvorada, um dos bairros mais populosos do Município de Maringá.

Essa instituição iniciou atividades sob a denominação de Sociedade Esportiva Alvorada Club no ano 2000 e desde então vem prestando relevantes serviços àquela comunidade.

O desenvolvimento esportivo proporcionado por essa Sociedade vem revelando o grande potencial do esporte em Maringá, mostrando que a inclusão social pode ser operada também nessa área.

O trabalho da entidade não se manifesta somente no Município de Maringá, mas vem gerando reflexos em Municípios como Atalaia, Mandaguaçu, Marialva, Nova

Esperança, Paranacity, Iguaraçu, Floraí, Astorga, Nossa Senhora das Graças, Paiçandu, São Jorge do Ivaí, Sarandi, entre outros.

O relatório de atividades da instituição bem demonstra o trabalho incansável que deve ser reconhecido.

PROJETO DE LEI Nº 017/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado Engenheiro Agrônomo Oscar Figueiredo Filho a Rodovia PR-542, entre os Municípios de Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Colorado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de reivindicação da comunidade do Município de Colorado, buscando justa homenagem ao engenheiro agrônomo Oscar Figueiredo Filho.

O Sr. Oscar Figueiredo Filho faleceu em 19 de agosto de 2003 e foi sempre exemplo inabalável para as pessoas que com ele conviveram.

Consolidou, durante sua permanência no Grupo Alto Alegre, o desenvolvimento humano, contribuindo para o desenvolvimento pessoal de muitos trabalhadores da região de Colorado.

PROJETO DE LEI Nº 019/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 939, de 02 de abril de 1910, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Distrito Administrativo de Guaragi, no Município de Ponta Grossa, mantidas as divisas do Distrito Judiciário e atual sede no Bairro de Oficinas, passa a ter as seguintes divisas: a área do Distrito de Guaragi com sede no Bairro de Oficinas, inicia no encontro da Rodovia BR-376 com o arroio Capão do Cipó, subindo por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta no sentido leste até a Ferrovia RFFSA, seguindo por esta na direção geral sudeste até o encontro com a Rodovia BR-376, segue pela rodovia na direção geral sudeste até encontrar o rio Tibagi, na divisa com o Município de Palmeira, desce por este até a foz do Rio Caniú, sobe por este até a foz do arroio Tabuleiro, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral sudeste até a cabeceira do arroio Rincão dos Coxos, desce por este até a foz no rio Guaraúna, desce por este até o rio Tibagi, na divisa com o Município de

Teixeira Soares, sobe por este até o arroio da Ronda, sobe por este até o arroio Capão do Cipó, sobe por este até a Rodovia BR-376, fechando o perímetro”.

Art. 2º - O artigo 1º da Lei nº 1777, de 05 de abril de 1918, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - O Distrito Administrativo de Itaiacoca, no Município de Ponta Grossa, mantidas as divisas do Distrito Judiciário e atual sede no Bairro Uvaranas, passa a ter as seguintes divisas: a área do Distrito de Itaiacoca com sede no Bairro de Uvaranas, inicia no encontro da Rodovia BR-376 com o contorno leste, segue por este na direção geral norte até encontrar a linha de alta tensão da COPEL, segue por esta na direção geral até encontrar o arroio Marina, desce por este até a ferrovia RFFSA, segue por esta na direção geral norte até encontrar com o arroio Caixa d'Água na divisa com o Município de Carambeí, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta até a cabeceira de um afluente na margem esquerda do rio Caçandoca, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira de um contravertente afluente da margem direita do rio Moquêm, desce por este até sua foz no rio Moquêm, desce por este até a sua foz na represa do Rio dos Alagados; segue por esta até o rio Pitanguí, sobe por este até a foz do rio São Miguel na divisa com o Município de Castro, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira do rio Ribeirão Grande, desce por este até sua foz no Rio Ribeirão Guarituvá; desce por este até a sua foz no rio Conceição, na divisa com o Município de Campo Largo, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pelo divisor de águas dos rios Ribeira e Tibagi até defrontar a cabeceira do rio Tibagi na divisa do Município de Palmeira, desce por este até a Rodovia BR-376, segue por esta na direção geral noroeste até o encontro com o contorno leste, fechando o perímetro”.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Ponta Grossa através de processo legislativo alterou a sede dos Distritos Administrativos de Guaragi e Itaiacoca, pela Lei Municipal nº 7717/04, bem como definiu as divisas certas e corretas entre os Distritos Administrativos de Guaragi e Uvaia, Guaragi e Itaiacoca, Itaiacoca e Periquitos. Todavia perduram dúvidas entre a população no tocante à circunscrição dos Distritos Administrativos e Judiciários, resultando em graves problemas. Ressaltando-se a necessidade de definir os mesmos limites que foram fixados pela Lei Municipal nº 7717/04, salientando-se ainda que a Constituição Federal de 1988 (art. 30, IV) e Lei Complementar Estadual nº 64, de 16/07/1992, dá a prerrogativa da criação e delimitação de

Distritos Administrativos aos Municípios quanto aos Distritos Judiciários permanece no âmbito da Legislação Estadual (artigo 53, XII da Constituição Estadual).

Daí havendo divergências entre as delimitações nas áreas dos Distritos, quanto as Leis Estadual e Municipal. Resultando dificuldades e transtornos à comunidade como um todo, ao Departamento de Correios e Telégrafos e em especial ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por ocasião dos censos realizados, visto que em suas regionais constam mapeamentos fornecidos pelo Estado (Distrito Judiciário) de uma forma e outro pelo Município (Distrito Administrativo) de forma totalmente diferenciada. Portanto o presente projeto funda-se no sentido de homegeneizar as Leis Estadual e Municipal.

Anexo ao presente projeto de lei, cópias das Leis nºs 939, de 02 de abril de 1910 e nº 1777, de 05 de abril de 1918.

#### PROJETO DE LEI Nº 020/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder, por intermédio da Secretaria da Segurança Pública, a delegação da competência de coleta de documentos e preenchimento de formulários destinados à emissão de cédulas de identificação civil à escolas integrantes da rede pública estadual.

§ 1º - A delegação será instrumentalizada por convênio firmado entre a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria de Educação, cabendo a esta indicação das escolas que exercerão tal competência e a indicação dos servidores responsáveis.

§ 2º - A Secretaria da Segurança Pública indicará servidores do Instituto de Identificação responsáveis pela supervisão do procedimento desenvolvido pelas escolas.

Art. 2º - Somente os alunos já matriculados na escola, ou aqueles que para tanto dependam da apresentação de cédula de identificação civil, poderão pleitear sua emissão na própria escola.

Art. 3º - Os formulários utilizados pelas escolas serão entregues pela Secretaria da Segurança Pública, devendo ser apresentados os mesmos documentos exigidos pelo Instituto de Identificação, não se admitindo tratamento diferenciado.

Parágrafo Único - Os formulários devidamente preenchidos, acompanhados dos documentos necessários, serão remetidos ao Instituto de Identificação para emissão da cédula.

Art. 4º - Todo o procedimento de emissão é gratuito.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existirem, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretarias dedicadas à gestão administrativa do tema tratado neste projeto, tal competência (que é, frise-se, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como casa única do legislativo estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (art. 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim ser aplicado de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

Ainda no que atine à competência legislativa, insta consignar que esta Casa de Leis recentemente editou normativa voltada a obrigar alunos da rede pública estadual a apresentarem cédula de identificação civil no ato da matrícula.

É de se ressaltar ainda que o presente projeto, além de instituir a colaboração da Secretaria da Educação com a da Segurança Pública, tornando mais eficiente e direta a prestação dos serviços públicos estaduais, vem ao encontro da determinação legal já instaurada, facilitando tanto o processo de matrícula como, a um só tempo, o de expedição da cédula de identificação.

O arraigamento da prática, amparada nesta lei em projeto, de expedir cédula de identificação civil aos alunos da rede pública estadual de ensino, insta considerar, tem ainda o efeito de incutir no discente o hábito de ver em sua escola não apenas um local de aprendizado, mas uma instituição que o prepara para a vida participativa em comunidade, constituindo-se em verdadeira porta de entrada para a cidadania.

1.STF. Pleno. ADin 724-6/RS - medida liminar - rel. mil. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57

## ***Projeto de Lei Complementar:***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - O artigo 1º da Lei Complementar 83, de 17 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguáçu, Floresta, Dr. Camargo, Itambé, Astorga e Ivatuba.”

Art. 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.02.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão dos Municípios de Dr. Camargo, Ivatuba, Astorga e Itambé na Região Metropolitana de Maringá é antiga reivindicação daquelas comunidades.

Essas municipalidades possuem a característica essencial que lhes faculta participar do planejamento conjunto da Região Metropolitana de Maringá, qual seja, a conurbação. Todos pertencem a AMUSEP.

Itambé tem população estimada pelo IBGE/IPARDES em 2004 de 5775 habitantes e pertence à Comarca de Marialva, que integra a Região Metropolitana referida.

Dr. Camargo tem população estimada de 5690 habitantes e assim como Ivatuba, também pertence à Comarca de Maringá. Ivatuba tem população estimada de 2849 habitantes.

O Município de Astorga utiliza-se dos serviços de saúde de Maringá, além de ser pólo essencial para a comunidade de Astorga.

Esses Municípios dependem da cooperação com os Municípios maiores para garantir a fixação da respectiva população.

## ***Pequeno Expediente***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Padre Paulo.

## ***Deputado Padre Paulo Campos (PT):***

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de tudo quero apresentar o Prefeito João Costa, de Porto Barreiro, Prefeito do meu partido, acom-

panhado pelos seus amigos Adilson, chefe de gabinete, Paulo e Rogério do acampamento do mesmo município.

Queremos também registrar a visita do Prefeito de Nova Laranjeira, Eugênio Bittencourt, também do Partido dos Trabalhadores. Sejam bem-vindos.

(Lê):

“Uma de minhas irmãs de fé, a missionária americana Doroty Stang, 73 anos, foi brutalmente morta no sábado, no dia 12/02/2005, às 9 horas, em uma emboscada no Município de Anapu, a 500 quilômetros de Belém, no Estado do Pará.

Ela era naturalizada brasileira e trabalhava em nosso país, como integrante da CPT - Comissão Pastoral da Terra, desde a época de sua fundação, com pessoas desamparadas e excluídas, há 40 anos.

Fazia parte da congregação religiosa de Notre Dame, tendo acompanhado com firmeza e paixão, a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no Pará.

A sua morte não só revoltou os ambientalistas, entidades de direitos humanos, os assentados da região, mas nós, brasileiros que acreditamos em um país mais igualitário, fraterno e com oportunidade para todos, como descreve a nossa Carta Maior, a Constituição deste belo país.

Entidades ligadas à defesa dos direitos humanos e da reforma agrária protestaram, denunciando ainda, a mortes de sindicalistas e de sem-terra em várias localidades do Pará, como se tudo isso em nosso país, fosse a tônica da normalidade de seres humanos, brasileiros e religiosos que somos e que temos orgulho em dizer.

Minha irmã atuava junto aos trabalhadores rurais, defendia o desenvolvimento sustentável de pequenas comunidades da Amazônia, a reforma agrária e que por isso era chamada, merecidamente, de santa pelas famílias a quem atendia.

Por outro lado, o lado do mal, estão os fazendeiros, madeireiros e os agricultores da região, que desde 2001 a juraram de morte. Por isso, era detestada e chamada, maliciosamente, de “satanás da Transamazônica”. Esse lado mal, disputa na região mais de 120 mil hectares de terras.

Em suas palavras, a Missionária demonstra humildade, simplicidade e que não deseja ter, não quer ter e muito menos pretende ter, um centímetro de terra. Tudo isso está em suas próprias palavras a seguir: “os pistoleiros não teriam coragem de matar uma mulher velha como eu. Sei que eles querem me matar, mas não vou fugir. Meu lugar é aqui ao lado dessas pessoas constantemente humilhadas por gente que se considera poderosa. Mas, se eles me matarem, eu gostaria de ser enterrada em Anapu, junto daquele povo humilde. Para mim, nada substitui a alegria de ver o nosso povo feliz. Quero ainda viver muito para ver a alegria completa deles”.

É bom frisar que irmãs como a assassinada no Pará, também trabalham e com o mesmo objetivo no Estado do Paraná. Cito, sem desmerecer o nome das

demaís, a irmã Hulda Lia Srancener, atuante na região do Município de Guarapuava.

A título de ilustração e registro, temos os seguintes dados da CPT - Comissão Pastoral da Terra, referente a violência no campo: no Pará, em 2003, foram 34 assassinatos; em 2004, 11 mortes e, até hoje, ano de 2005, 3 mortes.

Já a violência em nosso Estado, o Paraná, em 2003 houve 14 mortes e em 2004, como dados ainda não oficiais, são de 3 vítimas.

No Brasil todo, a violência em dados gerais, no ano de 2003 foi de 73 mortes, 55 tentativas de assassinatos e 194 ameaças de morte, e no ano de 2004 em dados ainda não oficiais, foram 34 mortes, 71 tentativas de assassinatos e 117 ameaças de morte”.

No ano passado, a Irmã Doroty recebeu da Assembleia Legislativa do Pará o título de cidadã daquele Estado, ocasião em que ressaltou que este título representava o reconhecimento que o Poder Legislativo dava à luta do povo pelos seus direitos.

O inqualificável assassinato da Irmã Doroty, Sr. presidente, traz para nós a memória de um passado que julgávamos encerrado.

Quero concluir lembrando deste início da Campanha da Fraternidade que tem como lema “Solidariedade e Paz”. Vimos aqui à tribuna pedir para que de fato a paz reine em nosso país, para que de fato as milícias armadas, o latifundiário defenda e veja a vida em primeiro plano e não o dinheiro, não a terra em primeiro lugar. Lembro aqui as palavras do profeta: “a terra não tem escritura. A terra é para todos!”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Segundo orador inscrito: Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (PFL):***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ainda na semana passada, lembrei que a COPEL tem a obrigação de reduzir o preço da tarifa de energia elétrica. Essa obrigação parte do simples motivo de a COPEL Distribuidora ter conseguido comprar essa energia 27% mais barata em dezembro passado, no primeiro leilão da energia elétrica do Governo Lula. Isso só foi possível porque o leilão assegurou a livre concorrência, onde ganhava quem vendia muito mais barato, diferente do que ocorria até o ano passado, quando a COPEL Geração vendia energia para a COPEL Distribuição.

Na época, também lembramos que o Governador Roberto Requião foi contra o leilão e criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal que obrigou a COPEL a participar do leilão da energia elétrica. Criticou porque partiu de uma suposição errada: para o Governador a

COPEL Geração vendia energia mais barata à COPEL Distribuição e por isso corria o risco de ter prejuízo no leilão onde a energia seria mais cara. Ledo engano: os preços da energia negociada no leilão ficaram abaixo dos preços da COPEL Geração, o que significa que foi um bom negócio para a COPEL Distribuição, em consequência para os consumidores paranaenses. Enquanto a COPEL Geradora vendia energia a R\$ 65,00 o megawatts/hora para a COPEL Distribuição. O preço registrado para a compra de energia no leilão foi de R\$ 51,00 o megawatts/hora.

Portanto, senhores Deputados, senhoras Deputadas, senhores paranaenses nesta Sessão, o preço pago pela COPEL Distribuidora ficou R\$14,00 mais barato no leilão do que o praticado diretamente com a COPEL Geração. E nós vamos cobrar esse desconto. Que a COPEL forneça 27% de desconto para o nosso consumidor do Paraná, porque nós não podemos aceitar, Deputado Bradock, que a COPEL Distribuidora compre energia no leilão, 27% mais barato do que ela pagava na COPEL Geração. Ou seja, quem pagava R\$ 65,00 vai pagar R\$ 51,00. Então, esse desconto tem que ser oferecido para os consumidores do Estado do Paraná, aonde a COPEL faz a distribuição da energia.

No entanto, Deputado Natálio Stica, Líder do Governo, logo após a essa cobrança o Governo Estadual divulgou nota afirmando que aguarda a decisão da Justiça para restabelecer a validade dos contratos firmados entre a COPEL Geração e COPEL Distribuição, já que eles não foram reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

O Governador precisa decidir se ele está do lado do consumidor paranaense que quer energia mais barata ou do lado caixa da COPEL que quer bons preços na venda da sua energia.

O problema mais grave nisso tudo, é que o Governador e o Presidente da COPEL insistem em afirmar que o Paraná e todos os paranaenses perderam com o negócio.

Ora, o Governo Lula, em nível de Governo Federal e através da Agência Reguladora Nacional da Energia Elétrica obrigaram sim o Governador do Paraná colocar a energia da geração e distribuição no leilão. Agora, como o Governador sempre é contra tudo e contra todos, sempre quer ser diferente, não sobrou alternativa a não ser recorrer ao Supremo e por decisão da Justiça ele foi obrigado a colocar a energia no leilão e quem ganhou com isso foi exatamente o consumidor. Aliás, o Governo Lula está fazendo exatamente aquilo que nós falávamos em 2001, quanto maior a concorrência, quem ganha sempre é o consumidor, senhor Presidente.

É a mesma coisa que um mercado. Imaginem, senhores Deputados, se na vossa cidade houvesse apenas um supermercado, ele com toda certeza praticaria o preço que quisesse.

No Brasil, o setor energético está interligado e a partir de agora qualquer consumidor que consome uma

média de uns certos quilowatts/hora/mês, ele compra a energia de quem quiser no Brasil. Não precisa ser da COPEL, pode ser da CEMIG, qualquer distribuidor no Brasil. É a mesma coisa como o telefone. Mas, o Governador Roberto Requião quer continuar a ter o monopólio da geração, transmissão e a distribuição. Não liga para o consumidor.

Senhor Presidente, com toda a certeza, esse assunto vamos trazer à tona por muitas e muitas vezes aqui na Assembléia. E nós pagamos muito caro por essa situação nas últimas eleições. Mas, nós dizíamos para a sociedade do Paraná, que a partir de 2005 compraria a energia de quem bem quisesse e como a empresa estatal não tinha como competir com uma empresa privada e os exemplos estão aqui. Estamos fazendo o levantamento no Estado do Paraná.

Concluo, senhor Presidente, só dizer que em Guaruapuava, lá a energia é distribuída pela Distribuidora Força e Luz do Oeste. Ela não gera toda a energia. Ela compra energia. E vende a 19% mais barato que a própria COPEL. Onde está a nossa COPEL que tanto se fala e tanto se diz?

Encerro, senhor Presidente, dizendo que voltaremos, com toda a certeza, com esse tema, aqui, na tribuna, na Assembléia Legislativa, para fazer com que o governo cumpra e dê o desconto para os consumidores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB):***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputadas e Deputados, iniciamos efetivamente, hoje, mais um ano de trabalho e com certeza absoluta cada um de nós, nesta Casa, dará o melhor de si, para que possamos atender aos reclamos e demandas do povo do Estado do Paraná. Havia me inscrito para falar um pouco da questão da violência no campo - o Padre Paulo também fez uma menção. Mas acho de fundamental importância reafirmar, que não poderia, Padre Paulo - quero cumprimentá-lo pela preocupação - passar em branco, nesta Casa, dessa barbárie, mais uma cometida contra uma cidadã americana, com cidadania brasileira, em uma luta que é de responsabilidade de todos nós. Cada homem, cada mulher, neste País, que tomba, que é assassinado na luta da defesa dos direitos dos homens e mulheres brasileiras, é um pedaço de nós, um pouco de nós e um pouco de nossas idéias que tombam com esses brasileiros e brasileiras.

Desde que eu era muito pequena já ouvia falar na questão da reforma agrária. Meu pai, militante do Partido Comunista, foi inclusive Líder das Ligas Camponesas, Líder da Guerrilha de Borecatu. Naquele tempo já ouvia na minha casa a obstinação de alguns homens e mulheres

brasileiros, em relação à questão da igualdade, da justiça do campo e da reforma agrária.

Fico cada vez mais constrangida e indignada, primeiro, porque não é mais possível que um País com tantas potencialidades e possibilidades não consiga resolver a questão da reforma agrária. São heranças que vão sendo empurradas com a “barriga” e esse problema, efetivamente, não se resolve. Nós somos e fazemos parte do grupo que pensa na questão da reforma agrária, através da lei e da ordem. Essa discussão, da minha avaliação, ainda está longe de terminar.

Por incrível que pareça, a morte da missionária Dorothy, como a de Chico Mendes, foram mortes anunciadas com muita antecedência. É incrível como este País tem um distanciamento em relação à questão da prevenção. Primeiro, morre e neste caso, especificamente, toda essa questão, o deslocamento de toda uma equipe de exército e ministros e de todo mundo para o Pará, porque foi a missionária Dorothy. E os anônimos que tombam quase que diariamente nesta guerra, tanto de um lado como do outro? É preciso que pensemos nessa questão, levando em consideração que ela não foi a última e certamente tombarão outros. Precisamos fazer, realmente, um reclame e uma cobrança para que essa questão seja resolvida o mais rapidamente.

**O Sr. Padre Paulo Campos (PT)**

Permite-me um aparte?

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Quero dizer ao Deputado Padre Paulo e à Deputada Elza, que não é permitido o aparte, no Pequeno Expediente. Se a Deputada usar a liderança do seu partido, aí, sim.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Quero consultar ao meu líder se posso usar.

Estou tendo o OK. Então darei o horário da liderança. Aliás, está quase estourando o meu tempo no Pequeno Expediente e não poderei ceder aparte.

**O Sr. Padre Paulo Campos (PT)**

Apenas para citar menos de 72 horas após a morte da missionária Dorothy, foi assassinado também o colono sindicalista, Adalberto Xavier Leal, também da cidade de Anapur - outra liderança também é assassinada - provavelmente pelo mesmo grupo. Isso deve gerar maior indignação em todos nós brasileiros. Muito obrigado Deputada!

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Exatamente. Então, isso é uma sucessão de casos e de fatos desagradáveis onde primeiro acontece a morte, primeiro acontece a comoção nacional e depois as medidas começam a ser tomadas. É impressionante como nós ficamos correndo atrás do prejuízo nesta e em outras questões, porque não é apenas a vida dessa missionária,

mas é toda uma questão mais profunda, de cerne da questão agrária e que não consegue ser resolvida neste País.

Então, é bom nos perguntarmos até quando essa situação ainda vai continuar! E gostaria de dizer que, segundo dados da Anistia Internacional, mais de novecentas pessoas já foram assassinadas no Brasil e esse dado está defasado, porque esse dado é entre 86 e 95. Dez anos depois nós não temos mais essa estatística, essa triste e lamentável estatística. Então, muito mais gente deve ter morrido neste País, tanto de um lado como do outro, em relação a essa questão dessa que eu diria ser uma guerra armada no campo que se constitui no Brasil. É preciso decisões, são necessárias ações efetivas, corajosas e determinantes do Governo Federal e dos Governos Estaduais para que essa questão seja resolvida. Nós não podemos mais conviver com esse tipo de coisa! Não é agradável subir em uma tribuna e fazer discurso lamentando a morte de um brasileiro. Absolutamente não é agradável! É constrangedor, mas só precisamos fazer esse registro para que esse alerta se torne realmente forte e chegue às autoridades constituídas. E dessas novecentas pessoas que foram assassinadas até 95, pasmem, apenas cinco pessoas foram presas, de acordo com o mesmo levantamento. É ridícula, é lamentável, é vergonhosa essa situação aqui no Brasil!

Portanto, o processo da reforma agrária, da forma como está sendo conduzido - e aqui realmente queremos fazer uma colocação que há preocupação do Governo Federal, mas não está tendo os resultados que nós esperamos, principalmente em relação à esperança que foi colocada com a posse do Presidente Lula em nosso País. Agora é hora de trocar esses números, positivos ou negativos, com ações emergenciais, porque os direitos humanos estão sendo violados. Acontece isso a toda hora e não só no Pará! E eu diria que o Governo do Presidente Lula pede paciência, mas mais do que paciência, precisamos garantir a segurança no campo, através da reforma agrária, porque realmente só paciência não resolve a questão. Sabemos que não é o Presidente Lula quem vai resolver essa questão, mas temos, sim, a considerar as propostas do Governo Lula e o interesse do Governo Lula nessa questão desde que era Presidente Sindicalista, porque agora é hora de termos uma agilidade nessa questão a nível nacional. Então, essas medidas preventivas no campo não podem continuar sendo discutidas depois que nós enterramos mais um brasileiro ou mais uma brasileira!

O Paraná também tem problemas e muitos problemas. O INCRA admite que vai reduzir o número de famílias assentadas em 2005. Este ano, cerca de 1500 famílias receberão terras até dezembro, mas no ano passado foram contempladas 3200 famílias. Então vimos que esses índices, esses números estão caindo e a justificativa para tanto é que não existem grandes propriedades para serem desapropriadas. Em 2005, cerca de cinquenta mil hectares foram utilizados para fins de assentamento e este ano a previsão é apenas de 23.000. Apesar disso tudo, o

Paraná foi, sem dúvida nenhuma, o único Estado do Brasil que superou a meta do Governo Federal, apesar de todas essas dificuldades. É importante fazermos esse alerta e é importante que a gente traga essa questão para a pauta das discussões da Assembléia e não só em discurso nesses cinco ou dez minutos. Acho que temos uma Comissão para isso, temos condições de discutir, aprofundar essa tese e apresentar, inclusive, algumas sugestões ao Governo, ao nosso Governo, para que essas questões sejam amenizadas.

Gostaria de dizer, para encerrar, que hoje vamos discutir a legalidade e a constitucionalidade do nosso novo Regimento Interno e quero pedir o apoio dos companheiros, porque foi excluída das propostas apresentadas, a Comissão de Ciência e Tecnologia. Não consigo conceber, não consigo imaginar que nós aqui no Estado do Paraná, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não compreenda a importância de uma Comissão de Ciência e Tecnologia. Estaremos, se não incluirmos no novo Regimento, essa Comissão, não na contramão da história, porque os municípios, o Brasil, o mundo não conseguem discutir, o que quer que seja, sem passar pela questão da Ciência e Tecnologia. E aqui excluímos essa importante Comissão. Acho que temos que fazer uma reflexão e vamos na segunda-feira aprofundar essa questão e que aprovemos a criação da Comissão de Ciência e Tecnologia na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O próximo orador, Deputado Nelson Justus com a palavra.

### ***Deputado Nelson Justus (PFL):***

O SR. NELSON JUSTUS

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem à noite, reunido com alguns amigos e a minha família na minha casa, assistia ao jogo do Atlético. Terminou o jogo e eu comecei a fazer alguns comentários exagerados e o meu filho dizia: “pai, menos”! E eu falava e comentava exageradamente, e toda hora o meu filho dizia: “pai, menos”! Terminou, o pessoal foi embora e eu disse: meu filho, que história é essa de “pai, menos”, na frente dos outros? Ele disse: “pai, o senhor me ensinou que o verdadeiro amigo é aquele que nos corrige e que, com coragem, nos fala quando nós exageramos”! Eu saí daquela conversa, encostei a cabeça no travesseiro e disse: meu amigo Requião, menos!

Depois de ouvir aqui, como todos vocês, aquele pronunciamento extraordinário do Governador Requião, ontem, que dá uma demonstração viva de que no Brasil temos poucos oradores com aquela retórica e alguém que realmente está fora de qualquer linha que se apresente de desconfiança, de desonestidade. Se tem realmente

alguém que dá uma demonstração de probidade a todo o instante é o Governador Requião. O que é importante que se diga ao amigo Requião - e eu digo isso porque me considero seu amigo, falo com ele pelo telefone, vou à sua casa, ele vai à minha, somos amigos, mas é chegado o momento de um amigo dizer para ele: Requião, menos!

Puxa vida! Ora, dizer que quando o Governador Requião entregou o seu Governo as estradas estavam uma maravilha! Menos, Requião, não estavam! Esquecer que o Governador Canet asfaltou o Estado inteiro e que depois virou casca de ovo; esquecer que o Governador Álvaro Dias, com um empréstimo extraordinário no BID asfaltou grande parte do nosso Estado. E aqui, na presença do extraordinário Secretário Heinz Herwig, que por muitos anos fez o que fez na Secretaria dos Transportes, a nível de asfalto, é dizer: “Requião, menos”!

Fui Secretário dos Transportes por nove meses e quando assumi, vocês vão lembrar, plantavam bananeira no asfalto. Eu fui lá com o Deputado Basílio Zanusso, porque em frente à sua fazenda estavam plantando bananeira no asfalto. Arrumamos a estrada do Basílio mas nem por isso eu ocupei a tribuna e “desci sarrafo”, dizendo: só eu fiz, só eu faço, só eu sei”. “Menos, Requião”! Até porque a soberba, a arrogância, a falta de humildade não tem dado bons resultados. Os exemplos mais recentes estão vivos e próximos de todos nós.

Por isso, assim como com o meu Atlético, com o meu amigo Requião é chegado o momento de alguém dizer: “Requião, menos”!

### ***Horário do Grande Expediente***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB):***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

É uma honra muito grande, Sr. Presidente, Srs. Deputados, retornar à Assembléia depois de 15 anos. Quero saudar os Srs. Deputados, Sras. Deputadas, e dizer que fui, depois de sair daqui, Prefeito de Apucarana e Secretário do Governador Roberto Requião. Só para lembrar ao Deputado Nelson Justus que o Governador Requião um dia me disse que o Governador não tem amigos. Guardei isso e tenho certeza que ele cumpre com a palavra, sim.

(Lê):

“Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Venho a esta tribuna para tratar de um assunto que a mim me parece estorcedor, inacreditável. Há coisas que acontecem, declarações que se faz, que beiram as raias do ridículo. O jornal curitibano, Hora H, de terça-feira, 15, traz



estampado em sua capa, com direito a foto e tudo o mais, chamada para entrevista exclusiva do Sr. Tony Garcia, intitulada: "O Cara de Pau", e subtítulo, "Memórias do Cárcere". Pasmem, Sras. e Srs. Deputados, a que ponto chegamos.

Esse cidadão, que cometeu crime de colarinho branco, que ludibriou toda uma população, que roubou o sonho de homens e mulheres com o malfadado Consórcio Garibaldi, que deu um golpe de 40 milhões de reais, quer ser comparado com Graciliano Ramos, quer escrever - como se fosse vítima - o seu diário do cárcere. Quer ser comparado a homens cuja memória o Brasil reverencia, como Luís Carlos Prestes, Rubem Paiva, Olga Benário, Gregório Bezerra, Capitão Lamarca e tantos outros. Quer ser colocado na galeria de Antonio dos Três Reis, herói tombado da minha juventude da Cidade de Apucarana.

Será que não basta ter roubado o sonho de famílias que queriam ter o seu carrinho, a sua casa, a sua moto, o seu caminhão? Quer agora roubar a memória de Graciliano Ramos? Será que não basta o privilégio do foro e a indulgência paga com fiança de 5 milhões surrupiados de seus clientes? Quer agora jogar a culpa sobre o ilustre Dr. Paulo Pimentel? Quem é esse cidadão que utiliza grafia americana para impressionar os incautos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares!

Considerar Tony Garcia como prisioneiro político seria agredir a inteligência humana. Não é possível que esse rapaz não tenha um mínimo senso do ridículo. Não é possível que não saiba, pelo menos por um minuto, colocar-se no seu devido lugar. Se há justa justiça, e quero acreditar que existe, o seu lugar será - sem livro de memória - embora com direito a defesa, reparando os danos que causou a tanta gente, esses sim, inocentes.

Faço política por indignação e não quero perder essa minha capacidade de me indignar diante de fatos que desonram a sociedade paranaense e brasileira.

Se ele é preso político o Juiz da 2ª Vara da Família está agindo ao decretar a sua prisão politicamente? A serviço de que grupo e a serviço de que partido? Não posso acreditar que a polícia federal, que está com este processo analisando há anos fosse cometer uma falha e um erro tão grosseiro de prender o Tony Garcia por uma ação ou uma vingança política. Temos, aqui, nesta Assembléia agora o Vereador Custódio, que também passou por alguns momentos difícil, mas teve a humildade de sair de lá, de ir para as ruas, enfrentar o povo e de voltar do lugar que lhe tiraram. Mas com humildade e respeito à inteligência do povo paranaense.

Senhor Presidente e Srs. Deputados, vejam bem, para ser libertado ele teve que deixar uma fiança de 5 milhões em imóveis. Mas pergunto: esses mesmos imóveis que ele deixou para pagamento de fiança já eram indisponibilizados. A Justiça já tinha seqüestrado os seus bens para poder fazer frente ao pagamento que se ocorrer lá na frente será de aproximadamente 40 milhões de reais. Eu me pergunto, esta revogação da sua ordem de prisão e da sua prisão a quem serviu? Pois sai o homem

que estava preso, porque preventivamente havia se decretado a medida para garantir o cumprimento e o andamento normal do processo. Sai de lá agora e vem jogando pedra na Justiça dizendo que a Justiça agiu politicamente, que atendeu interesses escusos. Realmente, nesta Casa que passou Alencar Furtado, Maurício Fruet, Eneás, o Deputado Anibelli, o Deputado Waldemar Daros, nesta Casa e neste Parlamento que tantos homens honraram, defendendo as causas populares, defendendo os interesses coletivos, quanta gente gritou por reforma, por justiça, quantos não foram ouvidos, quantos foram perseguidos sim por posições ideológicas e políticas, mas acreditar na perseguição política a quem desrespeitou as famílias paranaenses, lesando milhares de pessoas - eu não vejo nenhuma perseguição nisso.

Concedo aparte ao Deputado Geraldo Cartário.

#### **O Sr. Geraldo Cartário (PSL)**

Deputado Scarpellini, V. Exa. sabe que eu já tinha certeza que a sua volta à Assembléia era um fato marcante, visto que eu estou tendo a certeza, uma vez mais, de que V. Exa. não mudou a personalidade de 1972 quando se elegeu Vereador na grande cidade de Apucarana, logo a seguir, Deputado estadual e, de novo, Deputado estadual.

V. Exa. que honrou esta Casa com um cargo de 2º Secretário nesta Assembléia e sabe o quanto eu torcia para que V. Exa. voltasse já na sua eleição, para Deputado estadual. Realmente a presença de V. Exa. na tribuna, não entrando no mérito do que V. Exa. traz no seu pronunciamento, mas quero lhe cumprimentar e parabenizar pela sua volta, lhe desejando que a sua posição aqui seja aquela de sempre, enfrentando a todos os segmentos dentro do seu ideal e da sua convicção.

Parabéns, Deputado.

#### **O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)**

Agradeço a manifestação do amigo, fico feliz com as suas palavras e espero honrar com dignidade, trabalhando e procurando ser o porta-voz dos sentimentos que brotam pelas ruas, que brotam na boca da juventude que quer certas explicações sobre as coisas que acontecem no Paraná e no Brasil...

#### **O Sr. Luiz Carlos Martins (PFL)**

Deputado Scarpellini, serei breve.

Esta Casa vai ficar mais rica, a democracia fica engrandecida neste instante pelo seu retorno a este convívio tão democrático e com a sua presença, ele vai ficar mais democrático ainda. Seja bem vindo.

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Quero dizer a V. Exa. que o seu tempo já se esgotou.

#### **O Sr. Neivo Beraldin (PDT)**

Se me permite, em poucas palavras...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Quero pedir desculpas ao Deputado Neivo Beraldin.

Está inscrito no Grande Expediente e poderá fazer as suas considerações no Grande Expediente.

O Sr. **Neivo Beraldin (PDT)**

Tenho certeza que eu tenho esta liberdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo Deputado inscrito, Deputado Plauto Miró.

### ***Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL):***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Que saudades desta tribuna, inclusive porque neste período, muitas coisas aconteceram no nosso Estado do Paraná, em especial, o pedágio que não acabou, subiu novamente nas rodovias que cortam a nossa região dos Campos Gerais e que levam os paranaenses até o Porto de Paranaguá. O pedágio não acabou, não baixou, pelo contrário, subiu, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Eu quero ter uma posição e me manifestar em solidariedade ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, empresário da área da comunicação, que muito serviço já prestou para o nosso Estado do Paraná que tem na independência dos seus meios de comunicação uma posição clara, boa, certa dos governantes. As coisas erradas que os governantes do nosso Paraná têm.

É interessante Sr. Presidente, que cada vez o jornal Gazeta do Povo, o Canal 12, a rede Paranaense de Televisão aponta um erro do Governo, critica alguma ação errada do Governo do Estado do Paraná. Automaticamente o Governador do Estado do Paraná volta sua metralhadora giratória ao Dr. Francisco da Cunha Pereira, criticando-o como se fosse um crime ele ter visto em governos anteriores recursos da área de comunicação serem investidos nos seus meios de comunicação. Não tem nada de errado os Governos que passaram pelo Estado assim o fizeram, inclusive o primeiro Governo do Roberto Requião, quanto investiu em Comunicação Social, quanto investiu na Rede Globo, que naquele tempo de propriedade do Dr. Francisco da Cunha Pereira também. Só este ano, mais de 80 milhões de reais tem no Orçamento do Estado do Paraná para ser gasto em Comunicação Social com rádios, com jornais, com os canais de televisão.

Essas críticas que o Governador faz ao Dr. Francisco, na minha avaliação é para tentar intimidar o proprietário do Meio de Comunicação, do Jornal Gazeta do Povo e da TV Paranaense. Mas, tenho certeza que Dr. Francisco não vai curvar-se à vontade do Governador que

quer esses Meios de Comunicação só falando bem dele e não criticando quando ele erra.

A nossa posição de solidariedade ao Dr. Francisco da Cunha Pereira.

Ontem na nossa cidade de Ponta Grossa os produtores rurais tomaram a iniciativa para chamar as autoridades da área de comunicação social. Em especial o nosso Comandante da Polícia Militar, que lá foi chamado para discutir o problema seriíssimo que lá está acontecendo, na área da Segurança Pública. Agora não só no quadro urbano, mas também quadrilhas de assaltantes na região dos Campos Gerais estão roubando as propriedades rurais. Nos últimos dois meses mais de 24 máquinas foram roubadas em 12 propriedades rurais. Lá no passado nós tínhamos por iniciativa do Governo anterior a formação da famosa “patrulha rural”. Ela surgiu no ano de 1995 lá em Marechal Cândido Rondon, está aqui o Deputado Elio Rusch para confirmar. Porque problemas de roubos também existiam e essas patrulhas fizeram frente à criminalidade que avançava no campo e os Campos Gerais vendo as suas propriedades sendo saqueadas por uma quadrilha de aproximadamente 20 pessoas chama atenção, pede ajuda à Polícia Militar do Estado do Paraná para que ele possa prender essa quadrilha que lá está atuando.

Espero que depois dessa conversa e aqui quero manifestar o alerta ao Secretário da Segurança Pública do Paraná para que volte seus olhos para o campo, volte seus olhos para os problemas reais que acontecem no nosso Estado do Paraná. Espero que ele venha montar novamente essas patrulhas distribuídas no Estado do Paraná. Nós sabemos que em uma ou outra região essas patrulhas existem, mas aqui no nossos Campos Gerais quero dizer que não tem mais. Teve no passado, no Governo anterior, agora não existe mais. E lá o representante da Polícia Militar colocou claro que existe uma viatura no Município de Castro, só que não tem efetivo para essa viatura poder fazer o policiamento das propriedades rurais.

Então está aqui o alerta: que o Governador, o Secretário da Segurança tome uma iniciativa o mais rápido possível, porque aquele campo que faz filas de caminhões até o Porto de Paranaguá e que vários Governadores, vários políticos tanto falam, tanto se colocam como governantes que faça com que o seu trabalho venha a produzir, que a balança comercial do nosso Estado venha a crescer, em especial pela agricultura, que está sendo saqueada e roubada pelos bandidos e não tem os olhos voltados do Governo do Estado do Paraná para resolver este problema. Aqui está um alerta!

O Sr. **Elio Rusch (PFL)**

Ouçõ com muita atenção o seu pronunciamento e em primeiro lugar dizer que sou solidário com sua pessoa, como líder do PFL aqui na Assembléia Legislativa, mas sou solidário também ao Dr. Francisco Cunha Pereira, pelas agressões que recebeu na última segunda-feira, por parte do Governador do Estado do Paraná.

Aliás, isto é muito peculiar ao Governador Roberto Requião, de agredir as pessoas, não importando o que esta pessoa representa. Mas, uma pessoa que tem conquistado o respeito, não só no Paraná como no Brasil, através de seus atos e suas ações. O Francisco Cunha Pereira é um dos responsáveis pelo Paraná receber, hoje, os royalties da Itaipu Binacional. A campanha que ele tinha encetado, na década de 80, quando começou a se formar o lago de Itaipu, os municípios do Estado do Paraná recebem os royalties graças a esta campanha feita pelo Francisco Cunha Pereira. Talvez este seja o reconhecimento que o Governador do Estado está dando a um paranaense, um homem como Francisco Cunha Pereira.

A outra questão que V. Exa. é a questão da segurança pública. Está aí também o Deputado Ademir Bier, que é de Marechal Cândido Rondon e que na época era prefeito, quando foi instalada a patrulha rural, pelo Governador Jaime Lerner. Começou em Marechal Cândido Rondon, depois a todos os municípios lindeiros ao lago de Itaipu, espalhou-se pelo oeste do Paraná, depois veio para o centro, para sudoeste, em diversas regiões. Pena que o Governo do Estado, hoje, através da Secretaria da Segurança Pública não continue, exatamente, levando este benefício para os municípios, para as regiões desprovidas disto. É assustador o número que V. Exa. traz a esta tribuna: doze assaltos registrados nas propriedades rurais na região de Ponta Grossa. Isto é triste, é lamentável. E isto tem acontecido no oeste, no início da formação do lago de Itaipu. E agora acontece isto, também.

E para quem foi e para quem viaja para o litoral, e eu viajei agora, em janeiro, vi uns out-doors. Parei o carro, engatei a ré, no acostamento, para ver se não estava sonhando. Uma placa: "Segurança 100%. Muito obrigado, Governador". Ora! Eu acho este out-door muito mais em tom de brincadeira, não representando a realidade dos fatos do nosso Estado.

Parabéns a V. Exa. Secretário da Segurança: pare de brincar com o sentimento da população e vamos oferecer segurança para nossa gente, e principalmente para nossos agricultores.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Obrigado, Deputado Elio Rusch. Quero, para concluir nosso pronunciamento, a expectativa das próximas horas o Governo do Estado, o Secretário da Segurança tome, definitivamente, uma posição clara, concreta, transparente, para fazer com que a segurança dos produtores rurais dos Campos Gerais do nosso Estado do Paraná possam estar seguros para poderem produzir, porque da forma como está, agora, por falta de segurança, o prejuízo está tomando conta do campo, com certeza a produção vai diminuir significativamente.

Quero registrar, também, que na segunda-feira estarei protocolando, na Casa, projeto de lei que vai determinar o fechamento dos estabelecimentos comerciais, cuja venda predominantemente são de bebidas alcoólicas. Nós pretendemos fazer com alguns municípios, que

já têm leis que determinam o fechamento de estabelecimentos que vendem, exclusivamente, bebida alcoólica. Esta é a contribuição que acredito possamos dar para o Governo do Estado do Paraná para diminuir a criminalidade que toma conta das cidades do nosso Estado. Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O Sr. Elio Rusch (PFL)**

Gostaria de registrar, em meu nome e em nome do Deputado Litro, a presença na tribuna do Prefeito de Boa Vista da Aparecida, Odílio Viganó; bem como também a presença do Prefeito de Quarto Centenário, Reinaldo Grachinsk que também está aqui na Assembléia Legislativa presenciando os trabalhos aqui da Casa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Devidamente registrado. Queremos dar as boas vindas.

Com a palavra Deputado Neivo Beraldin.

***Deputado Neivo Beraldin (PDT):***

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor Presidente, Srs. Deputados, quero inicialmente dar as boas vindas ao Deputado Scarpelini e também ao Deputado César Seleme, que ambos tenham uma convivência harmoniosa e que cumpram junto conosco a função de fiscalizar o Poder Executivo e ao mesmo tempo apresentar projetos de lei, discutir os temas que envolvem o interesse da sociedade do Paraná como um todo.

Não poderia também, Srs. Deputados, deixar de registrar um acontecimento que ocorre hoje neste Plenário, quando um canal de televisão, o canal 21, está transmitindo ao vivo esta Sessão Plenária. Espero que o canal 21 permaneça todas as Sessões, todo tempo, levando as informações em tempo real ao nosso telespectador, ao nosso eleitor, ao nosso cidadão paranaense, que afinal aqui no Poder Legislativo é que acontecem os grandes debates, é o Poder Legislativo que faz as leis. Nada acontece no Estado do Paraná em forma de orçamento, em forma de aplicação em saúde, em educação, em meio ambiente, em qualquer setor, ou seja, segurança, sem que passe aqui pela autorização dos Srs. Deputados que representam o povo.

Mas, Srs. Deputados, eu também venho à tribuna para destacar a importância desse dia mundial na questão do meio ambiente. Afinal o Tratado de Kyoto, que hoje entra em vigor no mundo, foi discutido desde 1997, e foi acordado por cento e quarenta e um países, cento e quarenta e uma nações, assinaram um compromisso de diminuir a poluição do nosso Planeta. Falta agora os americanos. Mas hoje no Japão se dá início a esse tratado. E nós não nos descuidamos, em 2001 realizamos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o primeiro seminário estadual para discutir aquilo que está

acontecendo hoje, preparando a nossa sociedade para este momento. Aqui estiveram como palestrantes professores da Universidade da USP de São Paulo, aqui esteve representante do Banco Mundial, aqui esteve representante do Ministério da Agricultura e aqui esteve também representante do EMBRAPA e também do 3º setor, além de estudantes, empresários. Enfim, fizemos o primeiro seminário estadual para diagnosticar o que se pretendia com esse tratado de Kyoto, que está aqui à disposição dos Srs. Deputados e da sociedade paranaense através do nosso site, que poderá evidentemente através do nosso site conhecer a palestra do professor Serry, que evidentemente vai ilustrar e vai esclarecer tudo o que significa esse tratado para o Brasil e para o mundo.

O meio ambiente tem que ser uma preocupação coletiva, enquanto assim não for a luta há de continuar. Nós temos que tratar o meio ambiente com tanto carinho como tratamos a questão da educação.

Então, falando em meio ambiente, estive no Oeste do Paraná esta semana. E o Oeste do Paraná é amplamente contemplado com a lei de minha autoria, que é a Lei do ICMS ecológico.

Os Municípios que estão em torno do Parque Nacional do Iguaçu já receberam, nesses treze anos, perto de 200 milhões de reais como compensação pelas áreas ecológicas que compõem o Parque Nacional do Iguaçu.

Estive pensando, se os Municípios do Paraná repassaram perto de 200 milhões para os Municípios em torno do Parque Nacional do Iguaçu, esse dinheiro foi como compensação por manter o Parque Nacional nos moldes da Lei de ICMS Ecológico, poderíamos juntar esses Municípios através de uma associação, uma fundação e mostrarmos os projetos que necessitamos na área social, na área do desenvolvimento humano, para o Banco Mundial, para os países desenvolvidos. Que os países desenvolvidos nos dêem uma compensação, porque temos o Parque Nacional, temos o Superagüi. A importância que tem Foz do Iguaçu para o turismo, para o meio ambiente. Temos que atrair, temos que somar os recursos para que o mundo se volte, de uma maneira similar à Lei do ICMS Ecológico, que é compensar. Ou seja, dar ao Município que tem uma área de preservação ambiental, uma compensação financeira.

A Lei do ICMS Ecológico este ano iremos comemorar um bilhão de reais repassados aos Municípios do Paraná. Quando criamos a lei em 1991, apenas 52 municípios possuíam áreas de preservação ambiental. Hoje são 230 municípios.

Portanto ganhamos mais de 500 áreas verdes no estímulo da busca da Lei do ICMS Ecológico.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de imaginar que em 2005 iremos ter um debate bastante firme na questão da aplicação dos recursos públicos, na atenção e na presença dos senhores Deputados. Há Deputados que tiram dez em presença, mas há outros que raramente aparecem e com a televisão

ao vivo deverão estar aqui para debater os grandes temas do Estado do Paraná.

Espero que o canal 21 possa permanecer e que possamos comemorar a participação popular, aqueles que dão o suor, o seu empenho para o bem do Estado do Paraná.

Muito Obrigado!

## ***Horário das Lideranças***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças. Consulto as Lideranças do PL, PSL, PPS, PTB.

(**Declinam**)

No Horário do PP concedo a palavra à Deputada Cida Borghetti.

## ***Horário do PP: Deputada Cida Borghetti***

A SRA. CIDA BORGHETTI

Sr. Presidente, Srs. Secretários, Deputados, minhas colegas Deputadas. Cumprimento toda a imprensa que aqui está e nos acompanha o ano todo; as galerias; a tribuna de honra; os funcionários desta Casa que nos acompanham nos nossos gabinetes, assessoria.

Quero desejar um ano de trabalho bastante intenso, pois assim o Paraná espera. Que todos nós, Elza, possamos aqui honrar os nossos votos, honrar os Municípios que representamos (represento Maringá e também a região), honrar aqui a nossa família, o nosso nome. Temos aqui um mandato popular e, certamente, nós vamos honrar o nosso Estado.

Quero, em nome da nossa Bancada do PP, assumirmos a Liderança do Partido nesta Casa, dar as boas-vindas ao Deputado Seleme, grande Parlamentar.

Bom filho a casa retorna, Deputado Seleme! Tenho certeza que o senhor fará um bom trabalho. A nossa Bancada é unida e o senhor é sempre bem-vindo. Cumprimentos ao Deputado Duílio e, mais especialmente, ao Deputado Scarpellini que volta a esta Casa, já fez o seu pronunciamento.

De uma maneira muito especial o PP do Paraná está orgulhoso. Tive o privilégio de passar sexta, sábado e domingo em Brasília trabalhando ao lado do empossado Presidente da Câmara Federal, Presidente da minoria, Severino Cavalcanti, que representa o PP de Pernambuco, um homem religioso, de fé.

Pela primeira vez na história do Poder Legislativo Federal uma Bancada que não é a maioria daquela Casa chega à Presidência. Em nome da nossa Bancada, do Deputado Cezar Seleme, do Deputado Duílio Genari e, tenho certeza, que de toda esta Casa, desejamos sucesso ao novo Presidente e também a toda Mesa eleita da Câmara Federal. Sucesso! Que Deus possa iluminar essa

tão nobre Mesa eleita, que possa elevar os destinos do nosso país com discernimento, humildade, honradez.

Nosso país é tão grande, é tão nobre vamos trazer educação à nossa gente, vamos trazer segurança, vamos trazer saúde, vamos dar mais oportunidades.

**O Sr. André Vargas (PT)**

Permite um aparte, Deputada?

**(Assentimento)**

Como Presidente Estadual do PT, ouvi muitos comentários em relação a essa eleição e queria também dizer que o Partido dos Trabalhadores reconhece o resultado, foi uma disputa democrática, havia sim uma tradição naquela Casa, mas tradições também são alteradas.

Aqui na Casa tivemos duas eleições, até houve um comentário do Governador dizendo que o PT estava fraco e por isso perdeu essa eleição. Nós temos, desde o começo, o Presidente do PSDB, não é nem do PMDB, nem do PT, que eram as duas maiores Bancadas quando assumimos, porque entendemos que para o bom andamento da Casa, pelo trato que existia que era melhor escolher o Presidente Hermas Brandão.

Portanto, congratulando, sentindo sim que o PT errou na escolha do candidato, deveria ter somado melhor a base, mas reconhecemos o resultado democrático de uma Casa onde um Deputado vale um voto.

**A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)**

Obrigada! Democracia é assim mesmo, democracia se faz dessa maneira.

Gostaria de ressaltar aqui, também, que estivemos com o Presidente João Paulo por várias oportunidades em Brasília. Estivemos também no sábado com o Presidente João Paulo que deixou aquela Casa, um homem ponderado, educado, do seu Partido, Deputado André Vargas, um homem bastante ponderado que esteve, inclusive, visitando o Presidente Severino.

Quero agradecer e desejar a esta Casa, a esta Presidência, às nossas colegas e aos nossos colegas, um ano bastante intenso de trabalho para todos nós. Sucesso também aos Prefeitos, Prefeitas, Vice-Prefeitos e Vice-Prefeitas, Vereadores e Vereadoras de todo Paraná.

Bastante sucesso, bastante trabalho e que Deus ilumine a todos. Um bom mandato a todos. Obrigada!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Consulto a Liderança do PSDB, PDT.

**(Todas declinaram)**

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário. Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri:***

**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, companheiros e companheiras da saúde que acompanham esta Sessão Plenária.

Gostaria de fazer uso desta tribuna, apenas para que colocássemos algumas questões em nome do Partido dos Trabalhadores que ontem me indicou como Líder para este ano, com relação aos fatos que aconteceram no dia de ontem, Deputado Bradock.

No dia de ontem, aqui no Paraná e em outros Estados da Federação, mais especificamente do Paraná, tivemos a prisão de algumas pessoas numa operação denominada na Polícia Federal, como Big Brother, que infelizmente revelou também aquilo que muitos já sabiam. Uma face não tão boa, aliás nada boa, uma face que nós não gostaríamos que existisse do crime organizado e do crime organizado na sua forma mais cruel que é o “crime do colarinho branco”. O crime onde os criminosos freqüentam as mais altas rodas da sociedade, falam e se dizem e são reconhecidos como os senhores mais importantes da nossa sociedade. Criminosos que roubam, não como fizeram com a Deputada Cida Borghetti, numa esquina com um revólver. Mas, roubam milhões de pessoas quando dão desfalques como esses que aconteceram com a convivência de outros setores porque é absolutamente impossível e improvável que apenas quatro advogados consigam fazer um processo. Embora um deles Presidente licenciado da OAB de Curitiba, consigam fazer com que cerca de seiscentos milhões de reais, num primeiro momento, pudesse ser retirado dos cofres da União.

Falo isso porque é comum, Presidente Hermas Brandão, nós virmos à tribuna reclamarmos e é normal que o façamos porque representamos a população, da segurança que temos e da falta de segurança que temos.

Nesse momento em que a Polícia Federal vem fazendo um trabalho que eu diria que é brilhante, porque se peca quando acontecem crimes como aconteceram no Paraná por falta de efetivo, por ter sido absolutamente desmontada a sua estrutura nos últimos oito anos, assim como aconteceu também com a Receita Federal, assim como aconteceu com vários órgãos federais no Brasil, por uma política neoliberal que não atende absolutamente aos interesses da maioria da população e apenas de grupos. Quando isso ocorre o crime organizado não apenas floresce. O crime organizado encontra um terreno fértil para prosperar.

E é por isso que entendemos que é preciso que tenhamos uma visão republicana do Estado. E essa visão não faça apenas por prender quatro advogados aqui, não faça apenas por prender criminosos como foi dito anteriormente de colarinho branco, conhecidos, inclusive ex-Deputados. Não faça apenas por prender Juiz Lalau, não faça apenas por prender ex-Senadores. Faça sim uma profunda reflexão sobre qual sociedade estamos construindo. Que tipo de sociedade esse país está construindo para o nosso futuro e que tipo de sociedade nós temos a responsabilidade também de construirmos.

Porque acredito que quando fazemos essa reflexão, Deputada Elza Correia, nós que temos uma visão de esquerda dentro da sociedade, entendemos que situações

como a senhora colocou aqui com relação ao assassinato da freira americana no Paraná, situações como a reforma agrária, precisam ser pensadas com muito mais dedicação e com muito mais esmero.

Com relação a isso, gostaria apenas de complementar que se neste ano e é verdade como a Deputada Elza Correia colocou, nós teremos um número menor de assentamentos. Acredito que não apenas pelo número e pela falta de terras consideradas improdutivas, mas principalmente pela forma - participo da CPI da Terra - como avaliamos a produtividade rural. É preciso urgentemente que se repense a situação, porque ontem mesmo o Superintendente do INCRA, Lacerda, colocava que, hoje, a Legislação atual chega a ter da década de 80 para cá, uma defasagem de 760%, naquilo que é considerado avaliação. Hoje, basta você colocar o boi, em um ou dois hectares de terra, que a terra é considerada produtiva. Isso precisa mudar. Não podemos continuar tendo crimes lá no Pará. Acharmos que são hediondos, chamam a atenção e que nos fazem refletir as formas como são tomadas aquelas rodovias - o que aconteceu na Rodovia Cuiabá - Santarém, recentemente - e que ficam impunes, porque isso é só uma ponta do "iceberg", mas não repensarmos toda a nossa política fundiária. Não poderemos continuar tendo um conflito, que passa o tempo todo e nós de tempo em tempo estamos resolvendo pontualmente. Acho que é preciso que repensem a nossa política fundiária. O INCRA, nesse momento, mais do que fazer assentamentos, tem que rever todos os assentamentos que foram feitos.

Para encerrar, eu gostaria apenas de comunicar a esta Casa também, que estivemos recentemente em alguns assentamentos, depois de estarmos com a Comissão Agrária, aqui, na região Centro-Oeste. Assentamentos que haviam sido feitos há sete anos, dois deles: Mata do Cavernoso e Águas Claras - estavam aqui pessoas daquela região, os Prefeitos de Rio Bonito e Iguazu e de outras cidades. Assentamentos que foram feitos há sete anos e que até então não tinham luz elétrica. Isso não é assentamento. Assentamento que se faz jogando as pessoas no meio do mato, não é assentamento.

Agora, no projeto do governo federal, "Luz para Todos", junto com a COPEL, está se colocando luz em todos esses assentamentos. Isso, sim, acho que é um programa que minimamente coloca decência naquilo que chamamos de reforma agrária. Espero que neste ano não apenas assentemos 1.500 famílias, mas que possamos dar uma solução para o problema fundiário, para os próximos dois, três, cinco ou dez anos. Porque esse não é um problema apenas de colocar gente na terra. É um problema de se dar dignidade para essas pessoas, de se repensar a forma de produção que temos em nosso País, onde milhões ficam desempregados, vêm para as grandes cidades e cada vez mais são excluídos de um processo de produção.

Espero, Sr. Presidente, que neste ano eu possa fazer a defesa da nossa Bancada, dos nossos nove Depu-

tados, naquilo que for necessário e preciso e de estar sempre à disposição para todos os fatos que disserem respeito à nossa Bancada, ao nosso Partido e ao governo federal, para que possam ser esclarecidos e, inclusive, com as críticas que forem necessárias.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

### ***Liderança do Governo: Deputado Natálio Stica (PT)***

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente Hermas Brandão, unanimemente reconduzido a essa Presidência, quero parabenizá-lo. E ao parabenizá-lo, parabenizo toda a Executiva da Mesa Diretora, nesta Casa, em especial o nosso companheiro Pedro Ivo, que assume a Vice-Presidência, em nome do Partido dos Trabalhadores. Quero deixar uma saudação, ao iniciar os trabalhos, também a todos os Deputados e Deputadas da base de apoio do Governador Requião, nesta Casa. Não fosse a garra e a determinação desta base de sustentação, talvez não tivesse o Governador Roberto Requião a felicidade de fazer o anúncio dos seus dois anos de mandato, como bem o fez na tarde de ontem. Da mesma forma saúdo aos Deputados de Oposição, pela lealdade com que trabalhamos no ano passado. Espero que tenhamos neste ano o novo Líder da Oposição, Valdir Rossoni, a quem tenho uma estima pessoal.

Percebi também que o discurso do Governador Roberto Requião, na tarde de ontem, na abertura dos trabalhos já mexeu com a Bancada de Oposição e vejo com normalidade isso, afinal de contas ouvimos e presenciamos aqui um relato de feitos de um Governo de dois anos que seguramente superou os oito anos do ex-Governador Jaime Lerner. E aí certamente causa um pouco de intriga! Hoje já vi algumas críticas aqui à COPEL, pelo Deputado Plauto Miró, e tenho aqui em mãos uma matéria que foi enviada pela COPEL à imprensa no dia 11 de fevereiro, onde a COPEL aguarda a decisão da Justiça para prorrogar os contratos iniciais.

Não vou ler a matéria inteira, mas direi apenas alguns pontos onde o Governo do Paraná e a COPEL continuam aguardando um posicionamento do Judiciário, estabelecendo a validade dos contratos iniciais firmados entre a COPEL Geração e a COPEL Distribuição, cuja prorrogação até 2015 não foi reconhecida pela ANEEL.

E falei aqui, no final do ano passado, sobre essa questão, pois estive em Brasília acompanhando o Governador Requião, junto com a Ministra Adilma, e lembro-me que disse que ambos estavam no caminho certo, tanto a Ministra quanto o Governador Requião. O Governador Requião, é óbvio, como Governador do Estado do Paraná, agia para que a nossa empresa deixe o seu lucro

para os paranaenses. Esse é o papel do Governador! E a Ministra, não errada também, porque ela como Ministra do País quer que a energia tenha um caminho onde todos tenham acesso, direito a tarifas mais justas. E por isso a COPEL, uma empresa eficiente, uma empresa que tem lucro acaba ajudando algumas empresas que não são tão lucrativas como a nossa COPEL. O leilão nacional faz com que a energia fique em um patamar mais baixo para todos os brasileiros e, infelizmente, é o Paraná pagando a conta nacional mais uma vez. Mas repito, esta briga não deve morrer, mas a briga tem que ser pelo ICMS da geração da energia que roubam do Estado do Paraná e não entra - esse desconto é feito lá, aonde recebe a energia, mais especificamente no Estado rico, que é São Paulo. Essa briga nós deveríamos voltar e a nossa Bancada Federal deveria voltar a carga, porque essa sim é uma bandeira do Paraná. E aqui os Deputados fizeram menção ao nobre Dr. Francisco Cunha Pereira, quero dizer que também dele foi essa briga na época do ICMS e é uma pessoa reconhecidamente defensora do Estado do Paraná.

Agora, com relação à citação do Governador Requião, que também acho que não foi feliz, não havia essa necessidade, mas o Governador com certeza não quis se referir à Gazeta do Povo e nem ao Dr. Francisco que, com certeza, presta um bom serviço ao Paraná. Quis e entendi que, com certeza, o Governador Requião fez, sim, uma referência política que era usada no Governo anterior em relação ao Governo do Estado e à imprensa como um todo. Aquela mania de comprar a nossa imprensa acabou neste Governo! Vamos, sim, fazer os anúncios que terão que ser feitos entre todos os veículos de comunicação e não em alguns privilegiados, inclusive Plauto Miró, o senhor que é dono de uma emissora de rádio na cidade dos Campos Gerais, a política é outra, a política agora é para todos e inclusive os Deputados de Oposição. Todos terão o direito dividido. Não terá aqui privilégios, porque neste Governo não terá compra de imprensa. O que foi noticiado, será; o que foi enviado para a imprensa, será; mas de uma maneira democrática, correta, transparente e acima de tudo corajosa, como é este Governo e os Deputados que fazem aqui a sua defesa.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, vou deixar para segunda-feira para saudar o Líder do Governo, os Deputados e a nova Mesa. Quero saudar aqui a presença, ao vivo, do Canal 21. O Canal 21 começou hoje a transmitir as Sessões da Assembléia.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Transmitiu ontem, já nobre Deputado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

E como o Canal 21 transmitiu no dia de ontem o pronunciamento do Sr. Governador, quero me dirigir aos paranaenses que neste momento me assistem, porque na

segunda-feira, através do Canal 21, estarei aqui respondendo e mostrando os números contraditórios do pronunciamento do Governador Requião, inclusive, aproveito este momento para pedir ao Governador, através do Canal 21, o endereço desse Estado que ele descreveu ontem, porque eu quero morar nesse Estado, porque não é o Paraná que nós conhecemos. Na segunda-feira eu darei a resposta ao pronunciamento do Governador Requião.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Elio Rusch.

***Liderança da Oposição: Deputado Elio Rusch (PFL)***

**O SR. ELIO RUSCH (PFL)**

Sr. Presidente Hermas Brandão, Sras. e Srs. Deputados.

Antes do nosso pronunciamento, queremos com muita alegria, Sr. Presidente, registrar a presença do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, o Edson, com toda a sua equipe, que está aqui na tribuna honrando os Parlamentares com a vossa presença na Sessão de hoje.

Eu ouvia o pronunciamento do Deputado Natálio Stica. Na verdade, Deputado Natálio Stica, eu não mais iria usar a tribuna na Sessão de hoje, mas as suas colocações fizeram com que eu retornasse a esta tribuna e trouxesse mais algumas considerações: primeiro, em relação ao ICMS gerado pela Itaipu Binacional. Na verdade, existe uma grande sacanagem, isso é verdade, isso nós debatemos aqui na tribuna, aqui na Assembléia no meu primeiro mandato, porque também entendemos que é injusto o Paraná produzir a energia, vender a energia para o Brasil inteiro, todos os Estados cobram 25% até 27% de ICMS do consumidor, e o Paraná não recebe nada desse ICMS, ele sai daqui imune. E essa questão levantamos aqui na Assembléia e até questionamos a injustiça que se faz com todos os municípios que perdem as suas áreas. Por exemplo, em Foz do Iguaçu, somente o Município de Foz do Iguaçu recebe o ICMS. É um ICMS que de fato não é gerado, ele sai do bolo de ICMS de todos os Estados e apenas o Município de Foz do Iguaçu se credita do ICMS que não é gerado no Estado do Paraná, retira de 398 municípios e compensa somente Foz do Iguaçu. É uma injustiça!

Aliás, esse trabalho foi levantado também pelo Deputado Gustavo Fruet no Congresso Nacional para que seja introduzido lá na Constituição, acho que o artigo 155, se não me falha a memória, na Constituição do Brasil. É uma grande injustiça! Mas, o Deputado Natálio Stica quando fez menção à questão da COPEL, Deputado Natálio Stica, eu disse e acho que V. Exa. não viu o momento quando usei a tribuna e eu disse: quando nós levantamos essa questão e denunciemos, não aqui na tri-

buna, porque estávamos em recesso, mas na imprensa do Estado do Paraná, dizíamos que o Governador do Estado do Paraná era contra levar a COPEL para leilão, para a venda da energia, ou mesmo que a COPEL Distribuidora não comprasse a energia no leilão que será um prejuízo para o consumidor.

Nós dizíamos já no ano de 2000 e 2001 que quanto maior a competição, quem ganha seria o público consumidor. E o Governo Lula, que é do PT, que é adversário do PFL, inúmeras vezes, Deputado Natálio Stica, eu já enalteci o trabalho que o Presidente da República está fazendo, principalmente quando ele entende que o País só se desenvolve quando existe a parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada. Tudo que o PT pregava quando Oposição, faz exatamente o contrário quando está no Governo: quebra o monopólio, faz com que todas as geradoras, distribuidoras, comprem a energia no leilão. E o que é que nós tínhamos no Paraná, Deputado Natálio Stica? A COPEL tem o monopólio da energia, a COPEL Geração vendeu para a COPEL Distribuidora a 65 reais o MWH. E por quanto a COPEL Distribuidora comprou a energia no leilão? A 51 reais, 14 reais mais barato o MWH, 27% mais barata a energia que se compra no leilão do que a que se praticava. E eu pergunto: porque é que o Governador se calou? Por que não fala nada? Ele disse antes do leilão que se tornaria mais caro e o que nós defendíamos a 5, 6, 7 anos atrás, continuamos a defender hoje: a livre iniciativa, a competição no mercado!

Concluindo, Sr. Presidente, o Governo não pode abrir mão jamais do controle da energia elétrica, das comunicações, do combustível e do saneamento, mas a competição tem que existir, sim! E foi provado agora no leilão que nós estávamos certos, que o Brasil está no caminho certo quando faz a competição no mercado e quem ganha é o público consumidor.

Só espero, e nós vamos exigir, não pedir, Deputado Natálio Stica, que o Governo repasse este desconto para o público consumidor para que o consumidor da COPEL possa receber esse desconto que a COPEL Distribuidora conseguiu no leilão.

Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 47 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente:***

Sobre a mesa, Indicação Legislativa nº 001/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expe-

diente, reiterando providências visando à construção de uma escola estadual no Parque Universidade, de Londrina, a fim de atender alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio desses e dos bairros adjacentes. **À Comissão de Educação.**

Expediente subscrito pelos Deputados Hermas Brandão, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Luiz Accorsi, Miltinho Pupio, Francisco Bhürer, Valdir Rossoni, Nelson Garcia e Ademar Traiano, membros da Bancada do PSDB, constante do expediente, indicando o Deputado Ademar Traiano, para exercer durante o biênio de 2005/2006 o cargo de Líder do Partido nesta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei complementar, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, com apoio dos Deputados Augustinho Zucchi e Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Devolvo o referido projeto ao nobre Deputado para que peça o apoio dos deputados de sua Bancada, o PDT.

O Deputado Barbosa Neto já pegou o apoio da sua Bancada, então está já o projeto incluído para análise da CCJ.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.



Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Votação e Discussão:***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ***1ª Discussão:***

#### **ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. COM PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (**Publ. em 19/10/2004**)

#### **ÍNDICE GERAL**

<b>Título I</b>	<b>Das Disposições Gerais</b>
Capítulo I	Da Sede - artigo 1º
Capítulo II	Das Sessões Legislativas - artigo 2º
Capítulo III	Das Sessões Preparatórias
Seção I	Da Posse - artigos 3º e 4º
Seção II	Da Eleição da Mesa - artigos 5º a 9º
Capítulo IV	Das Bancadas e Blocos Parlamentares - artigos 13 a 18
Capítulo V	Dos Líderes - artigos 12 a 14
<b>Título II</b>	<b>Dos Órgãos da Assembléia</b>
Capítulo I	Da Mesa - artigos 15 a 18
Seção I	Do Presidente - artigos 19 a 22
Seção II	Dos Secretários - artigos 23 e 24
Capítulo II	Da Procuradoria Parlamentar - artigo 25
Capítulo III	Das Comissões
Seção I	Disposições Gerais - artigos 26 a 28

<b>Título II</b>	<b>Dos Órgãos da Assembléia</b>
Seção II	Das Comissões Permanentes e sua Competência - artigos 29 a 33
Seção III	Das Comissões Temporárias - artigos 34 a 40
Seção IV	Da Presidência das Comissões - artigos 41 e 42
Seção V	Dos Pareceres - artigo 43
Seção VI	Das Vagas e Impedimentos - artigos 44 e 45
Seção VII	Das Reuniões - artigos 46 a 49
Seção VIII	Dos Trabalhos - artigos 50 a 55
Seção IX	Do Assessoramento Legislativo - artigo 56
Capítulo IV	Da Remuneração e Ajuda de Custo - artigos 57 a 67.
Capítulo V	Da Extinção e da Perda do Mandato - artigos 68 a 75
Capítulo VI	Da Convocação do Suplente - artigo 76
<b>Título III</b>	<b>Dos Trabalhos da Assembléia</b>
Capítulo I	Das Sessões da Assembléia - arts. 77 a 87
Seção I	Das Sessões Públicas - arts. 88 a 94
Seção II	Das Sessões Secretas - arts. 95 e 96
Seção III	Da Audiência dos Secretários de Estado - arts. 97 a 100
Seção IV	Da Ordem do Dia - arts. 101 a 103
Capítulo II	Das Questões de Ordem - arts. 104 a 106
Capítulo III	
Seção Única	Da Comissão Geral - artigo 107
Capítulo IV	Da Ordem Interna - arts. 108 a 112
Capítulo V	Das Atas - arts. 113 a 116
<b>Título IV</b>	<b>Da Elaboração Legislativa</b>
Capítulo I	Das Proposições em Geral - artigos 117 a 120
Seção I	Dos Projetos - artigos 121 a 126

<b>Título IV</b>	<b>Da Elaboração Legislativa</b>
Seção II	Das Indicações - artigo 127
Seção III	Dos Requerimentos - artigos 128 a 135
Seção IV	Das Emendas - artigos 136 a 141
Capítulo II	Das Discussões
Seção I	Disposições Gerais - artigos 142 a 157
Seção II	Do Adiamento da Discussão - artigo 158
Capítulo III	Da Votação
Seção I	Das Disposições Gerais - artigos 159 a 162
Seção II	Dos Processos de Votação - artigos 163 a 168
Seção III	Do Método de Votação e do Destaque - artigos 169 a 170
Seção IV	Do Encaminhamento da Votação - artigos 171 a 173
Seção V	Do Interstício - artigos 174 a 175
Capítulo IV	Da Preferência - artigos 176 a 180
Capítulo V	Da Urgência - artigos 181 a 185
Capítulo VI	Da Redução Final - artigos 186 a 188
Capítulo VII	Do autógrafo - artigos 189 a 190
<b>Título V</b>	<b>Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais</b>
Capítulo I	Da Proposta de Emenda à Constituição - artigos 191 a 199
Capítulo II	Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação - artigo 199
Capítulo III	Dos Projetos de Código e Consolidação de Leis - artigos 200 e 201
Capítulo IV	Do Projeto Orçamentário - artigos 202 a 213
Capítulo V	Dos Projetos Vetados - artigo 214
Capítulo VI	Da Indicação do Conselho e Auditor do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado - artigos 215 e 222.
Capítulo VII	Das Modificações do Regimento Interno - artigo 223

<b>Título V</b>	<b>Das Matérias Sujeitas a Disposições Especiais</b>
Capítulo VIII	Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou Estado - artigo 224
Capítulo IX	Das Leis Delegadas - artigos 225 a 232
Capítulo X	Da Autorização para Instauração de Processo Criminal Contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado - artigo 233
Capítulo XI	Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado - artigo 234
Capítulo XII	Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios - artigos 235 a 238
<b>Título VI</b>	<b>Do Decoro Parlamentar</b>
Capítulo I	Dos Deveres Fundamentais do Deputado - artigos 239 e 240
Capítulo II	Das Vedações Constitucionais - artigo 241
Capítulo III	Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar - artigos 242 e 243
Capítulo IV	Das Declarações Públicas Obrigatórias - artigo 244
Capítulo V	Das Medidas Disciplinares - artigos 245 a 249
Capítulo VI	Do Processo Disciplinar - artigos 250 a 259
Capítulo VII	Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar - artigos 260 a 263
Capítulo VIII	Da Corregedoria Parlamentar - artigos 263 a 267
<b>Título IX</b>	<b>Da Participação da Sociedade Civil</b>
Capítulo Único	Da Iniciativa de Leis - artigo 268
<b>Título VIII</b>	
Capítulo Único	Da Secretaria da Assembléia - artigos 269 e 270

**Título II**

Capítulo Único Das Disposições Finais - artigos 271 a 275

**REGIMENTO INTERNO DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANA**

**TÍTULO I****DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****Capítulo I****Da Sede**

Art. 1º – A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único – Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

**Capítulo II****Das Sessões Legislativas**

Art. 2º – A Assembléia reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I – Ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – Extraordinárias, quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º – As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º – A primeira e a terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º – A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 4º – Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

**Capítulo III****Das Sessões Preparatórias****Seção I****Da Posse**

Art. 3º – O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada Legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º – O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º – Caberá a 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º – A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º – Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada legislatura, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

§ 1º – Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º – Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º – A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANA E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO".

Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado e de pé, ratificará a declaração dizendo:

"ASSIM O PROMETO"

§ 4º – O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromisso não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º – Quando algum Deputado tomar posse em sessão posterior à em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para o receber e o acompanhar até a Mesa, onde, antes de o empossar, lhe tomará compromisso regimental. Durante o recesso da Assembléia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de

quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I – da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º - Tendo prestado compromissos uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 8º - O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º - O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, que com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quorum necessário à abertura da sessão, a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

## Seção II

### Da Eleição da Mesa

Art. 5º – A Mesa da Assembléia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º - Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidente e dos cinco Secretários.

§ 2º - A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidente e dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º - Depois de proclamar eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos.

Art. 7º – No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição da Mesa para a 3º e 4º Sessões Legislativas da mesma legislatura.

§ 1º – Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º – A eleição do Presidente, importará dos Vice-Presidentes e a dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º – A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º – A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, a maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I – chamada nominal para a votação;

II- cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em lista completa para os diversos cargos que compõem a Mesa.

III – colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV – colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - O Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu numero com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário;

VI - Será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às listas contendo os candidatos aos cargos da Mesa.

VIII – proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX – invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas

XI - realização de segundo escrutínio, se for o caso, com as duas listas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio.

XII - será considerada eleita a lista que for encabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio.

XIII – proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I – no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II – no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente,

III – no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV – em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que trata incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco Sessões Ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

## Capítulo IV

### Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares

Art. 10 - As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º – As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum.

§ 2º – O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º – As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 3º – Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 4º – Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quorum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 5º – O Bloco Parlamentar tem existência circumscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

Art. 11 – A agremiação que integrava o Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma sessão Legislativa.

Parágrafo Único – A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

## **Capítulo V**

### **Dos Líderes**

Art. 12 – Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a quatro Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar à Mesa.

Art. 13 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

V – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º – Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º – As Bancadas Parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14 – O Governador do Estado, os Deputados pertencentes à oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a IV do artigo anterior.

## **TÍTULO II**

### **DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

#### **Da Mesa**

Art. 15 – A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º – Se, durante a sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a Legislatura, no início das sessões preparatórias da Legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição e posse da Mesa;

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná.

c) organização dos serviços administrativos;

d) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV – apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano Legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI – conforme o artigo 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no artigo 55, I, II e IV da Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII – encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal artigo 53, parágrafo 3º.

VIII – emitir parecer e expedir Resolução de Mesa ou elaborar projeto de Resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX – propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X – conferir caráter jurídico-normativo a pareceres da Procuradoria da Assembléia, que serão cogentes para a administração;

XI – expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências

XII – expedir Resolução de Mesa com vistas a regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII – decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV – aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV – requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XV – fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo.

XVI – estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa

XVII – administrar e prover a polícia e serviços de segurança da Assembléia,

XVIII – encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações,

XIX – promulgar emendas à Constituição.

Parágrafo único – A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

## Seção I

### Do Presidente

Art. 19 – O Presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 – São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I – presidir às sessões plenárias da Assembléia;

II – abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V – dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X – submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII – informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX – suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver, soberanamente, todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo - se o contido no artigo 15, parágrafo 5º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único – Quando o Presidente tiver de deixar sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

## **Seção II**

### **Dos Secretários**

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do artigo 20.

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

## **Capítulo II**

### **Da Procuradoria Parlamentar**

Art. 25 – A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingi-

dos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º – A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 2º – A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

### **Capítulo III**

#### **Das Comissões**

##### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 26 – As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legisferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORARIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Legislatura, ou, antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 – Na Constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua Secretaria;

IV – encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação de prazos;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

##### **Seção II**

##### **Das Comissões Permanentes e sua competência**

Art. 29 – A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º – Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;



III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou requerer ao presidente da Assembléia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuados os:

a) de lei complementar;

b) de código;

c) de iniciativa de Comissão;

d) em regime de urgência;

e) de iniciativa popular;

f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 2º – As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30 – As Comissões Permanentes são:

I – Comissão Executiva;

II – Comissão de Constituição e Justiça e Redação;

III – Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas;

IV – Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul;

V – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;

VI – Comissão de Educação, Cultura e Esportes;

VII – Comissão de Segurança Pública;

VIII – Comissão de Saúde Pública;

IX – Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, Terras, Imigração e Colonização;

X – Comissão de Fiscalização e Assuntos Municipais da Assembléia Legislativa.

XI – Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor.

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de onze membros.

Art. 31 – As Comissões Permanentes organizar-seão dividindo-se o número de membros da Assembléia

pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

§ 1º – Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada.

§ 2º – Para a composição das Comissões adotar-se-á o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, parágrafo 9º deste Regimento e para cada legislatura, observado o contido no artigo 44.

Art. 32 – Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º – À Comissão Executiva compete:

I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – prover os cargos dos serviços administrativos;

IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V – julgar concorrência e demais licitações;

VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII – propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X – encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos dos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º – À Comissão de Constituição e Justiça e Redação compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou

em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias e preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

- I – criação de municípios;
- II – incorporação, fusão e desmembramento de município;
- III – perda de mandato de Deputado;
- IV – transferência temporária da sede do Governo;
- V - organização dos Poderes do Estado;
- VI – Ministério Público;
- VII – intervenção nos municípios;
- VIII – alterações de códigos;
- IX – organização e divisão judiciária;
- X – declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída a outras comissões, cabendo recurso do autor preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão cabe recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

§ 3º – À Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram par aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986; manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária à base do orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento; e abertura de crédito e manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas

§ 4º – À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Mercosul compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades, sobre as proposições relativas ao turismo

interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior e manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

§ 5º – À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral.

§ 6º – À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 7º – À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 8º – À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 9º – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais e manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 10 – À Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, in loco, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e

mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VI - aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão e desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 11 – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

### Seção III

#### Das Comissões Temporárias

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

- I – Especiais;
- II – de Inquérito;
- III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º – Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º – A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º – Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º – A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º – Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V - estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único – As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 – Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I – à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução que será incluído na Ordem do Dia dentro de cinco Sessões;

II – ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

III – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

IV – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior ;

V - ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único – A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 – As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 – As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exte-

rior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

## Seção IV

### Da Presidência das Comissões

Art. 41 – Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Parágrafo Único – Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

Art. 42 – Ao Presidente compete:

a. convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b. presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

c. solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d. usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

e. usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único – Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

## Seção V

### Dos Pareceres

Art. 43 – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º – As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º – Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º – Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

## Seção VI

### Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 – As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar.

§ 1º – A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º – Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º – O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º – O Presidente da Assembleia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º – Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no artigo 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o artigo 9º.

Art. 45 – O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º – O Presidente da Assembleia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

## Seção VII

### Das Reuniões

Art. 46 – As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembleia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º – Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembleia Legislativa.

§ 2º – O Diário da Assembleia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 – As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 – As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 – As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º – Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º – Só os Deputados ou Secretários de Estado, quando convidados, poderão assistir às reuniões secretas.

## Seção VIII

### Dos Trabalhos

Art. 50 – Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da Ata da sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos relatores, mediante sorteio e obedecendo rodízio;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V – leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º – Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º – Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º – As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º – A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 – O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º – O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º – Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º – Logo após o Parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar Emenda ao Projeto.

§ 4º – Recebida a Emenda o Relator emitirá seu Parecer.

§ 5º – A seguir as Emendas e os Pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste Artigo.

§ 6º – Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados em todos os seus termos será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 7º – Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir Parecer a ser submetido na sessão subsequente.

§ 8º – Na hipótese de haver sido concedido vistas e tiver sido elaborado Parecer, o Presidente submeterá o Parecer do Relator principal para que seja votado em primeiro lugar.

§ 9º – Se o parecer do relator for rejeitado, ler-se-á então o parecer do deputado conforme o parágrafo 6º, se for rejeitado segue-se o disposto no parágrafo 7º.

§ 10 – Aprovado o parecer, será tido como da Comissão e, desde logo, assinado pelo Presidente e demais membros, constando da conclusão o nome dos votantes e respectivos votos.

§ 11 – Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 12 – Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 13 – Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 14 – Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão

remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 15 – Terá caráter conclusivo a votação de projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

§ 16 – O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário mediante recurso do Autor na forma deste Regimento.

§ 17 – Às Comissões é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 18 – Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões, dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 19 – Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

§ 20 – Quando ocorrer o pedido de vista por Membro da Comissão, o Senhor Presidente colocará em votação a matéria. Sendo aprovado o pedido de vista pelo Plenário da Comissão, ele será concedido pelo prazo de três dias improrrogáveis, se a vista for solicitada por mais de um Membro da Comissão, será dada pelo mesmo prazo. Projeto de Lei, em Regime de Urgência, não será concedido o pedido de vistas.

Art. 52 – Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 – Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 – As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

## Seção IX

### Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 – As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como a Procuradoria Parlamentar.

## Capítulo IV

### Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 – A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

I – a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de Sessões Ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo, inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

## Capítulo V

### Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68 – As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

I – falecimento;

II – renúncia;

III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irrevogável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único – Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 – Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no artigo 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na forma da regulamentação própria.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer a ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75 – O Mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

## **Capítulo VI**

### **Da Convocação do Suplente**

Art. 76 – A Mesa convocará imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único – O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

## **TÍTULO III**

### **DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

##### **Das Sessões da Assembléia**

Art. 77 – As sessões da Assembléia Legislativa serão Preparatórias, Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada Sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as Sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as Sessões Ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar Sessões Solenes ou Especiais, que serão consideradas Extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As Sessões Ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas Sessões Extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as Sessões Ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidindo-se por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de



qualquer sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solemnidade da sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias entre duas Ordinárias, tantas quanto forem necessárias.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único – O tempo destinado a Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

### **Seção I** **Das Sessões Públicas**

Art. 88 – À hora do início da Sessão, o Presidente, dizendo: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS

NOSSOS TRABALHOS”, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Art. 90 – A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no parágrafo 1º do artigo 101.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida;

mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, a hora restante dos trabalhos será destinada às explicações pessoais.

§ 7º – A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula “LEVANTA-SE A SESSÃO”.

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único – É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

## Seção II

### Das Sessões Secretas

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

## Seção III

### Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembleia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembleia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser apartado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembleia promoverá a instauração do procedimento legal cabível.

#### **Seção IV**

##### **Da Ordem do Dia**

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

- I – redações finais;
- II – 2ª discussão;
- III – 1ª discussão;
- IV – discussões únicas;

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I – redações finais;
- II – projetos de lei;
- III – projetos de resolução;
- IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a

votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

- I – em caso de preferência;
- II – em caso de adiamento;
- III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 – O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

- I – a discussão a que está sujeito;
- II – de quem a iniciativa;
- III – a respectiva ementa;
- IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;
- V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;
- VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

#### **Capítulo II**

##### **Das Questões de Ordem**

Art. 104 – Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º – Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembleia.

§ 2º – Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º – No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º – Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar “pela ordem” para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º – Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106 – Serão registradas em livro especial todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembleia.

### **Capítulo III**

#### **Seção I**

##### **Da Comissão Geral**

Art. 107 – A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

I – debate de matéria relevante;

II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;

III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;

IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º – A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º – O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

### **Capítulo IV**

#### **Da Ordem Interna**

Art. 108 – O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º – É obrigatória aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109 – Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para Senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º – No recinto do Plenário da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 111 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, o exporá a Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112 – Se no edifício da Assembléia se perpetuar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá Ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal e regulamentos policiais do Estado.

### **Capítulo V**

#### **Das Atas**

Art. 113 – De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão.

§ 1º – Depois de lida, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114 – O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

Art. 116 – A Ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes se levantar a Sessão, podendo ser aprovada qualquer número.

## **TÍTULO IV**

### **DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA**

#### **Capítulo I**

#### **Das Proposições em Geral**

Art. 117 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições privativas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso em seguida à justificação.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma preposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

Art. 118 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, se não o tiverem sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independem de apoioamento, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das

Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador de Estado e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 119 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120 – Poderá a Assembléia decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

### **Seção I**

#### **Dos Projetos**

Art. 121 – A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre o que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I – perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV – conclusão de Comissão de Inquérito;

V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conexão contra os Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X – delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V - aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência a preceitos constitucionais e legais.

Art. 122 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º Vice-Presidente.

Art. 123 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos cabe a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, a qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

Art. 125 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126 – As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

## **Seção II**

### **Das Indicações**

Art. 128 – Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, com o cunho de sugerir a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.

§ 1º – As indicações serão redigidas por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinadas pelo autor.

§ 2º – As indicações, depois de lidas perante a Assembléia pelo 1º Secretário, se não o tiverem sido pelos seus autores, serão despachadas, obrigatoriamente, às Comissões com quem se relacionarem e mandadas publicar na íntegra.

§ 3º – A Comissão que recebe indicação deverá interpor parecer dentro de dez dias do seu recebimento.

§ 4º – A indicação e o respectivo parecer serão sujeitos a discussão única.

§ 5º – Se à indicação for apresentada emenda, a mesma voltará à Comissão para parecer.

§ 6º – Este segundo parecer sofrerá discussão única.

§ 7º – Se a Assembléia opinar sobre indicação que concluir por projeto de lei ou de resolução, o projeto seguirá os trâmites regimentais a que se acham subordinadas as proposições dessa natureza.

## **Seção III**

### **Dos Requerimentos**

Art. 128 – Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129 – Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I – a palavra, ou a desistência dela;

II – a posse de Deputados;

III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V - a retificação de ata;  
VI - a inserção de declaração de voto em ata;  
VII - a observância de algum dispositivo regimental;  
VIII - a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;  
IX - verificação de votação;  
X - o preenchimento de vagas nas Comissões;  
XI - informações sobre a ordem dos trabalhos;  
XII - chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130 - Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131 - Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º - Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I - publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II - nomeação de Comissões externas;

III - inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV - levantamento da Sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI - permissão para falar sentado.

§ 2º - Serão escritos e independem de apoio e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I - dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II - dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III - dispensa de impressão de qualquer proposição;

IV - retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI - remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII - discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII - adiamento da discussão ou votação;

IX - encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI - preferência;

XII - urgência;

XIII - audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV - a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º - Serão escritos e sujeitos a apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I - convocação de Secretário de Estado;

II - inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III - criação de Comissões Especiais;

IV - Sessões Extraordinárias;

V - Sessões Secretas;

VI - licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII - autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII - quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações.

Art. 132 - A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 133 - Independência de apoio o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 134 - Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º - Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º - Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no Parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado.

§ 3º - Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º - O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135 - Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

#### **Seção IV** **Das Emendas**

Art. 136 - Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 – As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º – Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º – Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º – Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º – Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º – A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º – As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º – A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º – A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138 – A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139 – As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único – Independem de apoio as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140 – Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – quando estiverem em pauta;

II – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III – Nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento.

§ 1º – Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º – Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º – O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

## **Capítulo II**

### **Das Discussões**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 142 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144 – A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145 – A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

§ 1º – Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146 – As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º – Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º – Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147 – Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à



Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 148 – Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º – Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º – Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

Art. 149 – O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150 – Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151 – Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152 – Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de quinze minutos, favorável e contrariamente, alternadamente, por ordem de inscrição.

Parágrafo Único – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 153 – Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 154 – Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155 – O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156 – É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado seis oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157 – O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único – Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

## **Seção II**

### **Do Adiamento da Discussão**

Art. 158 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por um única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

## **Capítulo III**

### **Da Votação**

#### **Seção I**

#### **Disposições Gerais**

Art. 159 – A votação complementa o turno regimental a discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – O Deputado que adentrar ao Plenário terá sua presença anotada pelo Primeiro Secretário na Ata de Presença e o número de Deputados constante da Ata será o válido para todas as atividades regimentais.

§ 3º – Se o Deputado constante da Ata referida no parágrafo anterior não votar, o seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 5º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quorum, seu voto será considerado em branco.

§ 6º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 7º – Só se interromperá a votação de um proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 160 – É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162 – Os Projetos Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

## Seção II

### Dos Processos de Votação

Art. 163 – São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – por escrutínio secreto.

Art. 164 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165 – Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º – Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 166 – A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo Único – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 168 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemérita.

## Seção III

### Do Método de Votação e do Destaque

Art. 169 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 6º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precedê-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

## Seção IV

### Do Encaminhamento da Votação

Art. 171 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de quinze minutos, três à favor e três

contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Art. 172 – O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

### **Seção V**

#### **Do Interstício**

Art. 174 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 175 – Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

### **Capítulo IV**

#### **Da Preferência**

Art. 176 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V – Leis orçamentárias.

Art. 178 – Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se enunciar esta.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusado, porém, a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

### **Capítulo V**

#### **Da Urgência**

Art. 181 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182 – Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

a. será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

b. expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 184 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 185 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

#### DA REDAÇÃO FINAL

Art. 186 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para elaborar o texto.

§ 1º – Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 187 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 188 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

#### Capítulo VII Do Autógrafo

Art. 189 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 190 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à Sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificações.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

#### TÍTULO V DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS Capítulo I

##### Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 191 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 192 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 193 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 194 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 195 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 196 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 197 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 198 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

## Capítulo II

### Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 199 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, nos termos do artigo 66, parágrafo 1º da Constituição do Estado.

§ 1º – Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.

§ 3º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

## Capítulo III

### Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 200 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado a discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º – Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º – A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º – Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 – Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 201 – Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único – A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

## Capítulo IV

### Do Projeto Orçamentário

Art. 202 – Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 203 – Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 204 – Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 205 – O Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único – Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 206 – A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 207 – Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único – Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minu-

tos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 208 – A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 209 – O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único – Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 210 – Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do artigo 209 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 211 – Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para elaboração da redação final.

Art. 212 – Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 213 – Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

### **Capítulo V**

#### **Dos Projetos Vetados**

Art. 214 – Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

### **Capítulo VI**

#### **Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado**

Art. 215 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 216 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 217 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 218 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 219 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 220 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 221 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 222 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

### **Capítulo VII**

#### **Das Modificações do Regimento Interno**

Art. 223 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão

Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º – O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º – Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

§ 3º – Fica a Comissão Executiva autorizada, a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

### **Capítulo VIII**

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 224 – Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º – Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º – A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º – Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º – O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

### **Capítulo IX**

Das Leis Delegadas

Art. 225 – A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o artigo 72 da Constituição do Estado.

Art. 226 – Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

III- direitos individuais.

Art. 227 – A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 228 – Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 229 – A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo e os termos para o seu exercício.

Art. 230 – O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º – Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º – Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 231 – O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 232 – O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em globo, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

### **Capítulo X**

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 233 – A solicitação do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão Constituição e Justiça e Redação, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de duas (02) Sessões.

### **Capítulo XI**

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 234 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

### **Capítulo XII**

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 236 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 237 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 238 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

## **TÍTULO VI**

### **DO DECORO PARLAMENTAR**

#### **Capítulo I**

##### **Dos Deveres Fundamentais do Deputado**

Art. 239 - No exercício do mandato, o Deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e às contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 240 - São deveres fundamentais do Deputado:



I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e a vontade popular.

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro.

## Capítulo II

### Das Vedações Constitucionais

Art. 241 - É expressamente vedado ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada .

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo .

## Capítulo III

### Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 242 - É, ainda, vedado ao Deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 243 - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, gru-

pos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

## Capítulo IV

### Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 244 - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como Deputado.

## Capítulo V

### Das Medidas Disciplinares

Art. 245 - As medidas disciplinares são:

a) advertência;

b) censura;

c) perda temporária do exercício do mandato;

d) perda do mandato.

Art. 246 - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembleia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 247- A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembleia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 248 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 244;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 249 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 241 desta Resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 242 e 243 deste regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

## Capítulo VI

### Do Processo Disciplinar

Art. 250 - A sanção de que trata o artigo 248 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 252 e 253 executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 248, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 251 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 252 e 293 deste regimento e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 252 - Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 255, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 253 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades.

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias para apresentar defesa escrita e provas.

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo:

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 257 concluindo pelo procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato.

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e Redação para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias.

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 254 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo.

Art. 255 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o

denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos artigos 246 e 247, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 248 e 249, procederá na forma do artigo 253.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 256 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 257 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 258 - O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 259 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

## **Capítulo VII**

### **Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Art. 260 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 261 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos Deputados que pretenderem indicar para

integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 244.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 246 e 249, independentemente da legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 262 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito a eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a discricção e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 263 - O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

## **Capítulo VIII**

### **Corregedoria Parlamentar**

Art. 263 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 264 - Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento as determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 265 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 266 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 267 - Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor, do Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no artigo 57, parágrafo 3º, da Constituição Estadual.

## **TÍTULO VII**

### **DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

#### **Capítulo Único**

##### **Da Iniciativa de Leis**

Art. 268 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II - as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III - o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV - será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII - nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

## **TÍTULO VIII**

### **Capítulo Único**

#### **Da Secretaria da Assembléia**

Art. 269 - Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º - O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º - Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 270 - É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

## **TÍTULO X**

### **Capítulo Único**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 271 - Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento com-

putar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º – Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º – Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 272 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 273 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 274 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislativas anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 275 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

#### COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2004

#### P A R E C E R :

##### **Relatório**

O presente projeto de resolução tem por objetivo alterar o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado.

##### **Fundamentação**

O Projeto de Resolução nº 015/2004 quando da sua discussão no Plenário desta Casa, recebeu 137 emendas apresentadas pelos Srs. Deputados, que foram analisadas pela Comissão Executiva e passaram a integrar o Substitutivo Geral, com exceção das emendas que receberam parecer contrário de natureza legal, constitucional e/ou regimental e as que poderiam prejudicar o bom andamento dos trabalhos do Poder Legislativo.

##### **Conclusão**

Sendo assim, a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Resolução, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### MEMORANDO

O Projeto de Resolução nº 15/2004, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebeu 137 emendas de autoria dos Senhores Deputados, sendo que 74 foram aceitas e fazem parte do Substitutivo Geral que ora apresentamos.

As emendas que receberam parecer favorável (total ou parcial) foram as de números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 22, 27, 28, 31, 32, 33, 36, 39, 43, 44, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 74, 93, 95, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 130, 132, 133 e 135.

Foram, também, feitas correções de digitação, redação e outras com o objetivo de harmonizar o texto geral do projeto, evitando disposições conflitantes, visando, acima de tudo, o aperfeiçoamento dos trabalhos da Casa.

#### SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/2004

Art. 1º - O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogadas a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16.02.2005.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### **Capítulo I**

##### Da Sede

Art. 1º – A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo Único – Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

##### **Capítulo II**

##### Das Sessões Legislativas

Art. 2º – A Assembléia reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I – Ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – Extraordinárias, Legislatura quando, com este caráter, as mesmas forem convocadas.

§ 1º – As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e ou feriados.

§ 2º – A primeira e a terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º – A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias pela Assembléia Legislativa.

§ 4º – Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

### **Capítulo III**

#### **Das Sessões Preparatórias**

##### **Seção I**

##### **Da Posse**

Art. 3º – O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada Legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º – O nome parlamentar compor-se-á, salvo quando, a juízo do Presidente, devam ser evitadas confusões, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º – Caberá a 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º – A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º – Às quinze horas do dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada Legislatura, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembléia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da Legislatura.

§ 1º – Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado, e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de Legislaturas.

§ 2º – Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º – A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a Legislatura, procedendo ao ritual de posse, sendo que com a relação nominal de Deputados, será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-

se aos seguintes critérios: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO".

Ato contínuo, feita a chamada pelo Presidente, cada Deputado e de pé, ratificará a declaração dizendo:

"ASSIM O PROMETO"

§ 4º – O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º – Quando algum Deputado tomar posse em sessão posterior à em que foi prestado o compromisso geral, ou vier a suceder ou a substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para o receber e o acompanhar até a Mesa, onde, antes de o empossar, lhe tomará compromisso regimental. Durante o recesso da Assembléia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º – Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovados, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogáveis por igual tempo a requerimento do interessado, contando:

I – da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da Legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a Legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º – Tendo prestado compromissos uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 8º – O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º – O Presidente fará publicar no Diário da Assembléia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, que com as modificações posteriores, servirá para o registro do comparecimento e verificação do quorum necessário à abertura da sessão, a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

##### **Seção II**

##### **Da Eleição da Mesa**

Art. 5º – A Mesa da Assembléia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º – Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de feve-

reio, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidente e dos cinco Secretários.

§ 2º - A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários, com ele inscritos para composição da Mesa.

§ 3º - Depois de proclamar eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finda sua incumbência.

Art. 6º - Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e na composição desta será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, lhes caiba prover, sem prejuízo de candidaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas observadas as seguintes regras:

I - a escolha será feita na forma prevista no Estatuto de cada Partido ou conforme estabelecer a própria bancada e, ainda segundo dispuser o ato de constituição do Bloco Parlamentar;

II - em caso de omissão, ou se a representação não fizer a indicação, caberá ao respectivo Líder fazê-la.

Art. 7º - No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição da Mesa para a 3ª e 4ª Sessões Legislativas da mesma Legislatura.

§ 1º - Havendo quórum, realizar-se-á a eleição simultânea dos membros da Mesa.

§ 2º - A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º - A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, a maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I - chamada nominal para a votação;

II- cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em lista completa para os diversos cargos que compõem a Mesa.

III - colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;

IV - colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - O Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas da urna, conta-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário;

VI - Será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às listas contendo os candidatos aos cargos da Mesa.

VIII - proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

IX - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

X - redação, pelos Secretários e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas

XI - realização de segundo escrutínio, se for o caso, com as duas listas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio.

XII - será considerada eleita a lista que for encabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de Legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio.

XIII - proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º - Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedido da seguinte forma:

I - no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II - no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente,

III - no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV - em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que trata incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco Sessões Ordinárias a contar da data da vacância, observado, no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

## Capítulo IV

### Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares

Art. 10 - As representações partidárias eleitas em cada Legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§ 1º - As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum à qual caberá competência de representá-los.

§ 2º - O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º - As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º - Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º - Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quorum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 6º - O Bloco Parlamentar tem existência circumscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alte-

rações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

## **Capítulo V** **Dos Líderes**

Art. 12 – Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a três Deputados.

§ 1º – Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º – A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada Legislatura, ou após a criação de Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º – Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º – O Partido com bancada inferior a três Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º – Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar à Mesa.

Art. 13 – O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – encaminhar a votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior a dez minutos;

V – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º – Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º – As Bancadas Parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14 – O Governador do Estado, os Deputados pertencentes à oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes,

com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a IV do artigo anterior.

## **TÍTULO II** **DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA** **Capítulo I** **Da Mesa**

Art. 15 – A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de: Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º – Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º – Se, durante a sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º – A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º – Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º – Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a 5 (cinco) Sessões Ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

Art. 16 – A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá também nas Extraordinárias e em todas as prorrogações.

Parágrafo Único – As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a Legislatura, no início das sessões preparatórias da Legislatura seguinte;

II – nos demais anos de Legislatura, com a eleição e posse da Mesa;

Art. 17 – Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18 – À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná.

b) organização dos serviços administrativos;



c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IV - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano Legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V - promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI - conforme o artigo 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no artigo 55, I, II e IV da Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo, da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII - encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal artigo 53, parágrafo 3º.

VIII - emitir parecer e expedir Resolução de Mesa ou elaborar projeto de Resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X - conferir caráter jurídico-normativo a pareceres da Procuradoria da Assembléia, tornando-os cogentes para a administração;

XI - expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências

XII - expedir Resolução de Mesa com vistas a regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII - decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV - aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV - requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVI - fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVII - estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa;

XVIII - administrar e prover a polícia e serviços de segurança da Assembléia;

XIX - encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XX - promulgar emendas à Constituição;

XXI - homologar a constituição de comissões provisórias.

Parágrafo único - A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

## Seção I

### Do Presidente

Art. 19 - O Presidente é o órgão da Assembléia, quando ela houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, na conformidade deste Regimento.

Art. 20 - São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I - presidir às sessões plenárias da Assembléia;

II - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III - fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV - conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI - convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor da proposição em discussão, ou contra a mesma;

VII - interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII - chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX - anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter a discussão e a votação a matéria a isso destinada;

XI - estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII - anunciar o resultado da votação;

XIII - nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV - designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI - não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII - organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII - informar a Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX - suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a Sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver, soberanamente, todas as questões de ordem que ocorrem durante as sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

XXXI - convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os Líderes e Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas.

Art. 21 – O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo Único – Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22 – Sempre que o Presidente não se achar no recinto à hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo - se o contido no artigo 15, parágrafo 5º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo Único – Quando o Presidente tiver de deixar sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

## Seção II

### Dos Secretários

Art. 23 – São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do artigo 20.

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos sem elas.

Art. 24 – São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer-lhes a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a fazer a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

## Capítulo II

### Da Procuradoria Parlamentar

Art. 25 – A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa Judicial e Extrajudicial da Assembléia, de seus órgãos e membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º – A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, o órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 2º – A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria Geral

do Estado ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

**Capítulo III**  
**Das Comissões**  
**Seção I**  
**Disposições Gerais**

Art. 26 – As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORARIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Legislatura, ou, antes dele, quanto ao fim a que se destinam ou expirado seu prazo.

Art. 27 – Na Constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28 – Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de sua competência;

IV – encaminhar, através da Mesa, pedidos de informações a Secretários de Estado;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX – determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação de prazos;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder de regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º – Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas a deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º – As atribuições contidas no inciso V do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

**Seção II**  
**Das Comissões Permanentes e**  
**sua competência**

Art. 29 – A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º – Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outros:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou requerer ao presidente da Assembléia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuados os:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa de Comissão;
- d) em regime de urgência;
- e) de iniciativa popular;
- f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização;

XIII – convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

§ 2º – As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

§ 3º – As modificações numéricas que venham a ocorrer nas Bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares que importem modificações da proporcionalidade partidária na composição das Comissões, só prevalecerão a partir da Sessão Legislativa subsequente.

Art. 30 – As Comissões Permanentes são:

- I – Comissão Executiva;
  - II – Comissão de Constituição e Justiça;
  - III – Comissão de Finanças;
  - IV – Comissão de Orçamento;
  - V – Comissão de Tomada de Contas;
  - VI – Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL;
  - VII – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
  - VIII – Comissão de Educação, Cultura e Esportes;
  - IX – Comissão de Segurança Pública;
  - X – Comissão de Saúde Pública;
  - XI – Comissão de Redação;
  - XII – Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;
  - XIII – Comissão de Terras, Imigração e Colonização;
  - XIV – Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais.
  - XV – Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor;
  - XVI – Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher.
- Parágrafo Único – As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Execu-

tiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que se compõe de treze membros.

Art. 31 – As Comissões Permanentes organizar-seão dividindo-se o número de membros da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente assim obtido. O quociente final representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar, cujos nomes serão indicados pelo respectivo Líder.

§ 1º – Se por esse processo não se preencherem todos os lugares de cada Comissão, caberão os lugares vagos aos Partidos ou Blocos Parlamentares ainda não representados, na ordem decrescente do número de membros de bancada e verificando-se igual número de Deputados, por Partido ou Bloco Parlamentar, a escolha se dará por sorteio.

§ 2º – Para a composição das Comissões adotar-seá o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, parágrafo 9º deste Regimento e para cada Legislatura, observado o contido no artigo 44 deste Regimento.

Art. 32 – Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33 – Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º – À Comissão Executiva compete:

- I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;
- II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de seus serviços e da administração indireta sob sua vinculação e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- III – prover os cargos dos serviços administrativos;
- IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;
- V – julgar concorrência e demais licitações;
- VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;
- VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;
- VIII – propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;
- IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;
- X – encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos dos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º – À Comissão de Constituição e Justiça compete manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado; sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I – criação de municípios;

II – incorporação, fusão e desmembramento de município;

III – perda de mandato de Deputado;

IV – transferência temporária da sede do Governo;

V – organização dos Poderes do Estado;

VI – Ministério Público;

VII – intervenção nos municípios;

VIII – alterações de códigos;

IX – organização e divisão judiciária;

X – declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

b) a Comissão de Constituição e Justiça, não tem competência para determinar o arquivamento dos projetos que apreciar.

§ 3º – À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986.

§ 4º – À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, organizando, na sua falta, o Projeto de Lei Orçamentária tomando como base o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito.

§ 5º – À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador, fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º – À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo, defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades, sobre as proposições relativas ao turismo interno e ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior e manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

§ 7º – À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos, concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e sobre comunicação em geral.

§ 8º – À Comissão de Educação, Cultura e Esportes compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico, ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador.

§ 9º – À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 – À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos e alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 – À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 – À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

§ 13 – À Comissão de Terras, Imigração e Colonização compete manifestar-se sobre as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e programas de colonização.

§ 14 – À Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V - se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, in loco, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VI - aspectos relacionados a municípios e que digam respeito a critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão e desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 15 – À Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e a cidadania, especialmente os instituídos pelo artigo 5º da Constituição Federal, bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas a violação dos direitos do consumidor.

§ 16 - À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher compete manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher: orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina, apoiar medidas que visem ao fortalecimento e a ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual da Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a

mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

### Seção III

#### Das Comissões Temporárias

Art. 34 – As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – Externas.

§ 1º – As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º – Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º – Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º – A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 5º - Nenhum Deputado poderá ocupar simultaneamente, os cargos de Presidente e Relator em duas ou mais Comissões Temporárias.

Art. 35 – As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36 – A Assembléia, a requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, individualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º – Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º - Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor, para que se possível, o retifique, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º – A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única

vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º – Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º – A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º – Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37 – A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicância ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V – estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas de lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo Único – As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38 – Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará relatório circunstanciado, com as conclusões, que será publicado no Diário da Assembléia e encaminhado:

I – à Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário, oferecendo, conforme o caso, projeto de resolução que será incluído na Ordem do Dia dentro de cinco Sessões;

II – ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III – ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

VI – ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

Parágrafo Único – A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

Art. 39 – As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocar para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da Comissão por maioria absoluta de seus membros à vista de solicitação fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40 – As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo Único – Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidada ou a que haja de assistir.

#### **Seção IV**

##### **Da Presidência das Comissões**

Art. 41 – Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§ 1º – Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

§ 2º - O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

§ 3º - Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma do parágrafo 1º deste artigo.

Art. 42 – Ao Presidente compete:

a. convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

b. presidir a todas as reuniões e dirigir-lhes os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das Atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário, e, resolvendo, de acordo com o Regimento, todas as questões de ordem;

c. solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

d. usar o órgão de comunicação da Comissão, com a Mesa;

e. usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo Único – Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

## Seção V

### Dos Pareceres

Art. 43 – Parecer é o pronunciamento de Comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º – As Comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º – Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º – Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

## Seção VI

### Das Vagas e Impedimentos

Art. 44 – As vagas nas Comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar;

V – com a licença de prazo exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º – A renúncia de qualquer membro de Comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º – Os membros da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro que é eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º – O membro da Comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º – O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas Comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º – Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos no artigo 44, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o artigo 9º.

§ 6º – Será considerada vaga a cadeira de membro da comissão quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar no prazo de dez dias, novo representante.

Art. 45 – O membro da Comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º – O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º – Cessará a permanência do substituto na Comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

§ 3º – Nenhum Deputado poderá presidir reunião de comissão, quando se debater ou votar matéria da qual seja Autor ou Relator.

§ 4º – Não poderá o Autor de proposição ser dela o Relator, ainda que substituto.

## Seção VII

### Das Reuniões

Art. 46 – As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º – Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.



§ 2º – O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das Comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47 – As reuniões extraordinárias das Comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48 - As reuniões ordinárias ou extraordinárias das Comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49 – As reuniões das Comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo a elas assistir qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar-lhes sugestões e esclarecimentos.

§ 1º – Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º – Só os Deputados ou autoridades convidadas ou convocadas, conforme deliberado, poderão assistir às reuniões secretas.

### **Seção VIII**

#### **Dos Trabalhos**

Art. 50 – Os trabalhos das Comissões obedecerão à seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da Ata da sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos relatores, observada alternância entre seus membros;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º – Essa ordem poderá ser alterada pela Comissão para tratar de matéria urgente, ou, a requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º – Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da Comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º – As Comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º – A Comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51 – O membro da Comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º – O Presidente da Comissão poderá, a requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo que lhe é assinado neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator haja apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deve ser entregue imediatamente.

§ 2º – Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º – Logo após o Parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da Comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar Emenda ao Projeto .

§ 4º - Recebida a Emenda o Relator emitirá seu Parecer.

§ 5º - A seguir as Emendas e os Pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste Artigo.

§ 6º - A qualquer dos membros da Comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado por escrito, se assim o desejar.

§ 7º - Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, esta será concedida pelo mesmo e simultâneo prazo concedido ao primeiro solicitante.

§ 8º - Ao Projeto de Lei em Regime de Urgência será concedida vista pelo prazo improrrogável de um dia.

§ 9º - Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados em todos os seus termos será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 10 – Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir Parecer a ser submetido na sessão subsequente.

§ 11 – Em havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do Relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma sessão, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo relator prevista no inciso anterior.

§ 12 – Esgotado o prazo destinado ao Relator, o Presidente da Comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas sessões, se em Regime de Urgência, e de cinco sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 13 – Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 14 – Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da Comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 15 – Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da Comissão.

§ 16 – Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 17 – Terá caráter conclusivo a votação de projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

§ 18 – O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário mediante recurso do Autor na forma deste Regimento.

§ 19 – À Comissão é lícito dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um relator geral, de modo a ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 20 – Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, poderão as Comissões, dividi-las para constituírem projetos separados.

§ 21 – Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos à deliberação das Comissões, no que couber, as disposições relativas para as matérias sujeitas à votação do Plenário.

§ 22 – Quando ocorrer o pedido de vista por Membro da comissão, o Senhor Presidente colocará em votação a matéria. Sendo aprovado o pedido de vista pelo Plenário da Comissão, ele será concedido pelo prazo de três dias improrrogáveis, se a vista for solicitada por mais de um Membro da comissão, será dada pelo mesmo prazo ao Projeto de Lei, em Regime de Urgência, não será concedido o pedido de vista.

Art. 52 – Todos os papéis destinados às Comissões serão encaminhados aos seus respectivos Presidentes pelo 1º Secretário da Assembléia, dentro do prazo de quarenta e oito horas do recebimento dos mesmos, e, por intermédio do referido 1º Secretário, deverão as Comissões enviar à Mesa os seus papéis.

Art. 53 – Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma Comissão sobre determinado assunto.

Art. 54 – Das reuniões das Comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55 – As Comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

## Seção IX

### Do Assessoramento Legislativo

Art. 56 – As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da consultoria técnica às Comissões e especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como a Procuradoria Parlamentar.

## Capítulo IV

### Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57 – A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58 – A remuneração será devida:

I – a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente à instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59 – O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de Sessões Ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único – A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60 – A remuneração do Deputado pelo comparecimento às Sessões Extraordinárias será paga na forma estabelecida para as Sessões Ordinárias.

Art. 61 – O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo Único – As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62 – Considera-se ajuda de custo a compensação financeira de outras imprescindíveis ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à Sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63 – Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64 – Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de

Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65 – O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O Deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo, inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66 – Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo único – O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67 – O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no artigo 58.

§ 1º – A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º – O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

## **Capítulo V**

### **Da Extinção e da Perda do Mandato**

Art. 68 – As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Art. 69 – A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70 – Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71 – O comparecimento efetivo do Deputado à Sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72 – A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em Sessão, pelo Presidente.

Parágrafo Único – Na Sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73 – Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no artigo 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º – Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º – Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na forma da regulamentação própria.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer a ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75 – O Mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato a inobservância desta norma.

## **Capítulo VI**

### **Da Convocação do Suplente**

Art. 76 – A Mesa convocará imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único – O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

### **TÍTULO III** **DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I** **Das Sessões da Assembléia**

Art. 77 – As Sessões da Assembléia Legislativa serão Preparatórias, Ordinárias e Extraordinárias.

§ 1º – Preparatórias são as que precedem a instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada Sessão Legislativa.

§ 2º – Ordinárias são as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º – Extraordinárias são as Sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as Sessões Ordinárias.

§ 4º – A Assembléia poderá realizar Sessões Solenes ou Especiais, que serão consideradas Extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78 – As Sessões Ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único – O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

Art. 79 – Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, afora as previstas por este Regimento, desde que assim decida a maioria, a requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º – O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas Sessões Extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º – A sua hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80 – Tanto as Sessões Ordinárias como as extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81 – O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado a requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º – O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidir-se-á por maioria de votos, presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo dessa prorrogação.

§ 2º – Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder de quinze minutos.

§ 3º – Quando a prorrogação se destina à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º – O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º – Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter a votos o requerimento.

Art. 82 – A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão a grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83 – Para manutenção da ordem, respeito e solenidade da sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84 – A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º – Poderão ser convocadas Sessões Extraordinárias entre duas Ordinárias, tantas quanto forem necessárias, desde que demonstrada a urgência e relevância da matéria.

§ 2º – O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de Urgência.

§ 3º – A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85 – Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em Sessão.

Parágrafo único – Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86 – A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único – O tempo destinado a Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87 – A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

### **Seção I**

#### **Das Sessões Públicas**

Art. 88 – À hora do início da Sessão, o Presidente, dizendo: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”, declarará aberta a Sessão, sendo lida e posta em discussão a Ata da Sessão anterior, a qual não havendo restrições, será dada por aprovada.

§ 1º – A discussão da Ata não deverá exceder a hora do Expediente, que é a primeira da Sessão.

§ 2º – No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na Ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso para o Plenário.

Art. 89 – Na discussão da Ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Parágrafo Único - O Deputado que pretender retificar a Ata enviará à Mesa declaração escrita. Essa declaração será inserta em Ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 90 - A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder ao prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parla-

mentares e oradores inscritos ou, na falta destes, a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º – Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º – A hora final, dividida eqüitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquela que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º – Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra.

§ 4º – Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º – Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91 – Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º – Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à ordem estabelecida no parágrafo 1º do artigo 101.

§ 2º – Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º – As votações não serão interrompidas, salvo se verificar a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º – Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado se nenhum Deputado se houver inscrito ou solicitado a palavra, passando-se à sua imediata votação, se houver número.

§ 5º – Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º – Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na Sessão e os adiados na Sessão anterior, ficando destinado à explicações pessoais o tempo restante da Sessão.

§ 7º – A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92 – Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a Sessão, proferindo a fórmula “LEVANTA-SE A SESSÃO”.

Art. 93 – As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º – Não será permitida outra inscrição de Deputados antes de o orador inscrito haver usado da palavra.

§ 2º – Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia, sem prejuízo da colocação em pauta, de qualquer proposição, poderá solicitá-lo por escrito ao Presidente.

Art. 94 – Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único – É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental, ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

## Seção II

### Das Sessões Secretas

Art. 95 – A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim o resolver a maioria dos seus Membros, a requerimento escrito de qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Esse requerimento, em que deve ser indicado o objeto da Sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96 – Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º – Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deve ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a Sessão continuará secreta ou se tornará pública.

§ 2º – Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da Ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º – As Atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a Sessão, assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com data da Sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

## Seção III

### Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97 – O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas Comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da Comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º – A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou Comissão, por deliberação

da maioria da respectiva composição plenária, a requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º – A convocação do Secretário de Estado será comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98 – A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º – O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados; perante Comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º – Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma Comissão.

§ 3º – O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º – Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.

Art. 99 – Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º – O Secretário de Estado, ao início do Grande Expediente, ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da Comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º – Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º – Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º – Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º – É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100 – Na eventualidade de não ser atendida convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do

procedimento legal cabível, inclusive no tocante à apuração da prática de crime de responsabilidade.

#### **Seção IV** Da Ordem do Dia

Art. 101 – A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da Sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a Sessão respectiva.

§ 1º – Na Ordem do Dia serão colocados em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

- I – redações finais;
- II – 2ª discussão;
- III – 1ª discussão;
- IV – discussões únicas;

§ 2º – Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º – Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I – redações finais;
- II – projetos de lei;
- III – projetos de resolução;
- IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º – Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102 – A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

- I – em caso de preferência;
- II – em caso de adiamento;
- III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103 – O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

- I – a discussão a que está sujeito;
- II – de quem a iniciativa;
- III – a respectiva ementa;
- IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;
- V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;
- VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

#### **Capítulo II** Das Questões de Ordem

Art. 104 – Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º – Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º – Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular uma ou, simultaneamente, mais de uma questão de ordem.

§ 3º – No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º – Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado solicitar “pela ordem” para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa do Regimento Interno, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, o farão.

§ 5º – Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105 – O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106 – Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em Avulso do Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

#### **Capítulo III** **Seção I** Da Comissão Geral

Art. 107 – A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

- I – debate de matéria relevante;
- II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;
- III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;
- IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º – A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º – O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

#### **Capítulo IV** Da Ordem Interna

Art. 108 – O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente,

sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º – Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º – É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º – É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109 – Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º – Haverá lugares especiais para senhoras, Secretários de Estado, autoridades federais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º – Os representantes da imprensa, televisão e do rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º – No recinto do Plenário da Assembléia, durante as Sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa, televisão e do rádio, devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º – Os espectadores que perturbarem a Sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110 – Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a Sessão.

Art. 111 – Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, o exporá a Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112 – Se no edifício da Assembléia se perpetrar algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do culpado e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º – Esse inquérito, que deverá Ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º – Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, administrativo e regulamentos policiais do Estado.

## **Capítulo V**

### **Das Atas**

Art. 113 – De cada Sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia,

outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em Sessão.

§ 1º – Depois de lida, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º – Esta Ata será lavrada, ainda que não haja Sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114 – O Diário da Assembléia publicará cada dia a Ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115 – Os documentos lidos em Sessão serão mencionados na Ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º – Os discursos proferidos durante a Sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na Ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º – As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na Ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º – As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na Ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º – Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado, ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º – Em qualquer das atas, não será inserto nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º – Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na Ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infringam disposições deste Regimento.

§ 7º – Os pedidos de retificação da Ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 116 – A Ata da última Sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes se levantar a Sessão, podendo ser aprovada qualquer número.

## **TÍTULO IV**

### **DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA**

#### **Capítulo I**

##### **Das Proposições em Geral**

Art. 117 – Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em Avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às Comissões.



§ 1º – As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º – Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º – Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º – A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º – As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso em seguida à justificação.

§ 6º – Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º – Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela Comissão competente.

§ 8º – Quando apresentada à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo em duas vias no ato, contendo a data e o horário da protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

Art. 118 – As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário, à hora do Expediente, se não o tiverem sido pelo autor e, ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a votos, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º – Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à Comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º – Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º – Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador de Estado e as que vierem assinadas por cinco Deputados pelo menos.

Art. 119 – Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120 – A Assembléia poderá decidir, a requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada ao processo relativo a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

## Seção I Dos Projetos

Art. 121 – A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º – Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º – Os projetos de resoluções destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre o que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:

I – perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, excedendo cinco em funcionamento;

IV – conclusão de Comissão de Inquérito;

V – declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver conexão contra os Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X – delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, o que se proverá no regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitória para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º – Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência a preceitos constitucionais e legais.

Art. 122 – A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1º Vice-Presidente.

Art. 123 – Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de emenda enunciativa de seu projeto.

§ 1º – O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º – Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º – Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º – Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º – Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124 – A iniciativa dos projetos cabe a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, a qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único – Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissões.

Art. 125 – O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126 – As matérias de projetos de lei rejeitados ou não sancionados assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

## Seção II Das Indicações

Art. 127 – Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, sugerindo a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão ou pedido de providência a qualquer entidade pública ou privada.

§ 1º – A indicação será redigida por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinada pelo autor.

§ 2º – A indicação será incluída na pauta da Sessão imediata à da sua apresentação e deferida pelo Presidente, se não houver pedido de destaque para sua discussão e votação.

§ 3º – Havendo pedido de destaque, a indicação será submetida à discussão e votação únicas.

## Seção III Dos Requerimentos

Art. 128 – Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo Único – Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129 – Estão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I – a palavra, ou a desistência dela;

II – a posse de Deputados;

III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;

IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;

V – a retificação de ata;

VI – a inserção de declaração de voto em ata;

VII – a observância de algum dispositivo regimental;

VIII – a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;

IX – verificação de votação;

X – o preenchimento de vagas nas Comissões;

XI – informações sobre a ordem dos trabalhos;

XII – chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130 – Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131 – Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º – Serão escritos e independem de apoio e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I – publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II – nomeação de Comissões externas;

III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV – levantamento da Sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V - manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI – permissão para falar sentado.

§ 2º – Serão escritos e independem de apoioimento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II – dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III – dispensa de impressão de qualquer proposição;

IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V - destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI – remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII – adiamento da discussão ou votação;

IX – encerramento de discussão;

X - votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º – Serão escritos e sujeitos a apoioimento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I – convocação de Secretário de Estado;

II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III – criação de Comissões Especiais;

IV – Sessões Extraordinárias;

V – Sessões Secretas;

VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevivendo no decurso das discussões ou votações.

Art. 132 – A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois de por este retirado.

Art. 133 – Independência de apoioimento o requerimento subscrito por cinco ou mais Deputados.

Art. 134 – Os requerimentos de informações somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º – Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º – Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no Parágrafo único do artigo 55 da Constituição do Estado.

§ 3º – Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º – O Presidente deixará de encaminhar requerimento de informação que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta vazada em termos ofensivos da dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135 – Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar a audiência da Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

#### **Seção IV** **Das Emendas**

Art. 136 – Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º – Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º – Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta a outra.

§ 4º – Emenda modificativa é a proposição que não altera substancialmente a principal.

§ 5º – Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º – A Mesa fará publicar, na Ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusado com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º – As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º – A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º – A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138 – A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139 – As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo Único – Independem de apoioimento as emendas das Comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140 – Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141 – As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – quando estiverem em pauta;

II – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

III – Nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento.

§ 1º – Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º – Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, se tornar difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, a requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º – O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

## **Capítulo II**

### **Das Discussões**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 142 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha

sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144 – A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade, legalidade e será feita em tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145 – A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão conjuntamente com os artigos a que se referirem.

§ 1º – Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, a requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146 – As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º – Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º – Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147 – Adotado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação e, posto na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando para a Ordem do Dia, a fim de ser discutida imediatamente a redação final.

Art. 148 – Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º – Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º – Respeitada a alternatividade, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

§ 3º – Na hipótese de todos os Deputados inscritos para discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da procedência estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 149 – O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150 – Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151 – Se um Deputado pretender falar sem que lhe haja sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152 – Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no artigo 148 deste Regimento.

Parágrafo Único – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 153 – Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 154 – Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155 – O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156 – É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria haja sido discutida em uma sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado seis oradores, pelo menos, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157 – O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou à Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único – Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

## **Seção II**

### **Do Adiamento da Discussão**

Art. 158 – Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por um única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º – Ao projeto em regime de urgência não será admitido conceder adiamento.

§ 2º – Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

## **Capítulo III**

### **Da Votação**

#### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 159 – A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º – Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º – O Deputado que adentrar ao Plenário terá sua presença anotada pelo Primeiro Secretário na Ata de Presença e o número de Deputados constante da Ata será o válido para todas as atividades regimentais.

§ 3º – Se o Deputado constante da Ata referida no parágrafo anterior não votar, o seu voto será considerado em branco.

§ 4º – Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das sessões.

§ 5º – Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quorum, seu voto será considerado em branco.

§ 6º – Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas a discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 7º – Só se interromperá a votação de um proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 160 – É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161 – Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162 – Os Projetos Complementares à Constituição do Estado somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

## **Seção II**

### **Dos Processos de Votação**

Art. 163 – São três os processos de votação:

- I – simbólico;
- II – nominal;
- III – por escrutínio secreto.

Art. 164 – Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo Único – A votação será de modo inversa se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das Comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165 – Nas votações simbólicas, após proclamado pelo Presidente o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º – Requerida a verificação, o Presidente convidará a levantarem-se os Deputados que votaram a favor, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta, e depois de sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º – É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º – Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art. 166 – A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo Único – Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167 – Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a mesa.

Art. 168 – Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim o exigirem este Regimento e a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honraria e benemérita.

### Seção III

#### Do Método de Votação e do Destaque

Art. 169 – Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170 – As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável, entre as quais se consideram as de Comissões, ou contrário.

§ 1º – Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das Comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º – O Plenário poderá conceder, a requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º – Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º – O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§ 6º – O requerimento relacionado a qualquer proposição precedê-la-á na votação, observadas as exigências regimentais.

§ 6º – Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

### Seção IV

#### Do Encaminhamento da Votação

Art. 171 – No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Parágrafo Único – Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição forem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo 2º do artigo 148 deste Regimento.

Art. 172 – O encaminhamento da votação tem lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173 – Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

### Seção V

#### Do Interstício

Art. 174 – Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º – Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto medirão vinte e quatro horas.

§ 2º – A Assembléia poderá diminuir esse interstício, a requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém,

de modo que se faça na mesma Sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º – Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º – Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe devam ser incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às Comissões para esse fim.

Art. 175 – Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às Comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

#### **Capítulo IV** Da Preferência

Art. 176 – Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177 – Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V - leis orçamentárias.

Art. 178 – Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das Comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo Único – Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179 – A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º – Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º – O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º – Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se anunciar esta.

§ 4º – Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º – Independência desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180 – Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º – Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º – Recusado, porém, a Assembléia admitir modificações na Ordem do Dia, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

#### **Capítulo V** Da Urgência

Art. 181 – Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182 – Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

- a) será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;
- b) expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183 – Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensada a proposição, desde que lhe seja dado o regime de urgência, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, indo a mesma diretamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 184 – Não se tratando de proposição que implique abertura de crédito ou despesas para o erário, poderá a mesma, a requerimento de qualquer Deputado e por aprovação da Assembléia, ser incluída na Ordem do Dia, sem observância das formalidades previstas nos artigos anteriores.

Art. 185 – Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

## DA REDAÇÃO FINAL

Art. 186 – Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final para elaborar o texto.

§ 1º – Excetuam-se do disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º – A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º – A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a Comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º – A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 187 – Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º – A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º – Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação Final para apresentar nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º – Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do Autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá à respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 188 – Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

## Capítulo VII

### Do Autógrafo

Art. 189 – Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 190 – Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa da Assembléia serão enviados à Sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificativas.

Parágrafo Único – Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários o farão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

## TÍTULO V

### DAS MATÉRIAS SUJEITAS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

#### Capítulo I

##### Da Proposta de Emenda à Constituição

Art. 191 – Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 192 – A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 193 – Recebido e Publicado o parecer da Comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 194 – A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 195 – Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 196 – Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o estatuído nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 197 – Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 198 – Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

#### Capítulo II

##### Dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência

Art. 199 – A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual tenha solicitado urgência, nos termos do artigo 66, parágrafo 1º da Constituição do Estado.

§ 1º - Findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 2º – A solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo.



§ 3º – Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

### Capítulo III

#### Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis

Art. 200 – Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º – A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º – Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquelas que julgar convenientes.

§ 3º – Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º – Após o prazo do parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º – Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º – A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º – Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º – A requerimento da Comissão Especial, sujeito a deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º – Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 – Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção no prazo improrrogável de cinco Sessões.

Art. 201 – Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo Único – A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

### Capítulo IV

#### Do Projeto Orçamentário

Art. 202 – Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em

qualquer momento da Sessão, e, em seguida, a sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 203 – Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 204 – Escoado o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 205 – O Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo Único – Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer emendas decorrentes do exame feito do projeto e emendas.

Art. 206 – A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 207 – Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vistas a nenhum Deputado Membro da Comissão.

Parágrafo Único – Durante a discussão do parecer poderá usar da palavra qualquer Membro da Comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar por prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 208 – A decisão da Comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

Art. 209 – O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo Único – Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia Legislativa avançará com o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e o relator prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamiento da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada

de Contas, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 210 – Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, serão o projeto e emendas cuja votação for requerida na forma do artigo 209 incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 211 – Aprovado o projeto definitivamente, retornará o mesmo a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, para elaboração da redação final.

Art. 212 – Aprovada a redação final, será o projeto de Lei Orçamentária enviado à Sanção governamental.

Art. 213 – Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou escoado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

### **Capítulo V**

#### **Dos Projetos Vetados**

Art. 214 – Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º – Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º – O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º – Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º – Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º – Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

### **Capítulo VI**

Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado

Art. 215 – Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegu-

rada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo Único – A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 216 – Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 217 – A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 218 – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 219 – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 220 – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 221 – Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 222 – A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

### **Capítulo VII**

Das Modificações do Regimento Interno

Art. 223 – O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º – O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de Sessão, pelo menos.

§ 2º – Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, se pronunciará.

§ 3º – Fica a Comissão Executiva autorizada, a determinar ao término de cada Legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

### **Capítulo VIII**

Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador do Estado ausentarem-se do País ou do Estado

Art. 224 – Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se

do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º – Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º – A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º – Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º – Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º – No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º – Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º – O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

### **Capítulo IX**

#### **Das Leis Delegadas**

Art. 225 – A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o artigo 72 da Constituição do Estado.

Art. 226 – Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

III- direitos individuais.

Art. 227 – A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 228 – Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 229 – A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 230 – O projeto de lei aprovado pela Comissão será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º – Se for determinada a votação pelo Plenário, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º – Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da Comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada Sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 231 – O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 232 – O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado em globo, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela Comissão, em desacordo com o ato da delegação.

### **Capítulo X**

Da Autorização para Instauração de Processo Criminal contra o Governador e o Vice-governador do Estado e os Secretários de Estado

Art. 233 – A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º – Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão Constituição e Justiça e Redação, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da Comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da Sessão seguinte à de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º – Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º – A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de duas (02) Sessões.

### **Capítulo XI**

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 234 – O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá às disposições da legislação em vigor.

## **Capítulo XII**

### **Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios**

Art. 236 – A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitória às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 237 – O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º – O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º – A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º – Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 238 – As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça e Redação.

§ 1º – Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º – Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º – Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º – Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça e Redação, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º – Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º – Se for apresentada emenda durante o prazo da pauta, o projeto de lei voltará à Comissão para, em cinco dias, emitir parecer sobre ela.

§ 7º – Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

## **TÍTULO VI**

### **DO DECORO PARLAMENTAR**

#### **Capítulo I**

##### **Dos Deveres Fundamentais do Deputado**

Art. 239 - No exercício do mandato, o Deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 240 - São deveres fundamentais do Deputado:

I - promover a defesa dos interesses populares e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo.

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular.

IV - apresentar-se durante as Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias e participar das Sessões de Plenário e das reuniões de comissão de que seja membro.

#### **Capítulo II**

##### **Das Vedações Constitucionais**

Art. 241 - É expressamente vedado ao Deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada .

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo .

### Capítulo III

#### Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 242 - É, ainda, vedado ao Deputado:

I - praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

§ 1º - É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 243 - Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembléia Legislativa ;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

### Capítulo IV

#### Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 244 - O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada Legislatura: Declaração de Bens e Fontes de Renda e Passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou companheira ou de pessoas jurídicas por eles direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior a sua remuneração mensal como Deputado.

### Capítulo V

#### Das Medidas Disciplinares

Art. 245 - As medidas disciplinares são:

a) advertência;

b) censura;

c) perda temporária do exercício do mandato;

d) perda do mandato.

Art. 246 - A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão.

Art. 247- A censura será verbal ou escrita.

§ 1º - A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do regimento interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º - A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembléia Legislativa, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 248 - Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno ou deste código, especialmente quanto à observância do disposto no artigo 244;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou comissão haja resolvido devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 249 - Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 241 desta Resolução e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 242 e 243 deste regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

## **Capítulo VI**

### **Do Processo Disciplinar**

Art. 250 - A sanção de que trata o artigo 248 será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 252 e 253 executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único - Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 248, a sanção será aplicada, de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 251 - A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 252 e 293 deste regimento e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 252 - Oferecida representação contra Deputado por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 255, quando o processo tem origem no Conselho.

Art. 253 - Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades.

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias para apresentar defesa escrita e provas.

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo:

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 257 concluindo pelo procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração da perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato.

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e Redação para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) Sessões Ordinárias.

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 254 - É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este assegurado atuar em todas as fases do processo dele tendo vistas sempre que solicitar.

Art. 255 - Perante o Conselho de Ética e decoro Parlamentar, poderão ser diretamente oferecidas, por qualquer parlamentar, cidadão ou pessoa jurídica, denúncias relativas ao descumprimento, por Deputado, de preceitos contidos no Regimento Interno e neste Código.

§ 1º - Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º - Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvido o denunciado e providenciar as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Considerada procedente denúncia por fato sujeito a medidas previstas nos artigos 246 e 247, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 248 e 249, procederá na forma do artigo 253.

§ 4º - Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 256 - Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da

arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 257 - As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Código poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 258 - O processo disciplinar regulamentado neste código não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 259 - Quando, em razão das matérias reguladas neste Código, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

## **Capítulo VII**

### **Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Art. 260 - Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 261 - O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos, observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º - Os Líderes Partidários submeterão à Mesa os nomes dos Deputados que pretenderem indicar para integrar o Conselho, na medida das vagas que couberem ao respectivo partido ou Bloco Parlamentar.

§ 2º - As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos dos incisos I, II e III do artigo 244.

§ 3º - Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 246 e 249, independentemente da Legislatura ou sessão legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º - Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada Legislatura, a eleição dos membros do Conselho.

Art. 262 - Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e a ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das Comissões, inclusive no que diz respeito a eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º - Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a descrição e o sigilo inerentes à natureza de sua função.

§ 2º - Será automaticamente desligado do Conselho o membro que não comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões, consecutivas ou não, bem assim o que faltar, ainda que justificadamente, a mais de 6 (seis) reuniões, durante a sessão legislativa.

Art. 263 - O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

## **Capítulo VIII**

### **Corregedoria Parlamentar**

Art. 263 - Fica criada a Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos, os quais serão eleitos na forma pela qual o são os demais membros da Comissão Executiva.

Art. 264 - Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento as determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 265 - O Corregedor poderá, observado os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar provimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 266 - Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 267 - Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá

ao Corregedor, do Corregedor Substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º - Serão observados no inquérito, o Código de Processo penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º - O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º - Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º - O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º - em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no artigo 57, parágrafo 3º, da Constituição Estadual.

## **TÍTULO VII**

### **DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

#### **Capítulo Único**

##### **Da Iniciativa de Leis**

Art. 268 – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III – o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV – será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V - o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI – o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII – nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro

signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII – cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça, em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX – não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça escolmá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X - a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

## **TÍTULO VIII**

### **Capítulo Único**

#### **Da Secretaria da Assembléia**

Art. 269 – Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º – O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º – Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 270 – É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

## **TÍTULO X**

### **Capítulo Único**

#### **Das Disposições Finais**

Art. 271 – Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º – Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º – Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 272 – Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.



Art. 273 – É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 274 – Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislativas anteriores.

Parágrafo Único – O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 275 – Durante as Sessões serão mantidos sobre a Mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação.

Na Ordem do Dia de hoje nós só vamos discutir a constitucionalidade do Projeto de Resolução nº 1504, que dispõem sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que recebeu 137 emendas de autoria dos Srs. Deputados, sendo que 74 foram aceitas e fazem parte do Substitutivo Geral que ora apresentamos. As emendas que receberam parecer favorável total ou parcial foram as de número 1 a 13, 15, 16, 22, 27, 28, 31 a 33, 36, 39, 43, 44, 49, 50, 52 a 56, 59 a 68, 74, 93, 95, 100, 101, 103 a 124, 126, 130, 132, 133 e 135.

Foram também feitas correções de digitação, redação e outras com o objetivo de harmonizar o texto geral do projeto evitando disposições conflitantes e visando acima de tudo o aperfeiçoamento dos trabalhos desta Casa. Quero também antes de votarmos a constitucionalidade, colocar aos Srs. Parlamentares que esse Projeto voltará em 2ª Discussão na segunda-feira, oportunidade que daremos ainda aos Srs. Parlamentares para apresentarem emendas ao Projeto Substitutivo Geral.

Está em votação a constitucionalidade do Projeto de Resolução 015/2004. **Aprovado.**

#### Requerimentos:

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 001, 007 e 008, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 002 e 003, de autoria do Deputado José Maria Ferreira com apoio dos Deputados Delegado Bradock, Francisco Bühner, Nelson Justus e demais Deputados, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 005, de autoria da Deputada Cida Borghetti com apoio dos Deputados Delegado Bradock, Duílio Genari, Natálio Stica e Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 004, 031, 033, 034 e 036 a 039, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 006 e 009, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 010, de autoria do Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 011 e 046 a 048, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 015 e 025, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 016, 030 e 032, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 017, 018, 028 e 035, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 019 e 023, de autoria do Deputado Waldir Leite, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 020 e 021, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 022, de autoria da Deputada Cida Borghetti e dos Deputados Duílio Genari e Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 024 e 026, de autoria do Deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 027, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 029, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 051, de autoria das Deputadas Elza Correia, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin e Arlete Caramês, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### Ordem do Dia próxima Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Levanta-se a Sessão.

## Publicações

### Comissão Executiva:

#### Indicação Legislativa

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 135  
Autoria do Deputado Carlos Simões

#### SÚMULA:

Sugere ao Poder Executivo, a utilização de todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*, conforme especifica.

1 - O Governo do Estado do Paraná deverá, com urgência, utilizar todos os recursos ecológicos para controlar e eliminar uma praga ambiental que está ocorrendo no litoral paranaense: a proliferação do caramujo africano *Achatina Fulica*.

2 - A utilização de moluscicidas não é recomendada, devido à sua alta toxicidade. A melhor forma de controle e erradicação dos caramujos africanos (*Achatina Fulica*) é as catações manuais, seguida de destruição por incineração ou água fervendo. Estes cuidados são necessários porque os caramujos podem sobreviver se simplesmente descartados no lixo ou jogados em rios. É aconselhável usar luvas ou proteger as mãos com sacos plásticos ao manipulá-los.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.11.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

#### JUSTIFICATIVA:

Há anos o litoral paranaense está sofrendo com um possível desastre ecológico. Existe um caramujo africano que está pesteando nosso litoral. Uma pesquisa realizada pelo Departamento de Malacologia do Instituto Oswaldo Cruz diz que o *Achatina Fulica*, como é chamado cientificamente o caramujo africano, foi introduzido no País em substituição ao escargot na década de 1980.

O fracasso das tentativas de comercialização levou os criadores, por irresponsabilidade ou desinformação, a soltar os caramujos no ambiente silvestre. Como se reproduzem rapidamente e não possui predadores naturais no Brasil está competindo com a fauna nativa e pode causar desequilíbrio ecológico. O molusco pode transmitir a "angiostrongilíase" que se manifesta com meningite asiática ou com lesão abdominal.

A ocorrência em quantidades alarmantes do molusco gigante africano *Achatina Fulica* no litoral paranaense está chegando agora na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, que abrange as Ilhas de Superagüi,

Peças e Ilha Rosa, está preocupando a população e pesquisadores.

A resistência do molusco africano e o fato de se reproduzir em larga escala, botando mais de 200 ovos por vez, permitiu que a espécie tivesse sucesso na região. Outra preocupação dos pesquisadores, estudantes de biologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é que o caramujo invasor, muito mais resistente que o molusco gigante brasileiro *Megalobulimus*, conhecido como aruá-do-mato, possa estar sendo eliminado pela competição de espaço e alimento.

Esses caramujos africanos podem transmitir a doença chamada de angiostrongilíase, causada por verme nematódeo, que tem como hospedeiro definitivo o rato e intermediário o molusco. Alimentando-se de fezes de rato, o molusco incorpora o parasita, que é passado para o rato novamente, quando ele se alimenta do molusco contaminado. Sem querer, as pessoas entram no ciclo no lugar do rato, quando come ou tem contato com o muco do molusco contaminado. Existe duas formas da doença, uma que causa a meningite comum na Ásia - não há casos ainda conhecidos no Brasil -, e outra causa lesão abdominal, com registros no Brasil.

Além da questão ambiental e da saúde humana e animal, esses caramujos são também considerados pragas agrícolas, pois se alimentam vorazmente de vários tipos de plantas ornamentais e de culturas de subsistência.

Quanto à criação do caramujo africano visando à comercialização, em vários países este tipo de malacocultura é terminalmente proibido. No Brasil, a Sociedade Brasileira de Malacologia (SBMa) solicitou providências para o controle dos animais ao Ministério da Agricultura e Abastecimento e teve como resultado o Parecer 003/2003 publicado pelo IBAMA e pelo Ministério da Agricultura em 2003, que considera ilegal a criação de caramujos africanos no País, determina a erradicação da espécie e prevê a notificação dos produtores sobre a ilegalidade da atividade. Este parecer vem reforçar a Portaria 102/98 do IBAMA, de 1998, que regulamenta os criadouros de fauna exótica para fins comerciais com estabelecimento de modelos de criação e exigência de registro dos criadouros junto ao IBAMA.

A intenção desta indicação é fazer com que o Estado do Paraná venha fazer um esforço para acabar com o molusco, que veio de uma forma criminoso para nosso litoral, e fazer com que o molusco brasileiro possa se reproduzir com mais eficiência não causando nenhum impacto ambiental.

#### Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 346/2004

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob nº 7824, datado de 24 de novembro de 2004, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Conceder a MANOELA SARMENTO SILVA PECOITS, viúva do ex-Deputado Estadual Walter Alberto Pecoits, falecido em 25 de junho de 2004, pensão mensal estabelecida pela Lei número 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data de publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 07.12.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

**ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 69/2005**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Plano de Demissão Voluntária - PDV.

Art. 2º - O Plano de Demissão Voluntária - PDV vigirá no período compreendido entre os dias 15 de fevereiro e 31 de agosto de 2005.

Art. 3º - O servidor poderá aderir ao PDV, mediante requerimento próprio que estará disponível na Coordenadoria de Recursos Humanos da Diretoria de Pessoal, dirigido ao Senhor Diretor Geral e que deverá ser protocolado entre os dias 15 de fevereiro e 31 de agosto de 2005.

Art. 4º - O PDV abrangerá os servidores estáveis do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ou sejam, funcionários estatutários (Lei nº 6.174/70) e sob Regime Jurídico Único (Lei nº 6.219/92).

Artr. 5º - A indenização fica estabelecida em duas (02) remunerações por ano de efetivo exercício neste Poder, isenta da contribuição social previdenciária e de Imposto de Renda.

Parágrafo Único - o conceito de remuneração, para cálculo do PDV, levará em conta o vencimento básico, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em Lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer vantagens, inclusive pessoais e as relativas à natureza ou local de trabalho, excluídos o adicional pela prestação de serviço extraordinário, o adicional de insalubridade, o adicional de periculosidade, o adicional de férias, a gratificação natalina, o salário-família e as indenizações.

Art. 6º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 02.02.2005.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente  
NEREU MOURA - 1º Secretário  
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

***Diretoria Geral***

***Despacho do Sr. Diretor Geral***

DESPACHO DO SR. DIRETOR GERAL

INTERESSADO: Osório Valter Pietrangelo

ASSUNTO: Contagem de tempo de serviço (solicita)

REG. GERAL: 5147/2004

DATA:12.07.2004

DESPACHO:

- 1) Indefiro.
- 2) Ao DSE para publicação.
- 3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 31.01.2005

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

***Portarias:***

PORTARIA Nº 01/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8621 datado de 22 de dezembro de 2004, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição do Tribunal de Contas do Pará, a servidora deste Poder Legislativo, DULCINÉIA ANGELA CECATTO, médica deste Poder, matrícula nº 40726, sem ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2005.

Gabinete da Diretoria Geral, 20.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 02/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 102 datado de 22 de janeiro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição do Tribunal de Contas, a servidora deste Poder Legislativo, MARCIA TODESCHINI, matrícula nº 5755, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 20.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 03/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 102 datado de 12 de janeiro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição junto ao Tribunal de Contas, a servidora deste Poder Legislativo, NEUSA MIRIAN LANG POHL, ocupante do cargo de agente administrativo matrícula nº 40481, com ônus para o órgão de origem, até 31 de dezembro de 2005.

Gabinete da Diretoria Geral, 20.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 04/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 103 datado de 12 de janeiro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição funcional do servidor deste Poder Legislativo, CHRIZANTO CHRISÓSTOMO DA SILVA, para continuar prestando serviços junto ao Tribunal de Contas, ocupando cargo em Comissão, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem, e vantagens de cargo em comissão por este Tribunal.

Gabinete da Diretoria Geral, 20.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 05/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição para prestar serviços junto à Paraná Esporte, vinculada à Secretaria de Estado da Educação - SEED, o servidor deste Poder Legislativo, ALDINO JORGE BUENO, matrícula nº 5619, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 20.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 07/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7691 datado de 22 de novembro de 2004, deste Poder,

**R E S O L V E :**

Autorizar a concessão de Certidão de que o funcionário da CELEPAR, ALTAMIR FERNANDES ALVES

DOS ANJOS, portador do RG. nº 3.190.500-1, esteve à disposição deste Poder Legislativo, pelo período compreendido entre 26 de março de 1999 a 31 de dezembro de 2004.

Gabinete da Diretoria Geral, 20.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 08/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 04 datado de 10 de janeiro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição para prestar serviços junto à Vice-Governadoria, a servidora deste Poder Legislativo, REGINA FISCHER PESSUTI, matrícula nº 41260, até 31 de dezembro de 2004, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 10/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 97 datado de 12 de janeiro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

colocar à disposição da Prefeitura de Toledo, o servidor deste Poder Legislativo, RUY FONSATTI JUNIOR matrícula nº 40998, para exercer o cargo em Comissão de Diretor Jurídico da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Rural de Toledo (EMDUR), até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**PORTARIA Nº 11/2005**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 220 datado de 18 de janeiro de 2005, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar à disposição funcional da servidora deste Poder Legislativo, ISAMAR VILLA DE CARVALHO, fisioterapeuta, matrícula nº 40090, para continuar prestando serviços junto à Universidade federal do Paraná (CENEP), do Hospital das Clínicas dessa Universidade, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 12/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 224 datado de 18 de janeiro de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

prorrogar, a disposição para prestar serviços como Diretor-Geral da Casa Civil, o servidor deste Poder Legislativo, ROGÉRIO HELIAS CARBONI, matrícula nº 40825, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 13/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 223 datado de 18 de janeiro de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

prorrogar à disposição da CELEPAR, o servidor deste Poder Legislativo, GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, matrícula nº 5644, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 14/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 222 datado de 18 de janeiro de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

prorrogar à disposição da Secretaria de Estado da Educação, o servidor deste Poder Legislativo, ALEXANDRE JOSÉ RAMOS, matrícula nº 2682, ocupante do Cargo em Comissão, para prestar serviços junto ao Paraná Esportes, até 31 de dezembro de 2005, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 31.01.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 15/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8390 datado de 15 de dezembro de 2004, deste Poder,

## R E S O L V E :

CONCEDER licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, LIEGE FURIATTI

SABOIA, matrícula nº 40522, de noventa (90) dias, a partir de 13 de dezembro de 2004, término 12 de março de 2005 CID. 10 f.31.

Gabinete da Diretoria Geral, 14.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 16/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 111 datado de 13 de janeiro de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

CONCEDER licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARINEIDE LUZIA GOLOS, matrícula nº 40205, de noventa (30) dias, a partir de 30 de dezembro de 2004, término 30 de janeiro de 2005 CID. 10 f.33.1.

Gabinete da Diretoria Geral, 14.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

## PORTARIA Nº 17/2005

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 243 datado de 19 de janeiro de 2005, deste Poder,

## R E S O L V E :

CONCEDER licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, PAULO EMILIO GOMES PERDIGÃO, matrícula nº 40083, de noventa (30) dias, a partir de 18 de janeiro de 2005, término 16 de fevereiro de 2005 CID. 10 H16.3.80

Gabinete da Diretoria Geral, 14.02.2005.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

***Atas de Comissão:******Comissão de Educação, Cultura e Esportes***

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de outubro do ano dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Ratinho Júnior, Alexandre Curi e Nelson Tureck. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do dia: 01) Projeto de Lei nº

179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral. Relator: Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Indicação nº 10//2004, de autoria do Deputado Carlos Simões. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Indicação nº 23/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Indicação nº 26/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(a) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Ratinho Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do dia: 01) Projeto de Lei nº 277/2004, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(a) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo

Sr. Deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Ratinho Júnior e Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 437/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem Governamental nº 032/2004. Relator: Deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL COM EMENDA SUPRESSIVA - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier. Relator: Deputado Tadeu Veneri. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Cida Borghetti, Barbosa Neto, Ratinho Júnior e Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, passando à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 236/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv. Relatora: Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 248/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Ratinho Júnior. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 281/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck. Relator: Deputado Barbosa Neto. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Relator: Deputado Alexandre Curi. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) TADEU VENERI - Presidente  
Solange Mann - Secretária